

Relatório Anual de  
Atividades da  
Auditoria Interna

EXERCÍCIO  
2015

---



Furnas

R  
A  
I  
N  
T

# Sumário

---

- I. Introdução
- II. Ações Realizadas pela Auditoria Interna e Informações Adicionais
  - a) Resultado dos Trabalhos da Auditoria Interna
  - b) Recursos Humanos Disponíveis
  - c) Recursos Materiais Utilizados
  - d) Atividades Desenvolvidas Comparadas com as Planejadas
  - e) Descrição dos Trabalhos de Auditoria Sem Previsão no PAINT
  - f) Metodologia de Trabalho Adotada
  - g) Indicadores de desempenho da auditoria interna
- III. Implementações das Determinações e Recomendações dos Órgãos de Controle
- IV. Relato Gerencial
  - a) Programas de Trabalho - Investimentos Realizados
  - b) Indicadores de Desempenho
  - c) Análise Consolidada do Nível de Maturação dos Controles
  - d) Regularidade dos Procedimentos Licitatórios
  - e) Folha de Pagamento de Pessoal
  - f) Previdência Complementar
- V. Fatos Relevantes de Natureza Administrativa ou Organizacional com Impacto Sobre a Auditoria Interna
  - a) Processo de Contratação de Software Integrado para Gestão de Auditoria e Auditoria Contínua
  - b) Recomposição do quadro da Auditoria Interna
- VI. Capacitação dos Auditores
  - a) Congressos, Seminários e Cursos
  - b) Cursos de Especialização

## VII. Benefícios da Atuação da Auditoria Interna

### **Anexos:**

Anexo I - Resultado do Trabalho da Auditoria Interna

Anexo II - SOX - Processo Relevantes

Anexo III – Não Conformidades Identificadas nos Trabalhos da Auditoria Interna

Anexo IV – Acompanhamento de Determinações /Recomendações – TCU/CGU

## I. Introdução

O Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna - RAINT foi elaborado em conformidade com a Instrução Normativa da Controladoria-Geral da União nº 24, de 17 de novembro de 2015, e tem por objetivo apresentar os resultados dos trabalhos de auditoria interna. Contém o relato sobre as atividades de Auditoria Interna, em função das ações planejadas constantes do respectivo Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT, bem como das ações críticas ou não planejadas, mas que exigiram atuação da Auditoria Interna.

## II. Ações Realizadas pela Auditoria Interna e Informações Adicionais

### a) Resultado do Trabalho da Auditoria Interna

As auditorias realizadas no exercício de 2015 e respectivos relatórios estão informados no **Anexo I**.

### b) Recursos Humanos Disponíveis

#### ▪ Estrutura da Auditoria Interna



#### ▪ Composição

O quadro de funcionários está assim composto, em comparação ao final do exercício de 2014:

Descritivo	Quantidade 2014	Quantidade 2015	Δ%
Superintendente	1	1	0%
Coordenadores	3	2	-33%
Auditores	11	12	9%
Administrativo	1	0	-100%
Secretária	2	2	0%
Auditores – Cedidos à ELETROBRAS	1	1	0%
<b>Total</b>	<b>19</b>	<b>18</b>	

### c) Recursos Materiais Utilizados

Para execução dos trabalhos de auditoria foram utilizados recursos materiais, tais como: equipamentos, softwares e outros informados a seguir:

#### ▪ Informática

Sistema Integrado de Gestão - SAP: Obtenção de dados registrados no sistema integrado de gestões referentes às transações vinculadas aos módulos Finanças - FI, Finanças Corporativas - FM, Controladoria - CO, Faturamento - SD, Suprimentos - MM, Recursos Humanos - HR, Projetos - PS e Manutenção do Sistema - PO. O início da operação do Sistema SAP ocorreu em 01.01.2010.

Audit Information System - AIS: Ferramenta que permite a busca de informações no sistema SAP da empresa. Está baseado nas necessidades e padrões dos auditores internos e externos.

Microsoft Office: Excel, Word, PowerPoint, ferramentas utilizadas para registro, manipulação e apresentação de dados.

Sistemas Corporativos de FURNAS: Obtenção de dados registrados nos Sistemas legados e plataforma Web.

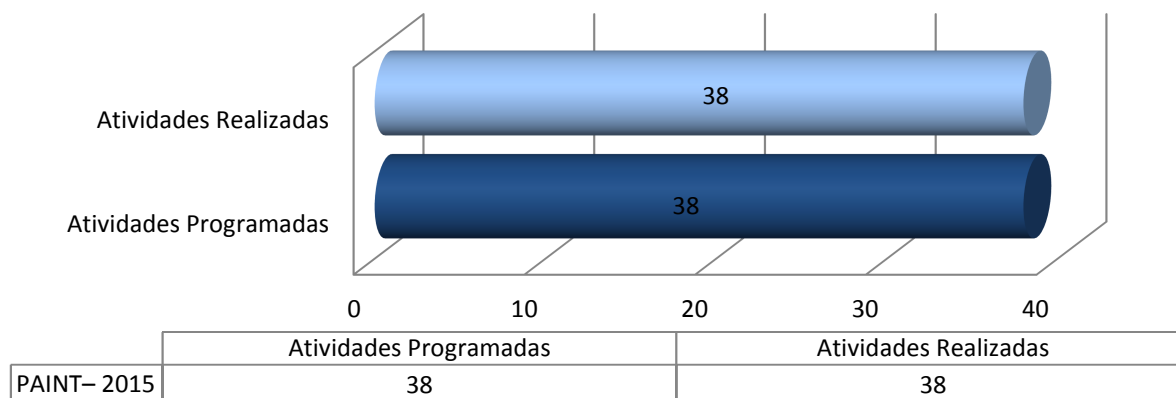
ACL Desktop: Software de análise informatizada de dados, o qual permite uma exclusiva combinação de acesso, análises e apresentação de informações gerenciais, encontra-se em fase de teste.

Internet: Amplamente utilizada para obtenção de legislações, acórdãos, julgados e outras informações nos sites dos órgãos externos de controle.

Portal AD-NET: Contém as normas internas e outras informações de interesse na realização dos trabalhos, cumprindo a função de facilitador da comunicação interna e canal de informações em geral.

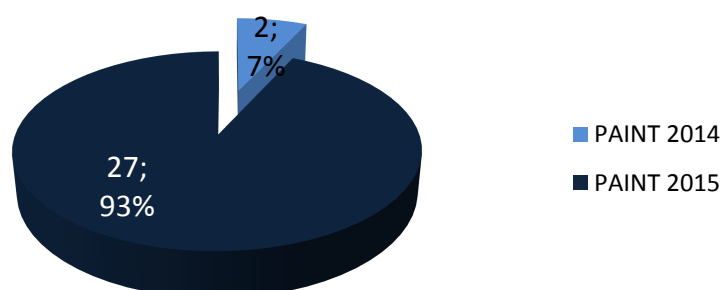
Equipamentos de informática: Cada profissional da auditoria possui um *notebook/estação de trabalho*.

### d) Atividades Desenvolvidas Comparadas com as Planejadas



Cabe salientar que os trabalhos referentes às atividades 30 – Previdência Complementar e 38 – Receita Operacional foram encerrados em 2015, todavia os relatórios foram emitidos em 29.01.2016 e 21.01.2016, respectivamente.

Durante o exercício de 2015 foram emitidos 29 relatórios de auditoria, dos quais dois referem-se à conclusão de trabalhos referentes ao exercício de 2014.



#### e) Descrição dos Trabalhos de Auditoria Sem previsão no PAINT 2015

No exercício de 2015 foram realizados quatro trabalhos de auditoria especial, a saber:

<b>Relatório:</b>	RAU.017.2015
<b>Diretoria:</b>	Diretoria de Gestão de Novos Negócios e de Participações - DN
<b>Órgão Auditado:</b>	Diretoria de Gestão de Novos Negócios e de Participações - DN
<b>Período:</b>	10.02.2015 a 30.08.2015
<b>Recursos Humanos:</b>	1 Auditor
<b>Data de Emissão</b>	31.08.1974
<b>Processo Auditado:</b>	Participação em Sociedades
<b>Motivação</b>	Correspondência Interna DP.I.103.2015 Ofício 0057/2015 – TCU/SEINFRA (TC002.000/2015/6)
<b>Resultado:</b>	<p>O Trabalho da Auditoria Interna foi balizado pelo compromisso de agregar valor aos negócios patrocinados por FURNAS, atentando sempre para o cumprimento dos princípios legais e regimentais que regem a atuação da administração pública. Desta forma concluímos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Devido à crescente demanda, principalmente advinda do TCU e da CGU, há necessidade de acompanhamento permanente, com adoção de programas que utilizem tecnologia da informação e constante capacitação através de treinamento, com o intuito de amenizar as dificuldades que possam ser encontradas no decorrer da gestão dos empreendimentos.</li> <li>Com relação ao processo de falência da WPE o monitoramento do cronograma de entrada em operação dos parques eólicos reveste-se de significativa ante a importância de se buscar uma solução o mais rápido quanto possível para o processo de recuperação dos pagamentos já realizados, evitando maiores impactos para FURNAS, como acionista dos empreendimentos, principalmente com relação à comercialização da energia contratada, tendo em vista a exiguidade dos prazos acertados junto a ANEEL, evitando assim penalidades, e possíveis perdas de receitas.</li> <li>Para o monitoramento do REIDI em relação às SPEs eólicas que estão habilitadas, se faz necessário estabelecer procedimentos, para o acompanhamento dos fatos geradores, visto que algumas das SPEs estão em implantação e com os cronogramas passíveis de atrasos para entrada em operação, aumentando os riscos quanto a possíveis penalidades.</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>A atualidade, a comparabilidade, a confiabilidade e a consistência dos indicadores de desvio de TIR podem estar prejudicados, em face da não atualização uniforme e/ou periódica da referida taxa de cada empreendimento, dificultando a tomada de decisões de Furnas em relação às SPEs.</li> <li>Por fim, ressaltamos que com base nos termos da Lei nº12.527/2011, toda informação produzida que tenha sua autenticidade validada, necessita ser devidamente classificada quanto ao seu grau de confidencialidade.</li> </ul>
--	---

<b>Relatório:</b>	RAU.019.2015
<b>Diretoria:</b>	Diretoria de Engenharia, Meio Ambiente, Projeto e Implantação de Empreendimentos – DE
<b>Órgão Auditado:</b>	Superintendência de Gestão Ambiental e Fundiária – GA.E
<b>Período:</b>	10.08.2015 a 09.09.2015
<b>Recursos Humanos:</b>	1 Auditor
<b>Data de Emissão</b>	09.09.2015
<b>Processo Auditado:</b>	Gestão de Materiais, Bens e Serviços
<b>Motivação</b>	Correspondencia Interna GEA.E.I.458.2015
<b>Resultado:</b>	<p>Com base nos procedimentos de auditoria executados para análise do Processo: Gestão de Materiais, Bens e Serviços (Subprocessos: Processo Licitatório e Gestão Contratual), considerando o objetivo e escopo executados, neste trabalho, concluímos que os resultados são satisfatórios estando condizentes com os seguintes itens abaixo discriminado.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Foram fornecidas as informações requeridas para a execução das atividades previstas no contrato à contratada.</li> <li>Furnas optou pela substituição com as devidas anuências do IPHAN/SP e do MPF/SP.</li> <li>A suspensão do contrato foi motivada pela necessidade de anuência para alteração do público alvo. Essa anuência também seria necessária para o caso de inclusão de público alvo ou qualquer outra alteração do projeto conforme definido no âmbito do TAC.</li> <li>É escopo do serviço contratado a articulação com as Secretarias de Educação e Diretorias de Ensino.</li> <li>As exigências da fiscalização sobre a apresentação da equipe técnica são compatíveis com os termos contratuais.</li> </ul> <p>Por fim, ressaltamos que com base nos termos da Lei nº12.527/2011, toda informação produzida que tenha sua autenticidade validada, necessita ser devidamente classificada quanto ao seu grau de confidencialidade.</p>

<b>Relatório:</b>	RAU.023.2015
<b>Diretoria:</b>	Presidência – DP Diretoria da Presidência – DP/FRG Diretoria de Seguridade – DS/FRG Diretoria de Administração e Finanças – DA/FRG Diretoria de Investimentos – D/FRG Diretoria de Ouvidoria – DO/FRG
<b>Órgão Auditado:</b>	Real Grandeza – Fundação de Previdência e Assistência Social
<b>Período:</b>	21.09.2015 a 08.10.2015
<b>Recursos Humanos:</b>	2 Auditores
<b>Data de Emissão</b>	17.11.2015
<b>Processo Auditado:</b>	Previdência Complementar
<b>Motivação:</b>	Ofício nº858 DEST - MP
<b>Resultado:</b>	<p>Com base nos procedimentos de auditoria observados para análise do fluxo do processo de alteração do Plano de Benefício Definido, tendo em vista o objetivo e o escopo do trabalho, apresentados nos itens II e III do presente relatório que considerou, inclusive, o relato feito pelo Presidente do Conselho</p>

	Deliberativo da Fundação [REDACTED] concluímos que: (i) o assunto mereceu aprovação, a partir da Patrocinadora FURNAS, conforme Resoluções de sua Diretoria Executiva e do seu Conselho de Administração (respectivamente 006/2636, de 09/02/2012 e 002/406, de 27/02/2012, Anexos XV e XVI), em todas as instâncias necessárias, conforme referido no item IV deste Relatório; (ii) nesse contexto verificamos ter sido superada a ressalva feita pelo Ofício 197/DEST/MP, de 18.03.2015 e (iii) a Real Grandeza continuou a apresentar Déficit após reconhecer esse benefício, cuja a posição em setembro último foi de R\$1.517.104.488,91.
--	--

<b>Relatório:</b>	RAU.026.2015
<b>Diretoria:</b>	Presidência - DP
<b>Órgão Auditado:</b>	Superintendência Jurídica – SJ.P
<b>Período:</b>	10.12.2015 a 14.12.2015
<b>Recursos Humanos:</b>	1 Auditor
<b>Data de Emissão</b>	15.12.2015
<b>Processo Auditado:</b>	Gestão do Contencioso
<b>Motivação:</b>	GCI.P.I.775.2015
<b>Abrangência:</b>	Os exames e verificações por nós procedidos sobre a documentação relativa ao Processo, objeto deste Relatório, nos permitem concluir como adequados os procedimentos e ritos adotados por FURNAS, no andamento das tratativas em sua defesa. Desta forma podemos também concluir estar o assunto em condições de ser submetido à avaliação do Conselho de Administração para a necessária deliberação.  Por fim, ressaltamos que com base nos termos da Lei nº12.527/2011, toda informação produzida que tenha sua autenticidade validada, necessita ser devidamente classificada quanto ao seu grau de confidencialidade.

## f) Metodologia de Trabalho Adotada

Com o objetivo de melhor orientar os gerentes de FURNAS sobre a realização de uma auditoria interna, na abertura de cada trabalho apresentamos os principais procedimentos adotados pela Auditoria Interna, que são:

### 1. SELEÇÃO DAS ÁREAS AUDITÁVEIS / PLANEJAMENTO

- 1.1. As atividades e áreas a serem auditadas são definidas no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT, que é apresentado até o último dia útil de outubro à Controladoria-Geral da União – CGU, que o avaliará em até 20 dias, e devendo ser aprovado pelo Conselho de Administração até o último dia útil de dezembro, para ser executado no exercício seguinte.
- 1.2. O PAINT é desenvolvido considerando as atividades que apresentam maior impacto nos negócios da Companhia, identificadas através da Matriz de Risco. Para elaboração da Matriz de Risco, são consideradas as características operacionais de FURNAS, com ênfase para os seguintes indicadores:
  - a) **Materialidade** - Magnitude do valor ou do volume de recursos envolvidos, isoladamente ou em determinado contexto.
  - b) **Relevância** - Grau de importância de determinado item em relação ao todo.
  - c) **Vulnerabilidade** - Qualidade dos aspectos de controle interno do ambiente.

- d) **Criticidade Pretérta** - As fraudes ou erros de situações passadas, inclusive as recomendações do controle interno e as determinações do Tribunal de Contas da União - TCU, pendentes ou não de implementação.
  - e) **Imagem** - Aspectos relacionados ao comprometimento da imagem interna e, sobretudo, externa de FURNAS.
- 1.3. Adicionalmente, o PAINT contempla a previsão de realização de trabalhos especiais, não vinculados especificamente aos trabalhos programados, decorrentes principalmente de:
- a) Solicitações da Alta Administração e de Gerentes da Empresa.
  - b) Extensão dos trabalhos programados.
  - c) Áreas programadas para um exercício e não auditadas por algum motivo.
  - d) Assuntos julgados relevantes no decorrer do exercício, em função de alteração na legislação.
- 1.4. O Gerente da área onde serão realizados os exames é informado com antecedência de que uma auditoria está programada para um determinado período.
- 1.5. Antes do início dos trabalhos no campo, os auditores começam o planejamento e execução dos trabalhos no Escritório Central. O trabalho desenvolvido no Escritório Central inclui uma análise dos trabalhos anteriores desenvolvidos na Área, o conhecimento das atividades e a geração e análise de relatórios gerenciais com as despesas do período a ser auditado.

## **2. ABERTURA DO TRABALHO / EXECUÇÃO**

- 2.1. Na abertura dos trabalhos, a finalidade e os objetivos dos exames são apresentados à Gerência da área, bem como é discutida a possibilidade de realização de exame de funções não previstas inicialmente. Na oportunidade, é requerida a designação de um funcionário para intermediar as solicitações dos auditores junto aos diversos setores da área.
- 2.2. É esclarecido, também, que a Auditoria contatará e obterá dados de outras áreas ligadas às funções examinadas, para conhecer perspectivas diferentes das operações da unidade auditada e de onde, também, poderá obter informações para auxiliar o trabalho.

## **3. REALIZAÇÃO DO TRABALHO DE CAMPO**

- 3.1 Os procedimentos de auditoria dependerão da natureza da função/atividade e serão projetados para abranger as operações e/ou os controles identificados como mais importantes para as atividades da área.
- 3.2. O auditor realizará os exames com inteira liberdade de acesso a documentos e locais das unidades organizacionais da Companhia.
- 3.3. As etapas dos testes poderão ser expandidas, eliminadas ou ajustadas enquanto o exame é desenvolvido, conforme decisão do auditor.
- 3.4. Durante um exame operacional típico, a Auditoria executará uma avaliação dos sistemas de controle interno da área e, através de uma amostragem das transações realizadas, verificará o alinhamento das operações com os normativos internos e externos.
- 3.5 No curso dos exames, a equipe de auditores manterá a Gerência da área auditada ciente sobre as não conformidades encontradas e, ocasionalmente, as questões mais



sérias ou urgentes serão imediatamente comunicadas, objetivando, na medida do possível, resolvê-las, evitando pendências.

- 3.6 Quando a implementação da ação corretiva proposta envolver uma função gerenciada por outra área de FURNAS, a Auditoria produzirá recomendações para essa área, objetivando agilizar as medidas necessárias.

#### **4. ATA DE REUNIÃO**

- 4.1. No decorrer ou ao final dos trabalhos, caso necessário, a Auditoria preparará uma minuta de ata de reunião, que será entregue à Gerência da área para análise e discussão.
- 4.2. Essa minuta conterá um parágrafo que discriminará o escopo do trabalho, a abrangência de cada função e os pontos que foram identificados para melhoria, e, na sequência de cada ponto, um espaço para as respostas com explicações, ações e prazos estimados para regularização e recomendações.
- 4.3. Quando a ata estiver com as respostas, uma reunião final será programada entre a equipe de auditores e as Gerências, para discutirem o seu teor. Eventualmente, em decorrência do posicionamento da área, tanto o ponto da Auditoria como a resposta da área poderão ser revistos, ocasionando, assim, a emissão de uma nova minuta da ata para definir a apresentação do resultado do trabalho.
- 4.4. A versão final da ata reconhecerá e incorporará as respostas da Gerência para cada ponto abordado pela Auditoria.

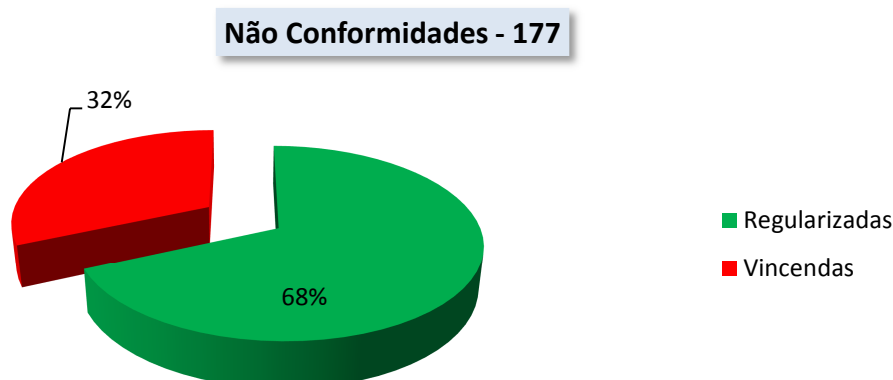
#### **5. RELATÓRIO DA AUDITORIA**

- 5.1. Emitido o Relatório de Auditoria, e respectiva Ata de Reunião, conforme o caso, será encaminhado para a Superintendência, Departamento e área auditada com cópias para o Diretor da área e para o Presidente.
- 5.2. As questões que envolverem a interpretação de atos normativos, procedimentos e instrumentos contratuais, conforme o caso, deverão ser apresentados pelo órgão auditado, ou pela própria Auditoria, aos órgãos gerenciadores das respectivas funções e responsáveis pela emissão daqueles normativos, ou, quando for o caso, à Superintendência Jurídica - S.J.P.

#### **6. MONITORAMENTO**

- 6.1. A Auditoria manterá um controle de recomendações pendentes de implementação, com base nos prazos estabelecidos na Ata de Reunião/Relatório de Auditoria, avaliando mensalmente o status de cada uma, a partir da data de emissão do Relatório da Auditoria.
- 6.2. Os exames de continuação, realizados para aferir o cumprimento das recomendações propostas, são tipicamente mais curtos na sua duração do que os exames operacionais. Normalmente, envolvem consultas à Gerência da área e testes com abrangência limitada ao assunto.
- 6.3. Os assuntos que foram resolvidos parcialmente ou que não foram resolvidos são informados ao Conselho Fiscal de FURNAS e ao Diretor da área envolvida mensalmente, e, anualmente, através deste relatório (RAINT) que tem como destino a Controladoria-Geral da União - CGU.

- 6.4 Das 177 não conformidades identificadas nos trabalhos realizados, 121 (68%) estão regularizadas e 56 (32%) encontram-se dentro do prazo para implantação da recomendação, conforme demonstrado:



#### g) Indicadores de desempenho da auditoria interna

Visando garantir e monitorar o desempenho das atividades da Auditoria Interna foram criados três indicadores de desempenho.

- a. Atividades Programadas x Atividades Realizadas – Visa comparar o desempenho das atividades relacionadas no Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna – PAINT, aprovado pelo Conselho de Administração.

Índice Desejável = 1

Auditorias Programadas (AP) – 38

Auditorias Realizadas (AR) – 38

$$\text{Índice} = \frac{AP}{AR} = 1$$

- b. Recomendações Implementadas x Recomendações Efetuadas – Visa avaliar a eficácia das recomendações apresentadas pela Auditoria Interna durante os trabalhos, considerando os prazos estabelecidos para a adoção das ações.

Índice Desejável – Superior a 0,85

Recomendações Implementadas (RI) – 121

Recomendações Efetuadas (RE) – 121

$$\text{Índice} = \frac{RI}{RE} = 1,00$$

- c. Recomendações Efetuadas x Recomendações não Implementadas – Visa avaliar a eficiência da Auditoria Interna no monitoramento da implementação das recomendações efetuadas durante os trabalhos.

Índice Desejável – Inferior a 0,15

Recomendações Pendentes Vencidas (RP) – 0

Recomendações Efetuadas (RT) – 177

$$\text{Índice} = \frac{RP}{RT} = 0,00$$

### **III. Implementações das Determinações e Recomendações dos Órgãos de Controle**

---

Os assuntos abordados pelo Tribunal de Contas da União - TCU e pela Controladoria-Geral da União - CGU foram acompanhados pela Auditoria Interna, que monitora o atendimento aos questionamentos e as implementações das determinações desses órgãos. (**Anexo IV – Acompanhamento de Determinações /Recomendações – TCU/CGU**). As implementações das determinações e recomendações também foram monitoradas durante a execução dos trabalhos de auditoria interna planejados para o exercício de 2015, conforme consta no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT 2015, por meio dos trabalhos a serem realizados.

### **IV. Relato Gerencial**

---

A seguir, relato gerencial sobre a gestão de áreas essenciais da Companhia, com base nos trabalhos realizados pela Auditoria Interna.

#### **a) Programas de Trabalho - Investimentos Realizados**

No exercício de 2015, foram realizados trabalhos de Auditoria nos seguintes programas de Investimento:

- Programa de Investimento - Ampliação da Capacidade da UTE Santa Cruz – Fase I
- Programa de Investimento – Reforços e Melhoria no Sistema de Transmissão de Energia Elétrica
- Programa de Investimento Implantação Geração Transmissão UHE Simplicio e PCH Anta
- Programa de Investimento – Manutenção do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica

#### **b) Indicadores de Desempenho**

Os indicadores existentes em FURNAS estão disponíveis no Relatório de Gestão e não fizeram parte do escopo dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna.

O bom desempenho nos índices de sustentabilidade empresarial, além de ser importante para a imagem da Empresa, atende às exigências dos investidores e demais interessados e permite maior transparência, o que propicia menores custos de captação de recursos.

#### **c) Análise Consolidada do Nível de Maturação dos Controles**

A governança corporativa de Furnas é assegurada pelos processos internos e relacionamentos da administração superior, constituída pela Assembleia Geral de Acionistas, Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Auditoria Interna. Em cumprimento ao disposto na Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Eletrobras contrata serviços de auditoria independente para todas as empresas do Sistema, com a finalidade de atestar a adequação de atos ou fatos para conferir confiabilidade a atividades mediante utilização de procedimentos técnicos específicos. No caso das demonstrações financeiras, tem por objetivo a emissão de pareceres sobre a adequação das contas da empresa, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC) e com a legislação específica pertinente.

Desde 2010, a Eletrobras possui direito de negociar ações no nível II na Bolsa de Valores de Nova York, exigindo de suas subsidiárias adequação aos requisitos da lei norte-americana SarbanesOxley, em alinhamento com as melhores práticas de governança corporativa e gerenciamento de riscos. A fim de certificar, anualmente, a eficácia do ambiente de controles internos no âmbito das empresas Eletrobras, foram estabelecidos os controles mitigadores dos riscos aos quais a empresa se encontra exposta. Para manter esta condição, a Holding deve

entregar e divulgar anualmente suas demonstrações financeiras e a certificação anual de controles internos à U.S. Securities and Exchange Commission (SEC), dos EUA.

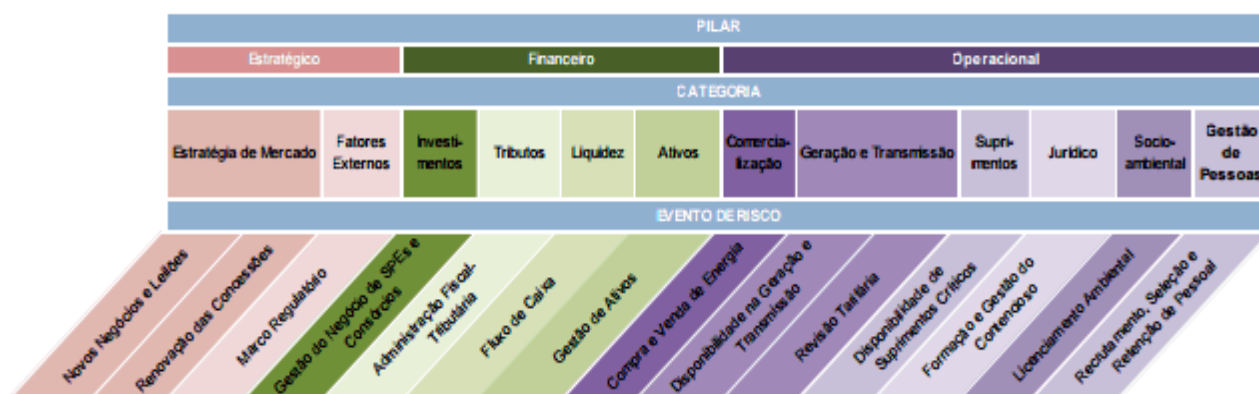
Desde 2014, a empresa atuou com empenho para desqualificar as fraquezas materiais. Adicionalmente, com o propósito de melhor avaliar seus controles internos, Furnas decidiu adotar o framework do Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (Coso) denominado Internal Control – Integrated Framework (Estrutura Integrada de Controles Internos). Publicado em 1992, este framework vem sendo aceito globalmente como uma estrutura adequada para aplicação nas organizações a fim de conduzir o processo de controles internos de forma eficiente e eficaz. A versão a ser utilizada por Furnas em sua Certificação SOx 2015 foi o “Coso – Controles Internos 2013 – Integração das ações de Controles Internos e Gestão de Riscos”.

Visando a adequação do ambiente de controle interno à lei norte-americana Sarbanes-Oxley (SOx), necessária à certificação do Sistema Eletrobras de conformidade à citada lei, a Auditoria Interna realizou avaliação dos sistemas contábil e de controles internos da empresa no exercício de 2015. Foram testados 20 processos de negócio, 4 de Tecnologia da Informação e um de Entity Level Controls (Controles no Nível da Entidade), em atendimento à avaliação dos riscos mais relevantes determinados segundo a materialidade definida pela Eletrobras, gerando, no decorrer dos trabalhos, a emissão dos Relatórios de Auditoria Interna nº 014.2015, 015.2015, e 021.2015 destinados aos gestores dos processos, com as deficiências de controle identificadas e respectivas recomendações.

Cabe destacar que a avaliação dos controles no Nível da Entidade abrange a análise do posicionamento da gestão de FURNAS, utilizando como referência critérios baseados nas melhores práticas do mercado; o cumprimento das deliberações da alta administração, diretrizes e metas estabelecidas no PNG e CMDE, a fim de garantir o atingimento dos objetivos do negócio; e a avaliação da estrutura de controles internos instituída por FURNAS com vistas a garantir que seus objetivos estratégicos para o exercício sejam atingidos.

Dentre os aspectos relevantes nesse ambiente de controle da Entidade que merecem, temos que:

Sob a supervisão direta da Diretoria de Finanças, foi realizada revisão da Matriz de Riscos Corporativos, alinhada com a do Sistema Eletrobras. Baseando-se nesta matriz, o Comitê de Gestão de Riscos priorizou doze eventos de risco para o exercício de 2015, como disposto a seguir.



Neste contexto, foi elaborado plano de ação, a vigorar em 2015, definindo a metodologia a ser adotada para a avaliação dos riscos corporativos priorizados.

As Políticas Internas da empresa são definidas por meio de instrumentos balizadores dos atos deliberativos da Diretoria Executiva, que cobrem os seguintes temas: Estoques, Informática, Recursos Humanos, Segurança Empresarial, Ambiental, Responsabilidade Social, Transportes, Segurança da Informação, Segurança no Trabalho e Saúde Ocupacional, Segurança Patrimonial, Recursos Hídricos, Recursos Florestais, Material, Propriedade Intelectual, Gestão Sociopatrimonial, Gestão de Resíduos e Educação Ambiental.

Desde 2010, Furnas adota o Código de Ética Único das Empresas do Sistema Eletrobras, o qual estabelece os princípios que norteiam os compromissos de conduta nas ações, comportamento e decisões profissionais de empregados, gerentes, diretores, membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, colaboradores, fornecedores e demais públicos de relacionamento. O cumprimento dos princípios éticos e compromissos de conduta é monitorado pela Comissão de Ética, com objetivo de orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor, no tratamento com as pessoas e com patrimônio público, competindo-lhe conhecer concretamente a imputação ou o procedimento suscetível de censura, supervisionar os certames da empresa e desenvolver atribuições definidas pela Presidência.

A Ouvidoria atua como canal de atendimento aos colaboradores e importante instrumento da democracia participativa à disposição do público interno e externo, O acesso à Ouvidoria é assegurado por meio de formulário eletrônico no website de Furnas, fax, telefone, pessoalmente, carta ou, ainda, algum outro documento. Em todas as formas de comunicação, o nome do manifestante é mantido em sigilo e o conteúdo da mensagem tratado com seriedade, isenção e de forma reservada.

A Eletrobras lançou em 25 de março de 2015 o Programa Anticorrupção das Empresas Eletrobras, um conjunto de ações que visam identificar, corrigir e prevenir, continuamente, fraudes e corrupção, garantindo o cumprimento das Leis Anticorrupção por parte das empresas, dos colaboradores, de representantes formalmente designados, sócios de joint ventures e outras afiliadas da Eletrobras. A empresa adequou-se à Lei 12.846, de 1º de agosto de 2013, conhecida como Lei Anticorrupção Brasileira, que passou a vigorar em janeiro de 2014, além da adaptação à Foreign Corrupt Practices Act (FCPA), lei norte-americana contra práticas de corrupção. A Lei Anticorrupção Brasileira é inovadora na medida em que estabelece a responsabilidade objetiva da pessoa jurídica e apresenta pontos que vão além das disposições da FCPA; especificamente a condenação de atos praticados contra processos licitatórios, bem como a determinação que o agente passivo de corrupção ou suborno pode ser qualquer pessoa, não necessariamente um agente governamental.

Com a promulgação da lei brasileira, a Eletrobras passou todo o ano de 2014 estruturando a área de compliance em cada uma de suas controladas. A estrutura de cada empresa prevê um gerente e um assistente. Ao todo 50 colaboradores das empresas, apoiados pela consultoria americana Hogan Lovells, especialista em FCPA e políticas anticorrupção, foram envolvidos no processo. Como parte do programa, a Eletrobras desenvolveu o guia do colaborador para orientar seus empregados.

#### ▪ **Fragilidades / não conformidades**

O **Anexo III** contém as fragilidades / não conformidades identificadas nos trabalhos da Auditoria e respectivo acompanhamento.

#### ▪ **Resultado dos Trabalhos da Auditoria Interna**

Destacamos os seguintes resultados e benefícios para a Companhia:

- 1) Melhoria na segurança física do CPD de FURNAS;
- 2) Implantação de políticas visando a adoção e melhores práticas de Governança de Tecnologia da Informação, bem como Segurança da Informação;
- 3) Aperfeiçoamentos nos processos licitatórios e gestão dos contratos, no tocante ao cumprimento da Lei nº 8.666/93;
- 4) Disseminação, na Empresa, das mudanças decorrentes de novos procedimentos, principalmente no que tange às ações focadas em riscos e controles; ações que proporcionaram o início da mudança da cultura departamental para a de processos, além de maior integração entre as áreas;

- 5) Inclusão de diversos compromissos no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG, para atender às determinações da Circular Geral 012.2004, emitida por FURNAS, e à legislação pertinente;
- 6) Maior agilidade no atendimento às fiscalizações realizadas pelo Tribunal de Contas da União – TCU e Controladoria-Geral da União - CGU através da coordenação do atendimento pela Auditoria interna.
- 7) Acompanhamento das informações prestadas pelas diversas áreas ao TCU e CGU, uniformizando o posicionamento oficial da Empresa.

**d) Regularidade dos Procedimentos Licitatórios**

**Inexigibilidade de Licitação - IL.GSL.O.0002.2015**

Termo de Compromisso [REDACTED]

Contratada: [REDACTED]

Objeto: Prestação dos serviços de substituição do barramento blindado e isolado a gás hexafluoreto de enxofre, que interliga o banco de transformadores TR-56 ao setor de 500kV da subestação de Grajaú, com fornecimento de mão de obra e peças originais.

Valor: R\$7.414.636,31

**Inexigibilidade de Licitação - IL.GCM.A.0004.2015**

Termo de Compromisso [REDACTED]

Contratada: [REDACTED]

Objeto: Prestação de serviços de suporte técnico e manutenção SAP/MaxAttention.

Valor: R\$6.389.400,00

**Pregão Eletrônico – PE.GCM.A.0120.2013**

Termo de Compromisso [REDACTED]

Contratada: [REDACTED]

Objeto: Contrato de prestação de serviços de viagens, com disponibilização de sistema informatizado de gestão de viagens corporativas, por empresa autorizada e especializada em assessoramento, programação, reservas e vendas de passagens aéreas, nacionais e internacionais, e de reservas de hotéis.

Valor: R\$23.690.838,00

**Pregão Eletrônico – PE.CSCR.A.0034.2015**

Termo de Compromisso [REDACTED]

Contratada: [REDACTED]

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de Outsourcing de impressão de FURNAS compreendendo a disponibilização de recursos de impressão através da conjugação e articulação de ações e serviços direcionados à geração de impressos, no escritório central e todas as áreas regionais de FURNAS.

Valor: R\$23.487.999,84

**Pregão Eletrônico – PE.GCM.A.0099.2014**

Termo de Compromisso [REDACTED]

Contratada: [REDACTED]

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de Outsourcing de impressão de FURNAS compreendendo a disponibilização de recursos de impressão através da conjugação e articulação de ações e serviços direcionados à geração de impressos, no escritório central e todas as áreas regionais de FURNAS.

Valor: R\$20.830.112,28

**Pregão Eletrônico – PE.GCM.A.0066.2014**

Termo de Compromisso [REDACTED]

Contratada: [REDACTED]



Objeto: Fornecimento de disjuntores de 550, 362 e 145 kv – Subestações Ibiúna, Itabirito 2, Campos, Jacarepaguá, Bandeirantes e Brasília Sul (LOTE I).  
Valor: R\$9.657.320,54

**Concorrência – CO.GCM.A.0007.2013**

Termo de Compromisso [REDACTED]

Contratada: [REDACTED]

Objeto: Contratação sob-regime de empreitada por preços unitários, das obras e serviços de pequeno porte – OSPP que compreendem as obras de transmissão no âmbito de FURNAS, abrangendo a base em Mogi das Cruzes – SP e extensão no estado de São Paulo: Subestações e Interligações de Tijuco Preto, Mogi das Cruzes, Guarulhos, Campinas, Ibiúna, Araraquara e Itaberá  
Valor: R\$17.918.114,21

**Concorrência – CO.GCM.A.0019.2013**

Termo de Compromisso [REDACTED]

Contratada: [REDACTED]

Objeto: Contratação sob-regime de empreitada por preços unitários, das obras e serviços de pequeno porte – OSPP que compreendem as obras de transmissão e geração no âmbito da Gerencia de Construção Leste – GCL.E, abrangendo a base em Jacarepaguá-RJ e extensão de atuação nos estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais e São Paulo: Subestações e Interligações de Jacarepaguá, Adrianópolis, São José, Rocha Leão, Campos, Vitória, Imbariê, Simpício, Funil, Angra, Cachoeira Paulista e Itutinga.  
Valor: R\$20.167.216,26

**Concorrência – CO.GCM.A.0010.2014**

Termo de Compromisso [REDACTED]

Contratada: [REDACTED]

Objeto: Contratação sob-regime de empreitada por preços unitários, dos serviços de obras civis e montagem eletromecânica com fornecimento de materiais necessários a reforço e melhoria na Subestação de Samambaia.  
Valor: R\$13.088.305,35

**Concorrência – CO.GCM.A.0013.2014**

Termo de Compromisso [REDACTED]

Contratada: [REDACTED]

Objeto: Prestação de serviços de recuperação de vegetação e compensação ambiental nas áreas remanescentes da construção de empreendimentos, recuperação da vegetação de proteção de taludes de barragens de terra e implantação e recuperação de vegetação em áreas de preservação permanente de reservatórios, nas áreas de atuação de FURNAS.  
Valor: R\$18.324.499,75

**Concorrência – CO.GCM.A.0008.2014**

Termo de Compromisso [REDACTED]

Contratada: [REDACTED]

Objeto: Contratação de serviços de elaboração dos relatórios de controle ambiental para regularização de empreendimentos de transmissão em operação.  
Valor: R\$5.315.023,39

**Tomada de Preços – TP.GMC.A.0007.2015**

Termo de Compromisso [REDACTED]

Contratada: [REDACTED]

Objeto: Execução de obras civis e montagem eletromecânica referente à substituição de equipamentos de 345 kV, sendo 27 chaves seccionadoras e 12 transformadores de corrente, na SE Itumbiara localizada no município de Araporã - MG.  
Valor: R\$1.135.063,41

**Tomada de Preços – TP.GMC.A.0003.2015**

Termo de Compromisso [REDACTED]

Contratada: [REDACTED]

Objeto: Contratação dos serviços de infraestrutura, desinstalação e instalações de painéis, instalações elétricas e cablagem, referentes ao Sistema Nacional de Observabilidade e Controlabilidade – SINOCON, na Subestação de Poços de Caldas, no Município de Poços de Caldas/MG.

Valor: R\$953.315,84

#### **Tomada de Preços – TP.GMC.A.0056.2014**

Termo de Compromisso [REDACTED]

Contratada: [REDACTED]

Objeto: Elaboração de Projeto Executivo para Subestação Jacarepaguá 20P, 30P, 13 R.

Valor: R\$868.745,00

#### **e) Folha de Pagamento de Pessoal**

Os trabalhos realizados nas áreas de Recursos Humanos de FURNAS objetivaram:

- a. Verificação dos valores pagos aos Administradores e Conselheiros de FURNAS, considerando os termos da Assembleia Geral Ordinária - AGO, realizada em 29.04.2014, que aprovou o valor global de R\$6.280.008,70 para o período compreendido entre abril de 2014 e março de 2015.
  - b. Análise de 100% dos processos de Admissão e Demissão realizados no período de janeiro a outubro de 2015, face à legislação vigente, bem como aos normativos internos, garantindo que as informações sobre os colaboradores estejam cadastradas e atualizadas, com dados fidedignos e com base em documentação suporte, bem como para os assessores externos, analisamos também as admissões nos anos de 2013 e 2014
  - c. Análise dos processos de cessão de empregados, no período de 01.09.2014 a 31.08.2015, atentando para o cumprimento dos normativos internos de FURNAS, bem como a verificação da cobrança e recebimento dos valores das entidades cessionárias.
  - d. Verificação do processo de cobrança das empresas Cessionárias;
  - e. Análise dos processos de cessão quanto a:
    - I. Parecer da Consultoria Jurídica;
    - II. Aprovação de Diretoria ;
    - III. Publicação;
    - IV. Concordância da Cessionária com as condições estabelecidas no Manual de Pessoal
4. Administração de Pessoal – 4.17. Cessão de Empregados.

#### **f) Previdência Complementar**

Durante o exercício de 2015 foi realizado um trabalho de auditoria na Real Grandeza – Fundação de Previdência e Assistência Social- FRG, da qual FURNAS é patrocinadora. Criada em 1971, a Real Grandeza é uma das pioneiras do setor de previdência complementar fechada.

Proporciona aos seus participantes os meios para construção de um patrimônio sólido, capaz de assegurar um futuro com segurança, tranquilidade e bem-estar.

Tem, como patrocinadoras, Furnas Centrais Elétricas S.A., Eletrobrás Termonuclear – Eletronuclear e a própria Real Grandeza, abrangendo um universo de 13 mil pessoas entre participantes ativos e aposentados.

A entidade também é operadora de planos de assistência à saúde na modalidade Autogestão, com ampla cobertura e extensa rede credenciada. Possui mais de 40 mil vidas em carteira e, além dos planos já existentes, oferece produtos personalizados para o mercado.



Para um fundo de pensão, longevidade é sinônimo de vitalidade. Significa que muitas pessoas já usufruem benefícios de aposentadoria complementar. A Real Grandeza tem 40 anos de compromissos cumpridos, resultado de uma gestão responsável, que prioriza a segurança e a transparência na administração de recursos e zela pelo futuro de seus participantes.

No campo da sustentabilidade, as iniciativas da Real Grandeza buscam abranger os pilares econômico, social, ambiental e cultural e incluem, desde a adoção de práticas para o investimento responsável até aquelas relacionadas à promoção da equidade de gênero e raça no âmbito da organização

Nossos trabalhos objetivaram assegurar a regularidade das concessões de aposentadoria e pensões, face aos regulamentos dos Planos de Benefícios, visando à eficácia e a eficiência dos controles internos e o atendimento às demandas dos órgãos de fiscalização externa, bem como verificar a conformidade dos atos praticados pela Administração da FRG face às boas práticas de governança corporativa.

Verificar o fluxo do processo de aprovação do Plano de Custeio do Plano de Benefício Definido administrado pela Real Grandeza – Fundação de Previdência e Assistência Social.

- Analisar as existências das aprovações do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - DEST, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC e do Conselho Deliberativo da FRG;
- Analisar a rentabilidade apurada no período de janeiro a julho de 2015 face as metas estipuladas pela Política de Investimentos para o exercício de 2015, bem como o cumprimento da meta atuarial para remuneração dos investimentos;
- Analisar o cumprimento das determinações emanadas pelos órgãos gestores da Real Grandeza, bem como pelos órgãos de fiscalização interno e externos;
- Verificar a regularidade de duas concessões de aposentadoria, face aos respectivos Planos de Benefícios;
- Verificar a realização do cadastramento total dos participantes e assistidos da Real Grandeza, exatidão, consistência e atualização das informações cadastrais;
- Analisar a gestão de quatro contratos de prestação de serviços, face aos normativos da Real Grandeza, legislações vigentes e as boas práticas de governança corporativa;
- Avaliar a gestão de tecnologia da informação destacando o planejamento existente, o perfil dos recursos humanos envolvidos, procedimentos de salvaguarda da informação a capacidade de desenvolvimento e produção de sistemas e os procedimentos de contratação e gestão de bens e serviços de TI.

## ***V. Fatos Relevantes de Natureza Administrativa ou Organizacional com Impacto sobre a Auditoria Interna***

---

### **a) Processo de Contratação de Software Integrado para Gestão de Auditoria e Auditoria Contínua**

Dentre as iniciativas de otimização identificadas no Projeto PRO-FURNAS duas destinam-se a otimização do processo vinculado a Auditoria Interna.

- Potencializar a utilização do sistema de gestão nos processos de Auditoria Interna, automatizando o mesmo por meio de um sistema de gestão;
- Informatizar a elaboração e consulta dos relatórios de auditoria Interna fazendo um mapeamento dos processos hoje existentes.

Para atender estas demandas foi realizado o Pregão Eletrônico PE.GMC.A.0138.2014 que teve como objeto a contratação de uma solução de tecnologia da informação integrada de gestão de auditoria e auditoria contínua, abrangendo o fornecimento e cessão de direito de uso e/ou serviço de utilização do software-núcleo e softwares adicionais integrantes da solução ofertada com prestação de serviços.

Como resultado do Pregão Eletrônico PE.GMC.A.0138.2014 sagrou-se vencedora a empresa Tech Supply representante exclusiva no Brasil da ferramenta Audit Command Language – ACL. De origem canadense a ACL desenvolve soluções de “Business Assurance” para executivos financeiros e auditores. Os aplicativos ACL são disponibilizados em mais de 100 países e são utilizados em centenas de órgãos governamentais federais, estaduais e municipais, além das quatro grandes empresas de auditoria. As soluções ACL permitem aos executivos responsáveis pelas decisões financeiras assegurar a conformidade com controles e legislações, reduzir os riscos, minimizar as perdas e aumentar a lucratividade.

A ACL oferece soluções tecnológicas que estão transformando a gestão de auditorias e riscos, dando às organizações um controle sem paralelo sobre os negócios. A linha integrada de produtos – compreendendo a solução em nuvem de governança, risco e conformidade (GRC) e a linha principal de produtos analíticos – é usada em todos os níveis da organização para ajudar a maximizar as oportunidades de crescimento, identificando e mitigando os riscos, protegendo os lucros e acelerando o desempenho, a saber:

O ACL AuditExchange™ é uma plataforma de business assurance e análises gerenciadas, projetada para atender os diferentes perfis de cada integrante da equipe e suas necessidades. A sua equipe pode utilizar a plataforma ACL AuditExchange™ para conduzir análises ad-hoc, repetitivas e contínuas, automatizar tarefas de análises repetitivas e aumentar a produtividade. A solução permite que toda documentação criada por um ou mais integrantes da equipe sejam armazenadas e gerenciadas na biblioteca do repositório do AX Core, junto com os arquivos de dados e tabelas associadas. A Biblioteca fica acessível a todos da equipe e o trabalho existente pode ser reutilizado e redirecionado, o que reduz esforços e tempo.

ACL™ GRC Governança, Gestão de Riscos e Compliance simplificadas Atividades de governança, gestão de risco e compliance, ou GRC (Governance, Risk Management and Compliance) fazem parte da vida diária de toda organização. Seja por exigência de um compromisso formal com GRC, ou pelo simples desejo de aprimorar o desempenho organizacional por meio de uma melhor gestão de riscos departamentais, controle e objetivos de conformidade, as atividades de GRC não precisam ser complicadas, difíceis ou extensas. Com a solução ACL GRC, é diferente. Trata-se de gestão de risco, gestão de projeto e gestão de resultados, tudo em uma solução em nuvem fácil de usar e flexível, sem configurações e manutenções custosas e demoradas e problemáticas. Além disso, é uma solução baseada em dados, para que resultados analíticos possam ser compartilhados e ações possam ser tomadas antes que preocupações se tornem problemas.

#### **b) Recomposição do quadro da Auditoria Interna**

No decorrer do exercício, diversas ações junto a área de Recursos Humanos e a Alta Administração de Furnas, estão permitindo, para 2016, a recomposição do quadro da Auditoria. Nestas ações, já aprovadas pela Alta Administração, estão a transferência de dois profissionais através do sistema de mobilidade interna, admissão de outros dois profissionais via concurso público, e a reposição de uma coordenação, compondo o total de três, que remete a estrutura semelhante a reportada no RAIINT de 2014. Tal recomposição visa atender as crescentes demandas de trabalho da Auditoria, em especial a de avaliar o programa de integridade corporativa, garantindo o cumprimento ao Manual de Compliance referente à Política Anticorrupção das Empresas Eletrobras, que está em consonância com a Lei Nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

## **VI. Capacitação dos Auditores**

As ações realizadas, que permitiram o aperfeiçoamento contínuo da equipe da Auditoria Interna, estão refletidas nos treinamentos a seguir:

### **a) Congressos, Seminários e Cursos**

<b>Treinamento Realizado</b>	<b>Mês</b>	<b>Carga Horária</b>	<b>Nº de Part.</b>
CIA – Certified Internal Auditor (Parte 1)	Mar	32	2
Avaliação de Desempenho por Competência e Feedback	Fev	6	2
Gestão Econômico-Financeira	Jun/Jul	40	4
Mandarim	Jul/Dez	75	2
6º Seminário Nacional de Auditoria Interna do Setor Elétrico	Ago	16	12
4º Fórum de Auditoria de Sistemas	Ago	8	8
36º Congresso Brasileiro de Auditoria Interna – CONBRAI 2015	Out	36	3
Gestão de Auditoria – (ACL/GRC)	Set	17	14
Gerência de Riscos em Comercialização de Energia	Nov	16	2
Seminário de Capacitação SOX	Dez	8	5
Avaliação e Impacto da Nova IN CGU (IN 024/2015)	Nov	8	1

**CIA - Certified Internal Auditor – (Parte I)** - Tem por objetivos dar credibilidade perante a equipe interna e os clientes externos; desenvolver seu conhecimento sobre as melhores práticas no setor; demonstrar sua proficiência e profissionalismo; e estabelecer uma base para melhoria contínua e aprimoramento.

**Avaliação de Desempenho por Competência e Feedback** - Visa alinhar o conceito entre gestores, gerentes e coordenadores quanto à avaliação de desempenho por competência.

**Gestão Econômico Financeira** – Auxiliar a análise e tomada de decisão de investimentos, financiamentos e gestão eficiente e eficaz dos negócios da empresa.

**Mandarim** – As parcerias firmadas por Furnas com as empresas China Three Gorges e State Grid e os contatos cada vez mais frequentes com profissionais daquele país torna necessário o aprendizado do idioma Mandarim.

**6º Seminário Nacional de Auditoria Interna do Setor Elétrico** – Encontro das equipes de auditoria interna das empresas do setor elétrico com objetivo de avaliar os principais temas, propiciando a troca de experiências entre as equipes.

**36º Congresso Brasileiro de Auditoria Interna – CONBRAI 2015** - Maior evento no segmento de Auditoria Interna do país. Ao longo dos anos tem sido ponto de referência e se tornado forte meio de atualização profissional de toda a comunidade de auditoria interna. O evento tem o objetivo de auxiliar as organizações a atingirem seus objetivos através de uma abordagem sistemática e estruturada para avaliar e melhorar a eficácia da gestão de riscos, dos controles internos e dos processos de governança.

**Gestão de Auditoria (ACL/GRC)** – Treinamento destinado à utilização da nova ferramenta de gestão dos trabalhos da auditoria interna.

**Gerência de Riscos em Comercialização de Energia** – Fornecer uma visão completa da gestão e precificação de riscos de mercado em comercialização de energia elétrica no Brasil.

**Seminário de Capacitação SOX** – Destinado à atualização técnica das equipes de auditoria vinculadas à realização dos testes da administração visando a certificação SOX para o exercício;

**Avaliação e Impacto da Nova IN CGU (IN 024/2015)** – Discutir as alterações nas atividades da Auditoria Interna introduzidas com a divulgação da Instrução Normativa nº 024 de 17.11.2015.

**b) Cursos de Especialização**

<b>Título do Curso</b>	<b>Local</b>	<b>Período</b>	<b>Carga Horária</b>	<b>Nº de Part.</b>
MBA EM Gestão Empresarial	Fundação Getúlio Vargas - FGV	Set/2014 a Set/2015	432	1

**MBA em Gestão Empresarial** - O MBA tem por objetivos: desenvolver a capacidade empreendedora e empresarial, com percepção de oportunidade de negócios; aprender a lidar com situações e decisões complexas; desenvolver a visão sistêmica e estratégica, melhorando a sua empregabilidade; desenvolver a capacidade de análise e reflexão crítica, envolvendo as diversas áreas da gestão de empresas; melhorar as competências interpessoais e promover o networking.

## ***VII. Benefícios da Atuação da Auditoria Interna***

---

A atuação da Auditoria Interna no exercício de 2015 propiciou a FURNAS fortalecer o controle governamental na fiscalização da aplicação dos recursos públicos e na busca da avaliação quanto à aderência da despesa pública aos princípios de eficiência, eficácia, economicidade, legalidade, publicidade, impessoalidade, dentre outros, em observância à legislação pertinente.

Por consequência atendeu às expectativas da Administração de FURNAS e de sua Controladora, ELETROBRAS, no sentido de cumprir a programação prevista no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna, priorizando os processos que apresentem maiores riscos e as solicitações para realização de auditorias especiais.

[Redacted Signature]

Superintendente de Auditoria Interna

[Redacted Signature]

Coordenador Operacional de Auditoria

[Redacted Signature]

Coordenador de Programação de Auditoria

Relatório:	RAU.001.2015												
Diretoria:	Diretoria de Engenharia, Meio Ambiente, Projeto e Implantação de Empreendimentos - DE												
Órgão Auditado:	Superintendência de Implantação de Empreendimentos – SI.E												
Período:	15.10.2014 à 15.11.2014												
Recursos Humanos:	1 Auditor												
Data de Emissão	05.01.2015												
Processo Auditado:	Gestão de Investimentos												
Escopo:	Implantação U.H.E. Batalha												
Abrangência:	Programa de Trabalho nº 1G96 que corresponde a 2,1% do total orçado.												
	<table><tr><th>Descrição de Projeto</th><th>Previsão Orçamento 2014 R\$</th><th>% em relação ao total</th></tr><tr><td>* GERAÇÃO</td><td>276.112.755</td><td>21,9</td></tr><tr><td>Ampliação</td><td>89.565.496</td><td>7,1</td></tr><tr><td>1G96 IMPLANTAÇÃO UHE BATALHA</td><td>26.169.684</td><td>2,1</td></tr></table>	Descrição de Projeto	Previsão Orçamento 2014 R\$	% em relação ao total	* GERAÇÃO	276.112.755	21,9	Ampliação	89.565.496	7,1	1G96 IMPLANTAÇÃO UHE BATALHA	26.169.684	2,1
	Descrição de Projeto	Previsão Orçamento 2014 R\$	% em relação ao total										
	* GERAÇÃO	276.112.755	21,9										
	Ampliação	89.565.496	7,1										
1G96 IMPLANTAÇÃO UHE BATALHA	26.169.684	2,1											
Tendo em vista que a GCC.E apresenta atribuição de consolidar as informações e medição dos resultados do empreendimento (custo, prazo e qualidade) de Batalha, foram selecionamos os contratos deste órgão que tiveram pagamentos acima 900 mil em 2014.													
<table><tr><th>Nº Contrato</th><th>Fornecedor</th><th>Relação de pagamentos em 2014*</th></tr><tr><td>██████████</td><td>██████████</td><td>R\$ 931.586,01</td></tr><tr><td>██████████</td><td>██████████</td><td>R\$ 1.045.403,67</td></tr></table>	Nº Contrato	Fornecedor	Relação de pagamentos em 2014*	██████████	██████████	R\$ 931.586,01	██████████	██████████	R\$ 1.045.403,67				
Nº Contrato	Fornecedor	Relação de pagamentos em 2014*											
██████████	██████████	R\$ 931.586,01											
██████████	██████████	R\$ 1.045.403,67											
	* Relação de pagamento de janeiro à setembro de 2014.												

<b>Relatório:</b>	RAU.002.2015
<b>Diretoria:</b>	Diretoria de Administração - DA
<b>Órgão Auditado:</b>	Superintendência Tecnologia da Informação – ST.A
<b>Período:</b>	15.10.2014 à 21.01.2015
<b>Recursos Humanos:</b>	2 Auditores
<b>Data de Emissão</b>	30.01.2015
<b>Processo Auditado:</b>	Tecnologia da Informação
<b>Escopo:</b>	Serviços de TI
<b>Abrangência:</b>	<p>Avaliar a exposição aos riscos, adequação e eficácia dos controles de gestão dos serviços de TI, abrangendo os seguintes aspectos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Gestão de nível de serviço;</li> <li>b) Gerenciar requisições de serviços;</li> <li>c) Gestão de serviços de TI;</li> <li>d) Gestão de fornecedores;</li> <li>e) Gestão de disponibilidade e capacidade;</li> <li>f) Treinamento e capacitação;</li> <li>h) Monitorar e avaliar desempenho dos serviços e conformidade.</li> </ul>

<b>Relatório:</b>	RAU.003.2015
<b>Diretoria:</b>	Diretoria de Finanças - DF
<b>Órgão Auditado:</b>	Superintendência de Finanças Corporativas – SF.F
<b>Período:</b>	02.02.2015 à 17.03.2015
<b>Recursos Humanos:</b>	1 Auditor
<b>Data de Emissão</b>	13.02.2014
<b>Processo Auditado:</b>	Gestão de Empréstimos
<b>Escopo:</b>	Destinação Específica e Fluxo de Caixa

<b>Abrangência:</b>	Em 31 de dezembro de 2014, FURNAS possuía uma carteira de empréstimos com 32 contratos vigentes, totalizando R\$8.927.660.000,00 (valor contábil).			
	Foram selecionados, sete contratos, para análise e verificação, representando 35% da carteira, no montante de R\$2.995.970.589,62.			
	Foram utilizadas as seguintes premissas para seleção:			
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Contratos vigentes em 2015, com exceção dos contratos que foram analisados no trabalho anterior, Relatório de Auditoria nº RAU 007.2014.</li> <li>Contratos com aplicações de recursos distintos, a saber: investimentos próprios; Inversões financeiras; equilíbrio de caixa; rolagem de dívidas e projetos.</li> </ul>			
	<b>Contrato</b>	<b>Destinação</b>	<b>Valor – R\$</b>	<b>Assinatura</b>
	██████████	Equilíbrio de Caixa	318.904.370,94	16.12.2009
	██████████	Equilíbrio de Caixa	195.802.352,82	16.12.2009
	██████████	Inversões (SPE's)	600.000.000,00	30.06.2011
	██████████ ██████████ ██████████	Equilíbrio de Caixa	400.000.000,00	10.01.2014
	██████████ ██████████ ██████████ ██████████	Rolagem de Dívidas para Inversões Financeiras	212.760.470,13	25.07.2012
	██████████ ██████████ ██████████	Investimentos Próprios, Inversões Financeiras, PREQ e Rolagem de Dívidas	1.000.000.000,00	29.05.2013
	██████████ ██████████	Inovação de natureza tecnológica	268.503.395,73	29.10.2013
	-	-	2.995.970.589,62	-

<b>Relatório:</b>	RAU.004.2015
<b>Diretoria:</b>	Diretoria de Engenharia, Meio Ambiente, Projeto e Implantação de Empreendimentos - DE
<b>Órgão Auditado:</b>	Superintendência de Implantação de Empreendimentos – SI.E Superintendência de Escritório de Projetos – EP.E
<b>Período:</b>	19.01.2015 a 17.03.2015
<b>Recursos Humanos:</b>	3 Auditores
<b>Data de Emissão</b>	27.03.2015
<b>Processo Auditado:</b>	Gestão de Investimentos
<b>Escopo:</b>	Gestão de Orçamentos



<b>Abrangência:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>a. Analisar o Programa de Trabalho 1SC Ampliação da Capacidade UTE Santa Cruz - Fase I - que corresponde a 2% do total orçado para investimento para 2015;</li> <li>b. Critério de amostragem a seleção não aleatória, visto que foi analisado o contrato vigente.</li> <li>c. Verificar e atestar o cumprimento das condições de contratação e principais obrigações contratuais;</li> <li>d. Gestão do Contrato: Termo Contratual [REDACTED] – [REDACTED] [REDACTED] - Valor Total – R\$76.833.275,94;</li> <li>e. Análise do faturamento referente aos pagamentos de março de 2014 até 10/02/2015, no montante de R\$18.529.570,98;</li> <li>f. Certificar que estão corretos os procedimentos de medição, acompanhamento e registro das etapas ocorridas nas obras e serviços contratados;</li> <li>g. Certificar-se do cumprimento por parte de FURNAS e da Contratada de suas obrigações sociais quanto a FGTS e INSS;</li> <li>h. Cumprimento do Prazo de Execução Contratual em relação ao prazo estabelecido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL;</li> <li>i. Verificar a existência de penalidades aplicadas pela ANEEL;</li> <li>j. Acompanhamento dos Relatórios de Auditoria anteriores: RAU.084.2002 de 02.12.2002, RAU.020.2003 de 31.03.2003, RAU.069.2003 de 27.10.2003, RAU.065.2004 de 23.09.2004, RAU.026.2005 de 13.04.2005, RAU.054.2007 de 16.03.2007, RAU.021.2014 de 30.07.2014,</li> <li>k. Movimentação do material, incluindo substituição, armazenagem, manutenção e destinação;</li> <li>l. Compatibilização do valor dispendido de R\$18.529.570,98, que corresponde 24,11% do valor contratual, com os serviços efetivamente realizados.</li> <li>m. Acompanhamento Orçamentário do empreendimento.</li> </ul>
---------------------	---

<b>Relatório:</b>	RAU.005.2015
<b>Diretoria:</b>	Diretoria de Administração – DA
<b>Órgão Auditado:</b>	Superintendência de Gestão Estratégica de Pessoas – RH.A
<b>Período:</b>	24.03.2015 a 25.03.2015
<b>Recursos Humanos:</b>	1 Auditor
<b>Data de Emissão</b>	25.03.2015
<b>Processo Auditado:</b>	Folha de Pagamentos
<b>Escopo:</b>	Remuneração Paga aos Administradores e Conselheiros
<b>Abrangência:</b>	Verificação dos valores pagos a Diretoria Executiva e Conselho de Administração de FURNAS, considerando os termos da Assembleia Geral Ordinária - AGO, realizada em 29.04.2014, que aprovou o valor global de R\$6.280.008,70 para o período compreendido entre abril de 2014 e março de 2015.

<b>Relatório:</b>	RAU.006.2015
<b>Diretoria:</b>	Presidência – DP
<b>Órgão Auditado:</b>	Superintendência de Comunicação e Relações Institucionais – CR.P
<b>Período:</b>	05.01.2015 a 20.03.2015
<b>Recursos Humanos:</b>	1 Auditor
<b>Data de Emissão</b>	27.03.2015
<b>Processo Auditado:</b>	Gestão de Materiais, Bens e Serviços
<b>Escopo:</b>	Dispensa de Licitação (Auditoria Contínua)

<b>Abrangência:</b>	<p>Levantamento das quantidades de pagamentos efetuados por fornecedor (CPF/CNPJ) no período de janeiro a dezembro de 2014.</p> <p>Comparação dos montantes pagos no período de janeiro a dezembro de 2014 com relação ao mesmo período de 2013.</p>
---------------------	--

<b>Relatório:</b>	RAU.007.2015
<b>Diretoria:</b>	Diretoria de Gestão de Novos Negócios e de Participações - DN
<b>Órgão Auditado:</b>	Superintendência de Desenvolvimento de Novos Negócios – SN.N Superintendência de Gestão de Negócios e de Participações – SP.N
<b>Período:</b>	09.03.2015 a 23.03.2015
<b>Recursos Humanos:</b>	2 Auditores
<b>Data de Emissão</b>	27.03.2015
<b>Processo Auditado:</b>	Gestão de Participações
<b>Escopo:</b>	Acompanhamento dos Investimentos Permanentes
<b>Abrangência:</b>	<p>Análise dos controles internos dos seguintes processos da cadeia de valor das SPE, com base nos questionários elaborados pela Eletrobrás:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Gestão de portfólio de projetos empresariais;</li> <li>2. Formulação estratégica da modalidade societária do negócio;</li> <li>3. Avaliação integrada do negócio;</li> <li>4. Atividades relacionadas à realização do leilão;</li> <li>5a. Gestão do desempenho de SPE na fase pré-operacional;</li> <li>5b. Gestão do desempenho de SPE na fase operacional.</li> </ol>

<b>Relatório:</b>	RAU.008.2015
<b>Diretoria:</b>	Diretoria de Gestão de Novos Negócios e de Participações - DN
<b>Órgão Auditado:</b>	Superintendência de Desenvolvimento de Novos Negócios – SN.N
<b>Período:</b>	10.02.2015 a 10.03.2015
<b>Recursos Humanos:</b>	1 Auditor
<b>Data de Emissão</b>	27.03.2015
<b>Processo Auditado:</b>	Gestão de Participações
<b>Escopo:</b>	Participações em Sociedades e Novos Negócios
<b>Abrangência:</b>	<p>Analisar a exposição aos riscos, adequação e a eficácia dos controles nos seguintes aspectos:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>a) Implementação das recomendações/determinações emitidas pelo TCU referente ao processo TC 021.932/2014-0, em minuta.</li> <li>b) Critérios de seleção dos parceiros face às exigências da holding de todas as SPE's;</li> <li>c) Estrutura de governança das SPE (Sociedade de Propósito Específico);</li> <li>d) Atualização dos Planos de Negócios.</li> </ol> <p>A abrangência desta auditoria está limitada aos processos de estruturação e viabilização de negócios em forma de SPE no âmbito da SN. N.</p>

<b>Relatório:</b>	RAU.009.2015
<b>Diretoria:</b>	Diretoria de Administração - DA
<b>Órgão Auditado:</b>	Superintendência de Gestão de Suprimentos – GS.A
<b>Período:</b>	02.03.2015 a 16.03.2015
<b>Recursos Humanos:</b>	1 Auditor
<b>Data de Emissão</b>	27.03.2015
<b>Processo Auditado:</b>	Gestão de Materiais, Bens e Serviços
<b>Escopo:</b>	Gestão Contratual
<b>Abrangência:</b>	Verificação da Implementação dos Planos de Ação propostos pelo DSG.G na



	<p>Ata de Auditoria nº DOA.029.2012 de 01.11.2012 e o Relatório de Auditoria nº 052.2012 de 21.11.2012.</p> <p>Adequação do processo de Aditamentos aos ditames da Lei no 8.666/93 e das Normas Internas de FURNAS, no que tange a: Enquadramento da modalidade de licitação; emissão de requisição; alçada de aprovação da requisição, apreciações prévias do processo pela Gerência de Consultivo – GCO.P e Gerência de Análise Financeira – GFI.F; e publicações legais;</p> <p>Análise das tempestivas publicações legais.</p> <p>Verificação dos valores apresentados nas medições de Dezembro/2013 a Janeiro/2015 com os pagamentos lançados no SAP;</p> <p>Cumprimento das seguintes cláusulas contratuais: 1a - Objeto; 8ª. – Preços; 10ª – Condições de Faturamento e Pagamento; 11ª – Reclamações Trabalhistas; 20ª – Prazo; 23ª – Valor do Contrato; 24ª – Contribuições para o INSS e o FGTS.</p>
--	---

<b>Relatório:</b>	RAU.010.2015
<b>Diretoria:</b>	Diretoria de Engenharia, Meio Ambiente, Projeto e Implantação de Empreendimentos - DE
<b>Órgão Auditado:</b>	Superintendência de Implantação de Empreendimentos – SI.E Superintendência de Escritório de Projetos – EP.E Superintendência de Estudos e Projetos – SE.E
<b>Período:</b>	27.01.2015 a 13.03.2015
<b>Recursos Humanos:</b>	2 Auditores
<b>Data de Emissão</b>	27.03.2015
<b>Processo Auditado:</b>	Gestão de Invtimentos
<b>Escopo:</b>	Investimentos em Transmissão Gestão de Orçamento
<b>Abrangência:</b>	<p><b>GESTÃO INVESTIMENTO</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a. Analisar os Programas de Investimentos destinados à construção, ampliação e reforço de Transmissão de Energia;</li> <li>b. Analisar a adequação do processo do aditamento aos ditames da Lei nº 8.666/93 e das Normas Internas de FURNAS;</li> <li>c. Analisar os procedimentos adotados para gerenciamento dos Termos Contratuais no tocante ao cumprimento das obrigações, bem como ao atendimento das legislações vigentes;</li> <li>d. Analisar a implementação das recomendações / determinações emitidas pelos órgãos externos e internos de fiscalização.</li> </ul> <p><b>ORÇAMENTO</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a. Identificar a existência de indicadores e mecanismos de monitoramento da execução orçamentária;</li> <li>b. Garantir que as áreas de investimento apresentem o correto planejamento de execução dos projetos para que não haja frustração orçamentária relevante.</li> </ul>

<b>Relatório:</b>	RAU.011.2015
<b>Diretoria:</b>	Diretoria de Administração - DA
<b>Órgão Auditado:</b>	Superintendência de Gestão Estratégica de Pessoas – RH.A
<b>Período:</b>	05.01.2015 a 20.03.2015
<b>Recursos Humanos:</b>	1 Auditor
<b>Data de Emissão</b>	30.04.2015
<b>Processo Auditado:</b>	Gestão de Materiais, Bens e Serviços
<b>Escopo:</b>	Dispensa de Licitação (Auditoria Contínua)

<b>Abrangência:</b>	Levantamento das quantidades de pagamentos efetuados por fornecedor (CPF/CNPJ) no período de janeiro a dezembro de 2014.  Comparação dos montantes pagos no período de janeiro a dezembro de 2014 com relação ao mesmo período de 2013.
---------------------	---

<b>Relatório:</b>	RAU.012.2015
<b>Diretoria:</b>	Diretoria de Finanças - DF
<b>Órgão Auditado:</b>	Diretoria de Finanças - DF
<b>Período:</b>	06.04.2015 a 23.04.2015
<b>Recursos Humanos:</b>	1 Auditor
<b>Data de Emissão</b>	28.04.2015
<b>Processo Auditado:</b>	Gestão Tributária
<b>Escopo:</b>	Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI
<b>Abrangência:</b>	Assegurar se os valores dos benefícios encontram-se adequadamente registrados, bem como se os controles mantidos cumprem às determinações da Portaria MME nº 319 de 26.09.2008

<b>Relatório:</b>	RAU.013.2015
<b>Diretoria:</b>	Presidência - DP
<b>Órgão Auditado:</b>	Superintendência de Comunicação e Relações Institucionais – CR.P
<b>Período:</b>	29.01.2015 a 31.03.2015
<b>Recursos Humanos:</b>	1 Auditor
<b>Data de Emissão</b>	30.04.2015
<b>Processo Auditado:</b>	Ações Sociais
<b>Escopo:</b>	Convênio/Patrocínio
<b>Abrangência:</b>	<p>a. Análise dos processos de seleção e projetos a serem beneficiados, bem como as devidas aprovações pelas alçadas competentes;</p> <p>b. Análise da prestação de contas dos recursos face às solicitações efetuadas;</p> <p>c. Análise dos retornos esperados para os convênios; e</p> <p>d. Análise do aproveitamento dos benefícios fiscais concedidos em decorrência dos projetos.</p> <p>A seleção dos projetos a serem analisados foi baseada em técnica de amostragem probabilística levando-se em consideração os projetos: patrocínios esportivos, incentivados ou não, edital espaço FURNAS não incentivado, escolha Direta/Edital incentivados, convênios e eventos escolha direta/edital, conforme informações extraídas do SAP, bem como dados fornecidos pela GRS.P. A seleção considerou o percentual mínimo de 20% dos valores despendidos, no período de Janeiro de 2014 a janeiro de 2015, levando-se em consideração as características de cada projeto.</p>

<b>Relatório:</b>	RAU.014.2015
<b>Diretoria:</b>	Diretoria de Administração - DA
<b>Órgão Auditado:</b>	Diretoria de Administração - DA
<b>Período:</b>	02.01.2015 a 27.03.2015
<b>Recursos Humanos:</b>	2 Auditores
<b>Data de Emissão</b>	29.05.2015
<b>Processo Auditado:</b>	Testes da Administração- SOX
<b>Escopo:</b>	Gestão de Materiais, Tecnologia e Entity Level

<p><b>Abrangência:</b></p>	<p><b>Processo RHM1 - Recursos Humanos Gestão de Folha de Pagamentos</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Assegurar que os procedimentos, relacionados à folha de pagamentos, sejam realizadas e controladas em conformidade com políticas, normas e procedimentos da empresa e/ou legislação vigente;</li> <li>▪ Assegurar cálculo correto e tempestivo da folha de pagamentos, assim como sua atualização (correção e juros), utilizando a respectiva base, registro contábil e/ou contrato;</li> <li>▪ Assegurar que as informações ou lançamentos, relacionadas à folha de pagamentos e despesas na folha de pagamentos, sejam elaborados e controlados em conformidade com os padrões contábeis vigentes, com devida revisão e aprovação por colaborador responsável, com competência técnica e/ou delegação de autoridade apropriada e com a devida documentação suporte;</li> <li>▪ Assegurar que as informações sobre os colaboradores (empregados, terceirizados, menores aprendizes, etc.) estejam cadastradas e atualizadas, com dados fidedignos e com base em documentação suporte (RG, CPF, certidão de nascimento, etc.);</li> <li>▪ Assegurar que as informações, relacionadas às despesas e cálculos da Folha de Pagamentos, são monitoradas, gerenciadas e tempestivamente comunicadas;</li> <li>▪ Assegurar a adequada atribuição de responsabilidade para cada colaborador, respeitando os preceitos de segregação de função de cada atividade do processo;</li> <li>▪ Assegurar revisão periódica dos perfis/grupos de acesso às funções/habilidades/transações críticas dos sistemas;</li> <li>▪ Assegurar que a documentação suporte seja arquivada em local seguro, de acesso restrito e de acordo com o prazo legal vigente.</li> </ul> <p><b>Processo MAT 3 – Gestão de Materiais - Compras</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Assegurar que as compras de bens e serviços e/ou notas fiscais, relacionadas aos preços, quantidades e/ou volumes, sejam realizadas e controladas em conformidade com políticas, normas e procedimentos da empresa, legislação vigente, cláusulas contratuais e que suas cláusulas tenham sido validadas pelo departamento jurídico e/ou assessoria financeira responsável;</li> <li>▪ Assegurar cálculo correto e tempestivo da compra de materiais, assim como sua atualização (correção e juros), utilizando a respectiva base, registro contábil e/ou contrato;</li> <li>▪ Assegurar que as informações sobre os fornecedores de materiais, bens ou serviços e/ou notas de crédito/débito estejam cadastradas e atualizadas;</li> <li>▪ Assegurar que os pagamentos, relacionados a compras, sejam registrados e efetuados devidamente, com valor correto, sem duplicidade e/ou fora do período de competência;</li> <li>▪ Assegurar que as informações ou dados das compras e recebimentos de bens e materiais, ativos fixos, notas fiscais, rebates, notas de crédito e/ou débito sejam elaborados e controlados em conformidade com os padrões contábeis vigentes, com devida revisão e aprovação por colaborador responsável, com competência técnica e/ou delegação de autoridade apropriada e com a devida documentação suporte;</li> <li>▪ Assegurar que as compras de materiais são monitoradas, gerenciadas e reportadas tempestivamente à Gerência e/ou Diretoria responsável;</li> <li>▪ Assegurar a adequada atribuição de responsabilidade para cada colaborador, respeitando os preceitos de segregação de função de cada atividade do processo;</li> <li>▪ Assegurar revisão periódica dos perfis/grupos de acesso às funções/habilidades/transações críticas dos sistemas;</li> <li>▪ Assegurar que os processos de contratação e os contratos de compra e serviço, bem como a gestão de materiais estejam em conformidade com a legislação vigente, de acordo com as Políticas, Normas e</li> </ul>
----------------------------	---

	<p>Procedimentos da Companhia e preços compatíveis com o mercado;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Assegurar que a documentação suporte de compra de materiais seja arquivada em local seguro, de acesso restrito e de acordo com o prazo legal vigente.</li> </ul> <p><b>Processo TEC1 – Processo de Tecnologia – Gerenciamento de Mudança</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Assegurar adequadas condições ambientais no que se refere ao CPD, por meio de controles de temperatura e umidade, proteção contra queda de energia e propagação de fogo, de forma a garantir a continuidade dos processamentos de dados e infraestrutura tecnológica;</li> <li>▪ Assegurar adequada restrição de acessos às funções de cada colaborador, em conformidade com a segregação de função de cada atividade do processo;</li> <li>▪ Assegurar revisão periódica dos perfis/grupos de acesso às funções/habilidades/transações críticas dos sistemas;</li> <li>▪ Assegurar que as mudanças de controle de tecnologia convencionais e emergenciais não comprometam as informações financeiras e que estejam em conformidade com os padrões e responsabilidades definidos pela companhia.</li> </ul> <p><b>Processo TEC2.1 – Processo de Tecnologia – Controle de Acesso Físico e de Ambiente</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Assegurar adequadas condições ambientais no que se refere ao CPD, por meio de controles de temperatura e umidade, proteção contra queda de energia e propagação de fogo, de forma a garantir a continuidade dos processamentos de dados e infraestrutura tecnológica;</li> <li>▪ Assegurar adequada restrição de acessos às funções de cada colaborador, em conformidade com a segregação de função de cada atividade do processo;</li> <li>▪ Assegurar revisão periódica dos perfis/grupos de acesso às funções/habilidades/transações críticas dos sistemas.</li> </ul> <p><b>Processo TEC2.2 – Processo de Tecnologia – Controle de Acesso Lógico</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Assegurar adequada restrição de acessos às funções de cada colaborador, em conformidade com a segregação de função de cada atividade do processo;</li> <li>▪ Assegurar revisão periódica dos perfis/grupos de acesso às funções/habilidades/transações críticas dos sistemas;</li> <li>▪ Assegurar existência de log para rastreabilidade de acessos críticos, em conformidade com os padrões de segurança da empresa.</li> </ul> <p><b>Processo TEC4 – Processo de Tecnologia – Operações de TI</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Assegurar que os principais jobs, interfaces, servidores e serviços da rede corporativa da empresa são adequadamente executados, monitorados e em caso de problemas, são devidamente registrados e comunicados à Gerência e/ou Diretoria responsável;</li> <li>▪ Assegurar adequada restrição de acessos às funções de cada colaborador, em conformidade com a segregação de função de cada atividade do processo;</li> <li>▪ Assegurar revisão periódica dos perfis/grupos de acesso às funções/habilidades/transações críticas dos sistemas;</li> <li>▪ Assegurar que, em caso de um desastre, os processos essenciais do negócio e sistemas de informação podem ser recuperados;</li> <li>▪ Assegurar que problemas, falhas e incidentes na operação do ambiente de TI da companhia sejam devidamente identificados, analisados, resolvidos e monitorados;</li> <li>▪ Garantir que os serviços prestados por terceiros (fornecedores, parceiros e etc.) satisfaçam requisitos empresariais. Este processo é realizado através da definição clara dos papéis, responsabilidades e expectativas em acordos de terceiros, bem como revisão e</li> </ul>
--	--

	acompanhamento desses acordos para a eficácia e cumprimento; <ul style="list-style-type: none"> <li>Assegurar que programas da entidade, dados e outros recursos de informação são protegidos contra vírus.</li> </ul> <b>Entity Level</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Avaliar o posicionamento da gestão de FURNAS, utilizando como referência critérios baseados nas melhores práticas do mercado;</li> <li>Avaliar o cumprimento das deliberações da alta administração, diretrizes e metas estabelecidas no PNG e CMDE, a fim de garantir o atingimento dos objetivos do negócio;</li> <li>Avaliar a estrutura de controles internos instituída por FURNAS com vistas a garantir que seus objetivos estratégicos para o exercício sejam atingidos.</li> </ul>
--	--

<b>Relatório:</b>	RAU.015.2014
<b>Diretoria:</b>	Diretoria de Finanças - DF
<b>Órgão Auditado:</b>	Diretoria de Finanças - DF
<b>Período:</b>	02.01.2015 a 27.03.2015
<b>Recursos Humanos:</b>	2 Auditor
<b>Data de Emissão</b>	22.06.2015
<b>Processo Auditado:</b>	Testes da Administração – SOX
<b>Escopo:</b>	Gestão Financeira, Gestão de Ativo Fixo, Gestão Contábil, Gestão Tributária e Entity Level
<b>Abrangência:</b>	<b>Processo FIN1 - Disponibilidades</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Assegurar que investimentos, aplicações e/ou transações bancárias sejam realizadas e controladas em conformidade com políticas, normas e procedimentos da empresa e/ou legislação vigente;</li> <li>Assegurar que informações e pagamentos, decorrentes de disponibilidades (conciliação, aplicação financeira), sejam registrados e controlados em conformidade com os padrões contábeis vigentes, com devida revisão e aprovação por colaborador responsável, com competência técnica e/ou delegação de autoridade apropriada e com a devida documentação suporte;</li> <li>Assegurar cálculo correto e tempestivo de rendimentos no exterior ou cálculos pro-rata de rendimentos de investimentos e aplicações, assim como sua atualização (correção e juros), utilizando a respectiva base, registro contábil e/ou contrato;</li> <li>Assegurar que os valores acumulados e contabilizados nas demonstrações financeiras, referentes a investimentos e aplicações, sejam apresentados corretamente, efetuados com valor correto, sem duplicidade e dentro do período de competência;</li> <li>Assegurar que as movimentações nas contas bancárias são monitoradas, gerenciadas e reportadas tempestivamente à Gerência e/ou Diretoria;</li> <li>Assegurar a adequada atribuição de responsabilidade para cada colaborador, respeitando os preceitos de segregação de função de cada atividade do processo;</li> <li>Assegurar revisão periódica dos perfis/grupos de acesso às funções/habilidades/transações críticas dos sistemas;</li> <li>Assegurar que a documentação suporte seja arquivada em local seguro, de acesso restrito e de acordo com o prazo legal vigente.</li> </ul> <b>Processo FIN2 – Recebimentos</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Assegurar que os recebimentos e/ou a concessão de descontos, abatimentos e perdão de multas e juros sejam realizados e controlados em conformidade com políticas, normas e procedimentos da empresa e/ou legislação vigente, bem como com as cláusulas contratuais e que suas cláusulas tenham sido validadas pelo Departamento Jurídico e Assessoria Financeira;</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Assegurar que os recebimentos e faturamentos estejam em conformidade com as cláusulas contratuais e que suas cláusulas tenham sido validadas pelo Departamento Jurídico e Assessoria Financeira</li> <li>▪ Assegurar devido gerenciamento, revisão e aprovação dos recebimentos (todas naturezas e PCLD), concessão de descontos, abatimentos e perdão de multas e juros e dados mestres de clientes por colaborador responsável, com competência técnica e/ou delegação de autoridade apropriada (aprovação por alçada competente);</li> <li>▪ Assegurar cálculo correto e tempestivo de recebimentos (todas naturezas e PCLD), assim como sua atualização (correção e juros), utilizando a respectiva base, registro contábil e/ou contrato;</li> <li>▪ Assegurar que os recebimentos sejam registrados e efetuados devidamente, com valor correto, sem duplicidade e/ou fora do período de competência;</li> <li>▪ Assegurar que as informações sobre os clientes ou fornecedores de Recebimentos estejam cadastradas e atualizadas;</li> <li>▪ Assegurar que os valores acumulados e contabilizados nas demonstrações financeiras, referentes a recebimentos (todas naturezas e PCLD), sejam apresentados corretamente, efetuados com valor correto, sem duplicidade, dentro do período de competência e com devida documentação suporte;</li> <li>▪ Assegurar que os recebimentos, relacionadas às informações de inadimplência do contas a receber, ao Cadastro Informativo (CADIN), relacionado a créditos não quitados de órgãos e entidades federais, às cobranças judiciais de clientes e à ANEEL, relacionadas ao demonstrativo dos débitos em atraso, são monitoradas, gerenciadas e reportadas tempestivamente à Gerência e/ou Diretoria;</li> <li>▪ Assegurar a adequada atribuição de responsabilidade para cada colaborador, respeitando os preceitos de segregação de função de cada atividade do processo;</li> <li>▪ Assegurar revisão periódica dos perfis/grupos de acesso às funções/habilidades/transações críticas dos sistemas;</li> <li>▪ Assegurar que a documentação suporte seja arquivada em local seguro, de acesso restrito e de acordo com o prazo legal vigente.</li> </ul> <p><b>Processo FIN3 – Pagamentos</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Assegurar que os pagamentos sejam realizados e controlados em conformidade com políticas, normas e procedimentos da empresa e/ou legislação vigente;</li> <li>▪ Assegurar devido gerenciamento, revisão e aprovação dos pagamentos (todas naturezas) por colaborador responsável, com competência técnica e/ou delegação de autoridade apropriada (aprovação por alçada competente);</li> <li>▪ Assegurar cálculo correto e tempestivo de pagamentos de todas naturezas, assim como sua atualização (correção e juros), utilizando a respectiva base, registro contábil e/ou contrato;</li> <li>▪ Assegurar que os pagamentos, de todas as naturezas nacionais ou no exterior, sejam registrados e efetuados devidamente, com valor correto, sem duplicidade, fora do período de competência, em conformidade com as cláusulas contratuais e que suas cláusulas tenham sido validadas pelo Departamento Jurídico e Assessoria Financeira;</li> <li>▪ Assegurar que os valores acumulados e contabilizados nas demonstrações financeiras, referentes a Pagamentos (todas naturezas), sejam apresentados corretamente, efetuados com valor correto, sem duplicidade, dentro do período de competência e com devida documentação suporte;</li> <li>▪ Assegurar a adequada atribuição de responsabilidade para cada colaborador, respeitando os preceitos de segregação de função de cada atividade do processo;</li> <li>▪ Assegurar revisão periódica dos perfis/grupos de acesso às</li> </ul>
--	--



	<p>funções/habilidades/transações críticas dos sistemas;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Assegurar que a documentação suporte seja arquivada em local seguro, de acesso restrito e de acordo com o prazo legal vigente.</li> </ul> <p><b>Processo IMZ 1 – Controle Patrimonial</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Assegurar que a baixa de ativos e o cálculo do impairment sejam realizados e controlados em conformidade com políticas, normas e procedimentos da empresa e/ou legislação vigente;</li> <li>▪ Assegurar devido gerenciamento, revisão e aprovação das atividades de Controle Patrimonial por colaborador responsável, com competência técnica e/ou delegação de autoridade apropriada (aprovação por alçada competente);</li> <li>▪ Assegurar que os valores acumulados e contabilizados nas demonstrações financeiras, referentes ao Controle Patrimonial, sejam apresentados corretamente, efetuados com valor correto, sem duplicidade, dentro do período de competência e com devida documentação suporte;</li> <li>▪ Assegurar que as informações, relacionadas às notas fiscais e/ou horas trabalhadas em imobilização em curso, aos custos e/ou despesas ativados, à depreciação de ativos e/ou baixa de ativos imobilizados, à depreciação de imobilizado não realizado, a ativos, à movimentação para fins de transferência, manutenção ou comodato, à imobilização em curso, aos gastos de obras ou projetos, à alienação de ativos, às perdas ou ganhos com a alienação de ativos, são monitoradas, gerenciadas e reportadas tempestivamente à Gerência e/ou Diretoria.</li> <li>▪ Assegurar que seja realizado cut-off apropriado durante os inventários físicos (cíclicos e/ou periódicos) e que possuam consolidações das contagens, e instruções e/ou descrições corretas e incluam localidades de terceiros (quando aplicável);</li> <li>▪ Assegurar a adequada atribuição de responsabilidade para cada colaborador, respeitando os preceitos de segregação de função de cada atividade do processo;</li> <li>▪ Assegurar revisão periódica dos perfis/grupos de acesso às funções/habilidades/transações críticas dos sistemas;</li> <li>▪ Assegurar que a documentação suporte seja arquivada em local seguro, de acesso restrito e de acordo com o prazo legal vigente;</li> </ul> <p><b>Processo CTB1 – Lançamentos Manuais</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Assegurar que os lançamentos manuais sejam realizados e controlados em conformidade com políticas, normas e procedimentos da empresa e/ou legislação vigente;</li> <li>▪ Assegurar devido gerenciamento, revisão e aprovação dos lançamentos manuais por colaborador responsável, com competência técnica e/ou delegação de autoridade apropriada;</li> <li>▪ Assegurar que os valores acumulados e contabilizados nos lançamentos manuais / demonstrações financeiras sejam apresentados corretamente, efetuados com valor correto, sem duplicidade e dentro do período de competência e que a documentação suporte seja guardada em local seguro, de acesso restrito e de acordo com prazo legal vigente;</li> <li>▪ Assegurar que os lançamentos manuais são registrados corretamente no razão contábil geral e reportados tempestivamente à Gerência e/ou Diretoria responsável;</li> <li>▪ Assegurar a adequada atribuição de responsabilidade para cada colaborador, respeitando os preceitos de segregação de função de cada atividade do processo;</li> <li>▪ Assegurar revisão periódica dos perfis/grupos de acesso às funções/habilidades/transações críticas dos sistemas;</li> <li>▪ Assegurar que a documentação suporte seja arquivada em local seguro, de acesso restrito e de acordo com o prazo legal vigente.</li> </ul> <p><b>Processo CTB2 – Reconciliação e Fechamento Contábil Mensal</b></p>
--	---

	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Assegurar que as conciliações contábeis sejam realizadas e controladas em conformidade com políticas, normas e procedimentos da empresa e / ou legislação vigente;</li> <li>▪ Assegurar devido gerenciamento, revisão e aprovação das conciliações contábeis por colaborador responsável, com competência técnica e/ou delegação de autoridade apropriada;</li> <li>▪ Assegurar que os lançamentos contábeis (manuais / automáticos) sejam registrados e efetuados devidamente, com valor correto, sem duplicidade e/ou fora do período de competência;</li> <li>▪ Assegurar que as informações ou dados registrados no razão contábil sejam registradas devidamente, com valor correto, sem duplicidade e tempestivamente;</li> <li>▪ Assegurar que os valores relacionados à reconciliação de contas sejam apresentados corretamente, efetuados com valor correto, sem duplicidade e dentro do período de competência e que a documentação suporte seja guardada em local seguro, de acesso restrito e de acordo com prazo legal vigente;</li> <li>▪ Assegurar que as conciliações contábeis são elaboradas, revisadas e reportadas tempestivamente à Gerência e/ou Diretoria responsável;</li> <li>▪ Assegurar a adequada atribuição de responsabilidade para cada colaborador, respeitando os preceitos de segregação de função de cada atividade do processo;</li> <li>▪ Assegurar revisão periódica dos perfis/grupos de acesso às funções/habilidades/transações críticas dos sistemas;</li> <li>▪ Assegurar que a documentação suporte seja arquivada em local seguro, de acesso restrito e de acordo com o prazo legal vigente e da Holding.</li> </ul> <p><b>Processo CTB3 – Demonstrações Financeiras</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Assegurar que relatórios, informações e demonstrações contábeis sejam elaborados e controlados em conformidade com os padrões contábeis vigentes e as políticas, normas e procedimentos da empresa e/ou legislação vigente e com devida revisão e aprovação por colaborador responsável, com competência técnica e/ou delegação de autoridade apropriada e com a devida documentação suporte;</li> <li>▪ Assegurar que os lançamentos contábeis de consolidação e eliminação (incluindo intercompany) e os impostos sobre receitas / despesas não usuais sejam registrados em conformidade com os padrões contábeis vigentes, pelo valor correto, sem duplicidade e tempestivamente (dentro do período de competência);</li> <li>▪ Assegurar o monitoramento, gerenciamento e revisão das informações reportadas a Holding, que devem estar em conformidade com os padrões de contabilidade e ser reportada com o valor correto e tempestivamente ao Contador, Gerência e/ou Diretoria responsável;</li> <li>▪ Assegurar a adequada atribuição de responsabilidade para cada colaborador, respeitando os preceitos de segregação de função de cada atividade do processo;</li> <li>▪ Assegurar o cumprimento das determinações da Holding;</li> <li>▪ Assegurar revisão periódica dos perfis/grupos de acesso às funções/habilidades/transações críticas dos sistemas;</li> <li>▪ Assegurar que a documentação suporte seja arquivada em local seguro, de acesso restrito e de acordo com o prazo legal vigente.</li> </ul> <p><b>Processo CTB5 – Provisões</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Assegurar que as provisões contábeis sejam realizadas e controladas em conformidade com políticas, normas e procedimentos da empresa e/ou legislação vigente;</li> <li>▪ Assegurar devido gerenciamento, revisão e aprovação das provisões (PCLD, PID, PLR, Uso de rede e para serviços, contingências, etc.) por colaborador responsável, com competência técnica e/ou delegação de autoridade apropriada;</li> <li>▪ Assegurar que os lançamentos contábeis (manuais / automáticos)</li> </ul>
--	--



	<p>e/ou cálculos sejam registrados e efetuados devidamente, com valor correto, sem duplicidade e/ou fora do período de competência;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Assegurar que os valores acumulados e contabilizados nas demonstrações financeiras, para fins de provisão contábil, sejam apresentados corretamente, efetuados com valor correto, sem duplicidade, dentro do período de competência e com devida documentação suporte;</li> <li>▪ Assegurar a adequada atribuição de responsabilidade para cada colaborador, respeitando os preceitos de segregação de função de cada atividade do processo;</li> <li>▪ Assegurar o monitoramento, gerenciamento e revisão das informações de lançamentos contábeis reportadas a Holding, que devem estar em conformidade com os padrões de contabilidade e reportadas com o valor correto e tempestivamente à Gerência e/ou Diretoria;</li> <li>▪ Assegurar revisão periódica dos perfis/grupos de acesso às funções/habilidades/transações críticas dos sistemas;</li> <li>▪ Assegurar que as documentações que suportam as demonstrações contábeis sejam devidamente revisadas por profissional competente, arquivadas em local seguro, de acordo com o prazo legal vigente.</li> </ul> <p><b>Processo EMP2 – Empréstimo e Financiamentos</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Assegurar que os empréstimos/financiamentos obtidos e suas parcelas sejam realizados e controlados em conformidade com políticas, normas e procedimentos da empresa e/ou legislação vigente;</li> <li>▪ Assegurar cálculo correto e tempestivo dos empréstimos/financiamentos obtidos e suas parcelas, assim como sua atualização (correção e juros), utilizando a respectiva base, registro contábil e/ou contrato;</li> <li>▪ Assegurar que as parcelas, relacionadas aos empréstimos/financiamentos, sejam registradas e efetuadas devidamente, com valor correto, sem duplicidade e/ou fora do período de competência;</li> <li>▪ Assegurar que relatórios, informações e demonstrações contábeis de empréstimos/financiamentos obtidos sejam elaborados e controlados em conformidade com os padrões contábeis vigentes, com devida revisão e aprovação por colaborador responsável, com competência técnica e/ou delegação de autoridade apropriada e com a devida documentação suporte;</li> <li>▪ Assegurar que os empréstimos/financiamentos obtidos e suas parcelas são monitorados, gerenciados e reportados tempestivamente à Gerência e/ou Diretoria;</li> <li>▪ Assegurar a adequada atribuição de responsabilidade para cada colaborador, respeitando os preceitos de segregação de função de cada atividade do processo;</li> <li>▪ Assegurar revisão periódica dos perfis/grupos de acesso às funções/habilidades/transações críticas dos sistemas;</li> <li>▪ Assegurar que a documentação suporte seja arquivada em local seguro, de acesso restrito e de acordo com o prazo legal vigente.</li> </ul> <p><b>Processo TBT1 – IRPJ, CSLL, PIS e COFINS</b>  <b>Processo TBT2 – Obrigações Acessórias</b>  <b>Processo TBT3 – ICMS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Assegurar que as atividades relacionadas a apuração das obrigações principais e emissão das obrigações acessórias sejam realizadas e controladas em conformidade com políticas, normas e procedimentos da empresa e/ou legislação vigente;</li> <li>▪ Assegurar cálculo correto e tempestivo das obrigações principais, assim como sua atualização (correção e juros), utilizando a respectiva base, registro contábil e/ou contrato;</li> <li>▪ Assegurar que as informações ou dados, relacionados a apuração e contabilização de obrigações principais, sejam elaborados e</li> </ul>
--	--

	<p>controlados em conformidade com os padrões contábeis vigentes, com devida revisão e aprovação por colaborador responsável, com competência técnica e/ou delegação de autoridade apropriada e com a devida documentação suporte;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Assegurar que as informações, relacionadas a apuração das obrigações principais e emissão das obrigações acessórias, são monitoradas, gerenciadas e tempestivamente comunicadas;</li> <li>▪ Assegurar a adequada atribuição de responsabilidade para cada colaborador, respeitando os preceitos de segregação de função de cada atividade do processo;</li> <li>▪ Assegurar revisão periódica dos perfis/grupos de acesso às funções/habilidades/transações críticas dos sistemas;</li> <li>▪ Assegurar que a documentação suporte seja arquivada em local seguro, de acesso restrito e de acordo com o prazo legal vigente.</li> </ul> <p><b>Processo ELC - Entity Level</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Avaliar o posicionamento da gestão de FURNAS, utilizando como referência critérios baseados nas melhores práticas do mercado;</li> <li>▪ Avaliar o cumprimento das deliberações da alta administração, diretrizes e metas estabelecidas no PNG e CMDE, a fim de garantir o atingimento dos objetivos do negócio;</li> <li>▪ Avaliar a estrutura de controles internos instituída por FURNAS com vistas a garantir que seus objetivos estratégicos para o exercício sejam atingidos.</li> </ul>
--	---

<b>Relatório:</b>	RAU.016.2015
<b>Diretoria:</b>	Diretoria de Administração - DA
<b>Órgão Auditado:</b>	Superintendência de Tecnologia da Informação – ST.A
<b>Período:</b>	13.04.2015 a 19.05.2015
<b>Recursos Humanos:</b>	1 Auditor
<b>Data de Emissão</b>	13.07.2015
<b>Processo Auditado:</b>	Tecnologia da Informação
<b>Escopo:</b>	Sistemas
<b>Abrangência:</b>	Análise da Gestão de Tecnologia da Informação - TI no tocante a salvaguarda dos backups e a segurança dos servidores de desenvolvimento, produção e homologação, destacando o planejamento, manutenção existente e os procedimentos de salvaguarda da informação.

<b>Relatório:</b>	RAU.017.2015
<b>Diretoria:</b>	Diretoria de Gestão de Novos Negócios e de Participações - DN
<b>Órgão Auditado:</b>	Diretoria de Gestão de Novos Negócios e de Participações - DN
<b>Período:</b>	10.02.2015 a 30.08.2015
<b>Recursos Humanos:</b>	1 Auditor
<b>Data de Emissão</b>	31.08.1974
<b>Processo Auditado:</b>	Participação em Sociedades
<b>Escopo:</b>	Gestão de Participações
<b>Abrangência:</b>	Verificação das providências tomadas para atendimento das determinações estabelecidas pelo TCU referente do processo TC 021.932/2014-0.  Análise do acompanhamento do retorno esperado do investimento.

<b>Relatório:</b>	RAU.018.2015
<b>Diretoria:</b>	Diretoria de Engenharia, Meio Ambiente, Projeto e Implantação de Empreendimentos – DE Diretoria de Operação - DO
<b>Órgão Auditado:</b>	Superintendência de Gestão Ambiental e Fundiária – GA.E Superintendência de Implantação de Empreendimentos – SI.E Superintendência de Estudos de Projetos – SE.E Superintendência de Produção Sudeste – PS.O

<b>Período:</b>	22.04.2015 a 30.06.2015
<b>Recursos Humanos:</b>	1 Auditor
<b>Data de Emissão</b>	30.06.2015
<b>Processo Auditado:</b>	Controles Ambientais
<b>Escopo:</b>	Descarte de Resíduos
<b>Abrangência:</b>	<p>a. Avaliação quanto ao cumprimento das condicionantes estabelecidas nos termos da Licença de Operação nº 1074/2012 de 22.06.2012, selecionada por nós através do FURNASNET, seção serviços, do Sistema de Acompanhamento de Licenciamento Ambiental – SALA</p> <p>b. Acompanhamento do relatório anterior: RAU nº 034.2014 de 16.10.2014.</p> <p>c. Análise objetiva quanto à aderência aos critérios de sustentabilidade na contratação de serviços ou obras, bem como informações relacionadas ao tratamento de resíduos recicláveis descartados.</p>

<b>Relatório:</b>	RAU.019.2015
<b>Diretoria:</b>	Diretoria de Engenharia, Meio Ambiente, Projeto e Implantação de Empreendimentos – DE
<b>Órgão Auditado:</b>	Superintendência de Gestão Ambiental e Fundiária – GA.E
<b>Período:</b>	10.08.2015 a 09.09.2015
<b>Recursos Humanos:</b>	1 Auditor
<b>Data de Emissão</b>	09.09.2015
<b>Processo Auditado:</b>	Gestão de Materiais, Bens e Serviços
<b>Escopo:</b>	Gestão Contratual
<b>Abrangência:</b>	<p>Analisar a adequação do processo de licitação da Contratação de Bens e Serviços aos ditames da Lei nº 8.666/93, da Lei nº 10.520/02, do Decreto nº 3.555/00 e das Normas Internas de FURNAS, bem como a gestão contratual referente ao Termo Contratual nº [REDACTED] firmado com a empresa [REDACTED]</p> <p>Atestar os pagamentos efetuados à contratada verificando se foram realizados de forma adequada e de acordo com a prestação dos serviços.</p> <p>Verificar o cumprimento das cláusulas contratuais por ambas as partes contratante.</p> <p><b>Termo Contratual:</b> [REDACTED]</p> <p>Contratada: [REDACTED]</p> <p>Valor: R\$805.977,66</p> <p>Objeto: Contratação de serviços para implantação do projeto de educação patrimonial na área sob influência da LT 750 KV Itaberá – Tijuco Preto III.</p> <p>Assinatura: [REDACTED] – Matrícula nº [REDACTED]</p> <p>Data: 14.11.2013</p> <p>Prazo: 24 meses</p>

<b>Relatório:</b>	RAU.020.2015
<b>Diretoria:</b>	Diretoria de Engenharia, Meio Ambiente, Projeto e Implantação de Empreendimentos - DE
<b>Órgão Auditado:</b>	Superintendência de Estudos e Projetos – SE.E
<b>Período:</b>	26.06.2015 a 18.09.2015
<b>Recursos Humanos:</b>	2 Auditores
<b>Data de Emissão</b>	30.09.2015
<b>Processo Auditado:</b>	Pesquisa e Desenvolvimento – P&D
<b>Escopo:</b>	Seleção, Gestão Contratual e Governança
<b>Abrangência:</b>	Análise dos processos de seleção dos projetos em face aos normativos vigentes;

	<p>Análise das aprovações dos projetos pelas alçadas competentes;  Análise das prestações de contas dos valores recebidos em face a legislação vigente;  Análise do cumprimento dos cronogramas estipulados nos projetos;  Análise dos cálculos dos recursos e correção dos valores destinados a P&amp;D;  Análise do processo de gerenciamento dos projetos, bem como das providências para execução dos investimentos em P&amp;D;  Visita aos [REDACTED] para evidências de protótipos e simuladores;  Follow-up dos trabalhos anteriores.</p> <p><b>Projeto Selecionados:</b></p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Nº ANEEL</th><th>Projeto</th></tr> </thead> <tbody> <tr> <td>[REDACTED]</td><td>Concreto fibroso de alta performance em estruturas de Usinas Hidroelétricas: Modelagem, Experimentação e Recomendações para Projeto..</td></tr> <tr> <td>[REDACTED]</td><td>Desenvolvimento de Unidade de Aproveitamento energético de Resíduos.</td></tr> <tr> <td>[REDACTED]</td><td>Desenvolvimento e teses de ônibus urbanos com Tração Elétrica.</td></tr> <tr> <td>[REDACTED]</td><td>Desenvolvimento e Testes de Embarcação com Tração Elétrica.</td></tr> <tr> <td>[REDACTED]</td><td>Arranjos Técnicos e Comerciais para Inserção da Geração Solar Fotovoltaica na Matriz Energética Brasileira.</td></tr> <tr> <td>[REDACTED]</td><td>Aplicabilidade de nova tecnologia de extração de energia do vento para turbina eólica vertical, utilizando pás dobráveis e articuladas.</td></tr> <tr> <td>[REDACTED]</td><td>Implantação de Conversor Offshore para Geração de Eletricidade pelas Ondas do Mar.</td></tr> <tr> <td>[REDACTED]</td><td>Reologia aplicada aos Concretos utilizados em Usinas Hidroelétricas.</td></tr> <tr> <td>[REDACTED]</td><td>Monitoramento e estudos de técnicas alternativas na estabilização de processos erosivos em reservatórios de Usinas Hidroelétricas.</td></tr> <tr> <td>[REDACTED]</td><td>Desenvolvimento de plataforma para modelagem e integração entre engenharia civil e meteorologia visando explorar e otimizar empreendimentos de geração.</td></tr> <tr> <td>[REDACTED]</td><td>Linhas de Transmissão em Ultra-Alta Tensão (UAT)</td></tr> <tr> <td>[REDACTED]</td><td>Modelagem e otimização de estruturas de barragens de concreto construído em camadas sujeito a fissuração em baixas idades.</td></tr> </tbody> </table>	Nº ANEEL	Projeto	[REDACTED]	Concreto fibroso de alta performance em estruturas de Usinas Hidroelétricas: Modelagem, Experimentação e Recomendações para Projeto..	[REDACTED]	Desenvolvimento de Unidade de Aproveitamento energético de Resíduos.	[REDACTED]	Desenvolvimento e teses de ônibus urbanos com Tração Elétrica.	[REDACTED]	Desenvolvimento e Testes de Embarcação com Tração Elétrica.	[REDACTED]	Arranjos Técnicos e Comerciais para Inserção da Geração Solar Fotovoltaica na Matriz Energética Brasileira.	[REDACTED]	Aplicabilidade de nova tecnologia de extração de energia do vento para turbina eólica vertical, utilizando pás dobráveis e articuladas.	[REDACTED]	Implantação de Conversor Offshore para Geração de Eletricidade pelas Ondas do Mar.	[REDACTED]	Reologia aplicada aos Concretos utilizados em Usinas Hidroelétricas.	[REDACTED]	Monitoramento e estudos de técnicas alternativas na estabilização de processos erosivos em reservatórios de Usinas Hidroelétricas.	[REDACTED]	Desenvolvimento de plataforma para modelagem e integração entre engenharia civil e meteorologia visando explorar e otimizar empreendimentos de geração.	[REDACTED]	Linhas de Transmissão em Ultra-Alta Tensão (UAT)	[REDACTED]	Modelagem e otimização de estruturas de barragens de concreto construído em camadas sujeito a fissuração em baixas idades.
Nº ANEEL	Projeto																										
[REDACTED]	Concreto fibroso de alta performance em estruturas de Usinas Hidroelétricas: Modelagem, Experimentação e Recomendações para Projeto..																										
[REDACTED]	Desenvolvimento de Unidade de Aproveitamento energético de Resíduos.																										
[REDACTED]	Desenvolvimento e teses de ônibus urbanos com Tração Elétrica.																										
[REDACTED]	Desenvolvimento e Testes de Embarcação com Tração Elétrica.																										
[REDACTED]	Arranjos Técnicos e Comerciais para Inserção da Geração Solar Fotovoltaica na Matriz Energética Brasileira.																										
[REDACTED]	Aplicabilidade de nova tecnologia de extração de energia do vento para turbina eólica vertical, utilizando pás dobráveis e articuladas.																										
[REDACTED]	Implantação de Conversor Offshore para Geração de Eletricidade pelas Ondas do Mar.																										
[REDACTED]	Reologia aplicada aos Concretos utilizados em Usinas Hidroelétricas.																										
[REDACTED]	Monitoramento e estudos de técnicas alternativas na estabilização de processos erosivos em reservatórios de Usinas Hidroelétricas.																										
[REDACTED]	Desenvolvimento de plataforma para modelagem e integração entre engenharia civil e meteorologia visando explorar e otimizar empreendimentos de geração.																										
[REDACTED]	Linhas de Transmissão em Ultra-Alta Tensão (UAT)																										
[REDACTED]	Modelagem e otimização de estruturas de barragens de concreto construído em camadas sujeito a fissuração em baixas idades.																										

<b>Relatório:</b>	RAU.021.2015
<b>Diretoria:</b>	Diretoria de Engenharia, Meio Ambiente, Projeto e Implantação de Empreendimentos – DE
<b>Órgão Auditado:</b>	Diretoria de Engenharia, Meio Ambiente, Projeto e Implantação de Empreendimentos – DE
<b>Período:</b>	02.07.2015 a 27.08.2015
<b>Recursos Humanos:</b>	2 Auditores
<b>Data de Emissão</b>	21.09.2015
<b>Processo Auditado:</b>	Testes da Administração - SOX
<b>Escopo:</b>	Receita
<b>Abrangência:</b>	<p><b>Processo REC1 – Venda de Energia</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>Assegurar que os procedimentos, relacionadas às tarifas de venda e faturamento de energia e de transmissão de energia, bem como contingências legais geradas com base nos contratos de venda e transmissão de energia elétrica, sejam realizadas e controladas em conformidade com políticas, normas e procedimentos da empresa e/ou legislação vigente;</li> <li>Assegurar cálculo correto e tempestivo da venda e transmissão de energia elétrica, assim como sua atualização (correção e juros), utilizando a respectiva base, registro contábil e/ou contrato;</li> <li>Assegurar que as informações ou pagamentos, relacionados à venda, faturamento</li> <li>e transmissão de energia (receita e operações), inclusive garantias,</li> </ol>

	<p>concessões de descontos e/ou cancelamentos, provisões de liquidação financeira, à juros e multas, à receita anual permitida (RAP), parcela variável e receita de transmissão, sejam elaborados e controlados em conformidade com os padrões contábeis vigentes, com as cláusulas contratuais, com devida revisão e aprovação por colaborador responsável, com competência técnica e/ou delegação de autoridade apropriada e com a devida documentação suporte;</p> <p>e. Assegurar que as informações, relacionadas aos contratos elaborados/celebrados, são monitoradas, gerenciadas e tempestivamente comunicadas;</p> <p>f. Assegurar a adequada atribuição de responsabilidade para cada colaborador, respeitando os preceitos de segregação de função de cada atividade do processo;</p> <p>g. Assegurar revisão periódica dos perfis/grupos de acesso às funções/habilidades/transações críticas dos sistemas;</p> <p>h. Assegurar que a documentação suporte de compra de materiais seja arquivada em local seguro, de acesso restrito e de acordo com o prazo legal vigente;</p>
--	---

<b>Relatório:</b>	RAU.022.2015
<b>Diretoria:</b>	Diretoria de Engenharia, Meio Ambiente, Projeto e Implantação de Empreendimentos – DE
<b>Órgão Auditado:</b>	Superintendência de Gestão Ambiental e Fundiária – GA.E Superintendência de Implantação de Empreendimentos – SI.E Superintendência de Estudos de Projetos – SE.E Superintendência de Escritório de Projetos – EP.E
<b>Período:</b>	07.04.2015 a 30.09.2015
<b>Recursos Humanos:</b>	2 Auditores
<b>Data de Emissão</b>	05.10.2015
<b>Processo Auditado:</b>	Gestão de Investimentos Controles Ambientais
<b>Escopo:</b>	Investimentos em Transmissão Descarte de Resíduos
<b>Abrangência:</b>	<p><b>Gestão de Investimento</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Avaliação do Programa de Investimentos destinado à construção, modernização e ampliação de Transmissão de Energia – 3TM;</li> <li>Avaliação da implementação das recomendações/determinações emitidas pelos órgãos externos e internos de fiscalização.</li> </ul> <p><b>Controles Ambientais</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Avaliação do cumprimento das condicionantes determinadas a FURNAS pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, da Subestação de Samambaia, em Brasília – DF.</li> </ul>

<b>Relatório:</b>	RAU.023.2015
<b>Diretoria:</b>	Presidência – DP Diretoria da Presidência – DP/FRG Diretoria de Seguridade – DS/FRG Diretoria de Administração e Finanças – DA/FRG Diretoria de Investimentos – D/FRG Diretoria de Ouvidoria – DO/FRG
<b>Órgão Auditado:</b>	Real Grandeza – Fundação de Previdência e Assistência Social
<b>Período:</b>	21.09.2015 a 08.10.2015
<b>Recursos Humanos:</b>	2 Auditores
<b>Data de Emissão</b>	17.11.2015
<b>Processo Auditado:</b>	Previdência Complementar
<b>Escopo:</b>	Plano de Custeio de Benefício Definido
<b>Abrangência:</b>	Verificar o fluxo do processo de aprovação do Plano de Custeio do Plano de

	<p>Benefício Definido administrado pela Real Grandeza – Fundação de Previdência e Assistência Social.</p> <p>Analisar as existências das aprovações do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - DEST, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC e do Conselho Deliberativo da FRG.</p>
--	--

Relatório:	RAU.024.2014																			
Diretoria:	Diretoria de Administração – DA																			
Órgão Auditado:	Superintendência de Gestão de Suprimentos – GS.A																			
Período:	13.07.2015 a 05.11.2015																			
Recursos Humanos:	3 Auditores																			
Data de Emissão	18.11.2015																			
Processo Auditado:	Gestão de Materiais, Bens e Serviços																			
Escopo:	Dispensa ou Inexigibilidade de Licitação																			
Abrangência:	Analisar os processos licitatórios de pregão eletrônico e concorrência quanto aos ditames da Lei nº8.666/93 e das Normas internas de Furnas, no que tange a: <ul style="list-style-type: none"><li>• emissão de requisição;</li><li>• alçada de aprovação da requisição;</li><li>• pareceres jurídico e financeiro;</li><li>• valores propostos pelas licitantes;</li><li>• publicações legais e certidões negativas de débito.</li></ul>																			
	Processo Licitatório A seleção dos referidos certames, ocorreram em decorrência dos mesmos estarem sendo objeto de auditoria nos processos de gestão e investimentos.																			
	Foram verificados 4 (quatro) processos licitatórios, sendo que 3 (três) na modalidade de Concorrência - CO, realizados no ano de 2014; e 1 (um) na modalidade de Pregão - PE, realizado no ano de 2013 - perfazendo um total de R\$74.864.473,82.																			
	Abaixo estão os processo licitatórios solicitados pela Diretoria de Engenharia, Meio Ambiente, Projeto e Implementação de Empreendimentos - DE e pela Diretoria de Administração - DA.																			
	<table><tr><th>Empresa</th><th>Licitação</th><th>Contrato</th><th>Valor - R\$</th></tr><tr><td>[REDACTED]</td><td>PE.GCM.A.0120.2013</td><td>[REDACTED]</td><td>23.690.838,00</td></tr><tr><td>[REDACTED]</td><td>CO.GCM.A.0007.2013</td><td>[REDACTED]</td><td>17.918.114,21</td></tr><tr><td>[REDACTED]</td><td>CO.GCM.A.0019.2013</td><td>[REDACTED]</td><td>20.167.216,26</td></tr><tr><td>[REDACTED]</td><td>CO.GCM.A.0010.2014</td><td>[REDACTED]</td><td>13.088.305,35</td></tr></table>	Empresa	Licitação	Contrato	Valor - R\$	[REDACTED]	PE.GCM.A.0120.2013	[REDACTED]	23.690.838,00	[REDACTED]	CO.GCM.A.0007.2013	[REDACTED]	17.918.114,21	[REDACTED]	CO.GCM.A.0019.2013	[REDACTED]	20.167.216,26	[REDACTED]	CO.GCM.A.0010.2014	[REDACTED]
Empresa	Licitação	Contrato	Valor - R\$																	
[REDACTED]	PE.GCM.A.0120.2013	[REDACTED]	23.690.838,00																	
[REDACTED]	CO.GCM.A.0007.2013	[REDACTED]	17.918.114,21																	
[REDACTED]	CO.GCM.A.0019.2013	[REDACTED]	20.167.216,26																	
[REDACTED]	CO.GCM.A.0010.2014	[REDACTED]	13.088.305,35																	
	Inexigibilidade de Licitação IL – Pagamentos em 2015 Compromissos com valores mais significativos para realização dos trabalhos de auditoria, no valor total de R\$13.804.036,31, representando aproximadamente 52% do total de R\$26.727.062,64, referente aos processos realizados no período de janeiro a julho de 2015:																			
	<table><tr><th>Nº Contrato</th><th>Fornecedor</th><th>Valor R\$</th><th>Processo</th></tr><tr><td>[REDACTED]</td><td>[REDACTED]</td><td>7.414.636,31</td><td>IL.GSL.O.00002.2015</td></tr><tr><td>[REDACTED]</td><td>[REDACTED]</td><td>6.389.400,00</td><td>IL.GCM.A.0004.2015</td></tr><tr><td></td><td></td><td>13.804.036,31</td><td></td></tr></table>	Nº Contrato	Fornecedor	Valor R\$	Processo	[REDACTED]	[REDACTED]	7.414.636,31	IL.GSL.O.00002.2015	[REDACTED]	[REDACTED]	6.389.400,00	IL.GCM.A.0004.2015			13.804.036,31				
Nº Contrato	Fornecedor	Valor R\$	Processo																	
[REDACTED]	[REDACTED]	7.414.636,31	IL.GSL.O.00002.2015																	
[REDACTED]	[REDACTED]	6.389.400,00	IL.GCM.A.0004.2015																	
		13.804.036,31																		



	<b>Pregão Eletrônico – Pagamentos em 2015</b>		
	Compromissos com valores mais significativos para realização dos trabalhos de auditoria, no valor total de R\$53.975.432,66, representando aproximadamente 26% do total de R\$211.188.360,31, referente aos processos realizados no período de janeiro a julho de 2015:		
	Processo	Nº Contrato	Fornecedor
	PE.CSCR.A.00034.2015		
	PE.GCM.A.00099.2014		
	PE.GCM.A.00066.2014		
	TOTAL		
<b>Concorrência – Pagamentos em 2015</b>			
Compromissos com valores mais significativos para realização dos trabalhos de auditoria, no valor total de R\$23.549.522,96, representando aproximadamente 48% do total de R\$49.249.710,91, referente aos processos realizados no período de janeiro a julho de 2015:			
Processo	Nº Contrato	Fornecedor	Valor R\$
CO.GCM.A.00013.2014			
CO.GCM.A.00008.2014			
TOTAL			
<b>Tomada de Preços – Pagamentos em 2015</b>			
Compromissos com valores mais significativos para realização dos trabalhos de auditoria, no valor total de R\$2.957.124,25, representando aproximadamente 33% do total de R\$9.075.902,76, referente aos processos realizados no período de janeiro a julho de 2015:			
Processo	Nº Contrato	Fornecedor	Valor R\$
TP.GCM.A.00007.2015			
TP.GCM.A.00003.2015			
TP.GCM.A.00056.2014			
TOTAL			

<b>Relatório:</b>	RAU.025.2015
<b>Diretoria:</b>	Presidência - DP Diretoria de Administração - DA
<b>Órgão Auditado:</b>	Superintendência de Gestão de Conformidade e Riscos – RC.P Superintendência de Tecnologia da Informação – ST.A
<b>Período:</b>	21.09.2015 a 16.10.2015
<b>Recursos Humanos:</b>	1 Auditor
<b>Data de Emissão</b>	16.12.2015
<b>Processo Auditado:</b>	Tecnologia da Informação Segurança da Informação
<b>Escopo:</b>	Governança da TI Segurança da Informação
<b>Abrangência:</b>	<b>Governança de TI</b> Análise da Governança de TI no tocante a: Estrutura da governança corporativa; Estrutura de governança de TI; Desempenho Institucional de TI (gestão e uso corporativo de TI); Desenvolvimento interno de gestores de TI.  Análise dos Controles de Gestão no tocante a: Planejamento estratégico institucional; Planejamento estratégico de TI; Comitês de TI; Processo orçamentário de TI; Processo de software; Gerenciamento de projetos;

	<p>Gerenciamento de serviços de TI; Segurança da informação; Gestão de pessoal de TI; Contratação e gestão de soluções de TI; Monitoração do desempenho da TI organizacional.</p> <p>Análise da gestão de tecnologia da informação no tocante a concessão de acesso e configuração do GRC - Access Control.</p> <p>Análise da gestão de tecnologia da informação destacando o planejamento existente, o perfil dos recursos humanos envolvidos, procedimentos de salvaguarda da informação a capacidade de desenvolvimento e produção de sistemas e os procedimentos de contratação e gestão de bens e serviços de TI.</p> <p><b><u>Segurança da Informação</u></b></p> <p>Garantir a observância às orientações do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, conforme estabelecido no “Guia de Orientações ao Gestor em Segurança da Informação e Comunicações”.</p> <p>Garantir a observância aos conceitos relativos à política de segurança de informações da publicação “Boas Práticas em Segurança da Informação” – 4ª Edição do Tribunal de Contas da União – TCU.</p> <p>Considerar às orientações contidas na Nota Técnica “Diretrizes de Segurança de TIC (Tecnologia de Informação e Comunicação)”, Versão 3.0 nº NT-SEG-002/2012 de 10.08.2012 do COTISE – Comitê de Tecnologia da Informação, Automação e Telecomunicação do Sistema Eletrobras/ Subcomitê de Segurança de TIC .</p> <p>Garantir a aplicação da Lei nº 12.527 de 18.11.2011 e o Decreto 7.724 de 16.05.2012 que regulamenta a lei, bem como o atendimento a IN que disciplina o assunto no âmbito de FURNAS.</p>
--	--

<b>Relatório:</b>	RAU.026.2015
<b>Diretoria:</b>	Presidência - DP
<b>Órgão Auditado:</b>	Superintendência Jurídica – S.J.P
<b>Período:</b>	10.12.2015 a 14.12.2015
<b>Recursos Humanos:</b>	1 Auditor
<b>Data de Emissão</b>	15.12.2015
<b>Processo Auditado:</b>	Gestão do Contencioso
<b>Escopo:</b>	Gestão do Contencioso
<b>Abrangência:</b>	<p>Avaliação, com fulcro no objetivo explicitado, refere-se ao processo de pagamento inerente ao Contrato nº [REDACTED] firmado entre FURNAS e a [REDACTED] assinado em 23.01.2002, para o fornecimento, por esta contratada, de um Banco de Capacitores Série Fixos de 550 kV, 270 MVar - para SE Samambaia.</p>

<b>Relatório:</b>	RAU.027.2015
<b>Diretoria:</b>	Diretoria de Administração - DA
<b>Órgão Auditado:</b>	Superintendência de Gestão Estratégica de Pessoas – RH.A
<b>Período:</b>	13.10.2015 a 13.11.2015
<b>Recursos Humanos:</b>	1 Auditor
<b>Data de Emissão</b>	10.09.2014
<b>Processo Auditado:</b>	Gestão de Recursos Humanos
<b>Escopo:</b>	Cessão de Empregados
<b>Abrangência:</b>	<p>Análise, a base de teste, dos processos de cessão e renovação de empregados ocorridos, no período de 01.09.2014 a 31.08.2015, atentando para os objetivos acima citados além da verificação da cobrança e dos</p>



	respectivos recebimentos dos valores devidos pelas entidades cessionárias, no período de janeiro à outubro de 2015.
--	---

<b>Relatório:</b>	RAU.028.2015
<b>Diretoria:</b>	Diretoria de Administração - DA
<b>Órgão Auditado:</b>	Superintendência de Gestão Estratégica de Pessoas – RH.A
<b>Período:</b>	04.11.2015 a 27.11.2015
<b>Recursos Humanos:</b>	2 Auditores
<b>Data de Emissão</b>	21.12.2015
<b>Processo Auditado:</b>	Gestão de Recursos Humanos
<b>Escopo:</b>	Admissão e Demissão
<b>Abrangência:</b>	<p>Análise dos procedimentos de convocação e admissão para os empregados admitidos no exercício de 2015;</p> <p>Análise dos controles mantidos para o adequado registro dos dados cadastrais dos empregados; e</p> <p>Análise dos procedimentos de desligamento dos empregados ocorridos no exercício de 2015 atentando para os cálculos dos valores indenizatórios</p>

<b>Relatório:</b>	RAU.029.2014
<b>Diretoria:</b>	Presidência – DP
<b>Órgão Auditado:</b>	Superintendência Jurídica – S.J.P
<b>Período:</b>	01.09.2015 a 16.11.2015
<b>Recursos Humanos:</b>	1 Auditor
<b>Data de Emissão</b>	21.12.2015
<b>Processo Auditado:</b>	Gestão do Contencioso
<b>Escopo:</b>	Avaliação de Risco, Liquidação e Baixa
<b>Abrangência:</b>	<p>Análise dos valores provisionados contabilmente como provisão para Contencioso face aos posicionamentos apresentados pelos advogados;</p> <p>Análise do processo de gerenciamento e acompanhamento das ações judiciais;</p> <p>Análise dos controles existentes para assegurar o correto registro dos valores depositados em decorrência de determinações judiciais; e</p> <p>Análise dos controles mantidos para assegurar o tempestivo resgate dos valores depositados em decorrência de ações judiciais, bem como o adequado depósito e registro do numerário na tesouraria.</p>

## Processos

### 1. Venda de Energia

REC.1	Venda de Energia
REC.2	Faturamento de Energia

### 2. Gestão Financeira

FIN.1	Gestão de Disponibilidades (conciliação e aplicação financeira)
FIN.2	Recebimento (de todas as naturezas e PCLD)
FIN.3	Pagamentos (de todas as naturezas)

### 3. Recursos Humanos

RHM.1	Gestão da Folha de Pagamento
PRC1	Elaboração de Laudo Atuarial

### 4. Gestão do Contencioso

CTG.1	Gestão do Contencioso (Avaliação de Risco / Liquidação / Baixa)
-------	---

### 5. Imobilizado

IMZ.1	Controle Patrimonial
IMZ3	Teste de Impairment e Contrato Oneroso

### 6. Gestão Contábil

CTB.1	Lançamentos Manuais
CTB.2	Reconciliação/Análise de Contas - Fechamento Contábil Mensal
CTB.3	Preparação de Demonstrações Financeiras/Trimestral e Balanço Anual
CTB.5	Registro e Divulgação das Estimativas Contábeis

### 7. Gestão de Participações

PTC.1	Acompanhamento dos Investimentos Permanentes
-------	--

### 8. Gestão Tributária

TBT.1	Apuração e Obrigações Acessórias (IRPJ, CSLL, PIS/PASEP e COFINS)
TBT.2	Apuração e Obrigações Acessórias (Retenções na Fonte: Lei 10.833, artigo 30 a 36 e INSS)
TBT3	Apuração e Obrigações Acessórias (ICMS)

### 9. Gestão de Materiais

MAT.3	Compras Convencionais e de Combustível / Contratação de Serviços / Gestão de Fornecedores / Recebimento
-------	---

### 10. Empréstimos e Financiamentos

EMP.2	Empréstimos Obtidos
-------	---------------------

### 11. Processo de Tecnologia

TEC.1	Gerenciamento de Mudanças
TEC.2.1	Controle de Acesso Físico e Ambiente
TEC.2.2	Controle de Acesso Lógico
TEC.3	Operação de Tecnologia da Informação

### 12. Entity Level Control

ELC	Entity Level Control - Controles a Nível da Entidade
-----	--

<b>Relatório</b>	<b>Órgão</b>	<b>Não Conformidades Destacadas por Relatório</b>	<b>Recomendação da Auditoria</b>	<b>Situação</b>	<b>Status</b>
001	SI.E	Divergência no valor e data de fim de vigência registrada no sistema ERP/SAP, em relação aos respectivos instrumentos contratuais.	Efetuar registros em sistema de acordo com os respectivos instrumentos contratuais.	Implementada no Exercício	
001	SI.E	Pendências referente às obras complementares na área do reservatório.	Proceder ao atendimento das condicionantes estabelecidas. Providenciar a conclusão das obras pendentes. Registrar a conclusão das pendências.	Implementada no Exercício	
001	SI.E	Deficiências em medidas de contingências a fim de prevenir ou evitar eventuais danos causados por incidentes.	Adotar medidas de prevenção aos riscos críticos. Proceder às medidas de contingenciamento.	Implementada no Exercício	
001	SI.E	Deficiências no planejamento e acompanhamento financeiro.	Proceder à atualização do Plano de Negócio, buscando identificar indicadores de resultado para posterior acompanhamento. Realizar acompanhamento financeiro, a fim de evitar desvios do planejamento realizado.	Implementada no Exercício	
002	ST.A	Inexistência de política formal que orientem e normatizem a atuação dos colaboradores na prestação de serviços de TI.	Formalizar as diretrizes e orientações aos colaboradores internos e externos na prestação de serviços de TI, incluindo os objetivos da política, papéis e responsabilidades, processos de exceções, requisitos de conformidade, referências a procedimentos e padrões. As diretrizes devem contemplar todas as fases do ciclo de vida dos serviços, desde o planejamento e desenho, até a transição e operação, incluindo a melhoria contínua. Também, deverá prever a sua revisão periódica.	Implementada no Exercício	
002	ST.A	Em relação à gestão de fornecedores, foram observadas a inexistência de: política de segurança da informação no relacionamento com os fornecedores. um processo formal de gestão de fornecedor. gerenciamento de riscos do fornecedor; um processo para monitorar o desempenho do fornecedor.	Estabelecer na política de segurança da informação, os requisitos de segurança de informação para mitigar os riscos associados com o acesso aos ativos da organização, conforme recomendado no item 15.1.1 – Política de segurança da informação no relacionamento com os fornecedores da ISO/IEC 27002:2013; Estabelecer um processo de gestão do relacionamento com o fornecedor, documentar o relacionamento técnico e organizacional contemplando papéis e responsabilidades, metas, produtos esperados e as credenciais dos representantes dos fornecedores. Identificar e minimizar os riscos relacionados à capacidade dos fornecedores de prestação efetiva de serviços de	Implementada no Exercício	

<b>Relatório</b>	<b>Órgão</b>	<b>Não Conformidades Destacadas por Relatório</b>	<b>Recomendação da Auditoria</b>	<b>Situação</b>	<b>Status</b>
			maneira contínua, segura e eficiente. O gerenciamento de risco deve considerar acordos de confidencialidade, condições gerais e garantias contratuais, viabilidade continuada do fornecedor, conformidade com requisitos de segurança, fornecedores alternativos, penalidades, conformidades com as normas internas, exigências legais e regulamentares. Estabelecer um processo para monitorar a prestação de serviço de modo a assegurar que o fornecedor atenda aos requisitos atuais do negócio, as condições contratuais e acordos de nível de serviço firmados, e que seu desempenho seja competitivo com outros prestadores e condições do mercado.		
002	ST.A	Em relação à gestão de disponibilidade e capacidade de recursos de TI, observamos a inexistência de: um processo de planejamento para fornecer a capacidade e desempenho necessários para as cargas normais de trabalho, contingências, requisitos de armazenamento e ciclo de vida dos recursos de TI; análise crítica do desempenho e da capacidade atual e futura; monitoramento constante do desempenho e da capacidade.	Estabelecer um processo de planejamento para fornecer a capacidade e desempenho necessários para as cargas normais de trabalho, contingências, requisitos de armazenamento e ciclo de vida dos recursos de TI; Realizar análise crítica do desempenho e da capacidade atual e futura de forma a atender os acordos de níveis de serviços; Monitorar constantemente o desempenho e a capacidade dos recursos de TI para atender o processo de planejamento e relatar a disponibilidade dos serviços prestados aos negócios conforme acordos de níveis de serviços.	Implementada no Exercício	
002	ST.A	Inexistência de monitoramento e avaliação de desempenho dos serviços de TI.	Definir as métricas de desempenho dos serviços de TI, as metas e periodicidade de mensuração; Realizar a avaliação periódica de desempenho com base nas metas, analisar as causas dos problemas e estabelecer as ações corretivas. Reportar a alta direção sobre o alcance dos objetivos, recursos orçados e utilizados, metas alcançadas e riscos minimizados. Acompanhar as ações corretivas.	Implementada no Exercício	
002	ST.A	Em relação à gestão de nível de serviços, foi observada a inexistência de: um processo de gerenciamento de nível de serviço; monitoramento periódico da realização dos acordos de níveis de serviço; revisão periódica dos acordos de níveis	Implementar processo de gestão de nível de serviço de TI, de forma a assegurar que níveis adequados de serviço sejam entregues para os clientes internos de TI de acordo com as	Implementada no Exercício	

<b>Relatório</b>	<b>Órgão</b>	<b>Não Conformidades Destacadas por Relatório</b>	<b>Recomendação da Auditoria</b>	<b>Situação</b>	<b>Status</b>
		de serviço garantindo que eles continuem eficazes e atualizados.	prioridades do negócio e dentro do orçamento estabelecido, à semelhança das orientações contidas na seção 6.1.3 da ABNT NBR ISO/IEC 20000-2:2008; Monitorar periodicamente a realização dos níveis de serviços, analisando a tendência negativa e positiva de cada serviço e dos serviços como um todo; Realizar, regularmente, análise crítica dos acordos de nível de serviço e dos contratos com provedores de serviço internos e externos para assegurar que sejam eficazes e atualizados e que as mudanças em requisitos tenham sido consideradas. ST.A Ação:As recomendações acima estão previstas no PDTI na iniciativa IE002 - Aprimoramento das práticas vinculadas a Central de Atendimento		
003	SF.F	Utilização de recursos em desacordo com a determinação da Resolução de Diretoria – RD e Resolução do Conselho de Administração – RCA.	Doravante observar o efetivo cumprimento da utilização dos recursos conforme aprovações do Conselho, Diretoria e do Instrumento Contratual.	Implementada no Exercício	
003	SF.F	Falta comprovação dos recursos liberados no valor de R\$163.245.781,42, referentes à primeira parcela.Não foram liberadas pela [REDACTED] as duas parcelas subsequentes no montante de R\$65.548.938,92, em decorrência do não cumprimento a Clausula 5ª Condições para Desembolso dos Recursos.	Cumprir as Cláusulas Contratuais e manter os documentos comprobatórios arquivados na pasta do processo. Assegurar que os empréstimos/financiamentos obtidos e suas parcelas sejam realizados e controlados em conformidade com o pactuado no contrato.	Implementada no Exercício	
008	SN.N	Ausência dos atos de designação e aprovação do Conselho de Administração de Furnas e pela Eletrobrás na indicação de representantes de Furnas durante a constituição das SPEs(Determinação do TCU – Processo TC 021.932 / 20140) 147 não contam com Resolução de Conselho de Administração de Furnas aprovando a indicação do representante da estatal, o que representam 32,17% do total. 381 casos em que não constam a aprovação por parte da Eletrobrás sobre a indicação do representante de Furnas na SPE, o que representa 83,4% do total.	Em atendimento ao disposto no inciso VII do art. 21 do Estatuto Social de Furnas, estabelecer um processo formal de acompanhamento dos trâmites da indicação de representantes das SPEsquando da constituição das SPEs, durante todo o processo, desde a seleção dos representantes até a nomeação efetiva dos indicados na SPE. Definir os papéis e responsabilidade dos participantes no processo.	Implementada no Exercício	
008	SN.N	Melhorias na norma sobre seleção de parceiros. melhorias nas diretrizes e critérios de seleção a serem seguidos nos diferentes processos de seleção de parceiros.	Manter a Superintendência de Auditoria Interna informada sobre a situação da recomendação 11.1.4.1 do processo TC 021.932/20140 do TCU até sua implantação.	Implementada no Exercício	
008	SN.N	Ausência de política ou norma com a diretriz para instituir o	Manter a Superintendência de Auditoria Interna	Implementada	

<b>Relatório</b>	<b>Órgão</b>	<b>Não Conformidades Destacadas por Relatório</b>	<b>Recomendação da Auditoria</b>	<b>Situação</b>	<b>Status</b>
		Comitê de Auditoria. inexistência de Comitê de Auditoria e Auditoria Interna em SPEs com maior materialidade.	informada sobre a situação da recomendação 11.1.4.4 do processo TC 021.932/20140 do TCU até sua implantação.	no Exercício	
008	SN.N	Ausência de atualização periódica dos Planos de Negócios das SPE. A falta de atualização periódica do plano de negócios dificulta a geração de indicadores (TIR atual e outros) para a mesma data de referência prejudicando a comparabilidade e confiabilidade.	Manter a Superintendência de Auditoria Interna informada sobre a situação da recomendação 11.1.4.8 do processo TC 021.932/20140 do TCU até sua implantação.	Implementada no Exercício	
009	GS.A	Contratados denominados “Colaboradores” executando atividades administrativas em desacordo com a função pactuada no contrato de trabalho com a empresa prestadora de serviços.	Doravante atentar para que todos os colaboradores prestadores de serviços executem somente atividades pactuada contratualmente.	Implementada no Exercício	
009	GS.A	Colaboradores da empresa prestadora de serviços [REDACTED], com acesso à rede corporativa da empresa.	Verificar a real necessidade de cada função e limitar o uso desses recursos ao nível adequado para o desempenho das atividades de cargo.	Implementada no Exercício	
009	GS.A	Pagamento realizado em desacordo com a cláusula 8ª Preços. Consta na nota fiscal 9299, no valor de R\$197.854,14, emitida em 26.12.2013 o valor referente ao INSS de R\$11.195,80 e o valor de R\$9.892,70 referente ao ISS. Consta no SAP o valor pago como reembolso de R\$11.195,80 (INSS) em 12.02.2014 sob o documento de compensação 2001429691, quando o correto seria o valor de R\$9.892,70, referente ao ISS.	Cobrar da contratada a diferença do valor reembolsado a maior. Orientar o pessoal envolvido no processo atenção quando da análise para a liberação de pagamentos.	Implementada no Exercício	
009	GS.A	Não publicação na Imprensa Oficial dos Aditamentos 4, de 30.08.2012	Descumprir a legislação vigente. Ineficácia dos atos praticados, ou seja Instrumento Contratual sem validade.	Implementada no Exercício	
009	GS.A	Não apresentação das documentações que respaldam os aditamentos 5 a 10, quanto a: Aprovação Diretoria Publicação Pareceres Jurídico e Financeiro.	Que os Aditamentos somente sejam assinados após cumprimento de todos os requisitos legais e normativos.	Implementada no Exercício	
010	SI.E EP.E SE.E	Empreendimentos já encerrados em 2011 e 2012, mas com gastos realizados em 2014.	Garantir que os recursos destinados à ampliação do sistema de transmissão estejam sendo aplicados em consonância com os orçamentos estipulados dentro dos prazos determinados.	Implementada no Exercício	
010	SI.E EP.E SE.E	Empreendimentos com investimentos realizados acumulados até 2014, superiores aos totais planejados.	Garantir que os recursos destinados à ampliação do sistema de transmissão estejam sendo aplicados em consonância com os orçamentos estipulados dentro dos prazos determinados.	Implementada no Exercício	
010	SI.E EP.E	Atraso no início dos serviços, comprometendo o cronograma da obra definido contratualmente.	Garantir que os serviços destinados à ampliação do sistema de transmissão estejam sendo feitos	Implementada no Exercício	



<b>Relatório</b>	<b>Órgão</b>	<b>Não Conformidades Destacadas por Relatório</b>	<b>Recomendação da Auditoria</b>	<b>Situação</b>	<b>Status</b>
	SE.E		em consonância com os prazos estipulados no contrato.		
010	SI.E EP.E SE.E	Painéis de proteção e controle armazenados em local inadequado no galpão em Adrianópolis.	Armazenar os equipamentos em local apropriado.	Implementada no Exercício	
010	SI.E EP.E SE.E	Falta de encaminhamento dos laudos técnicos PCMAT, PPRA e PCMSO para a Gerência de Segurança do Trabalho e Saúde – GSS.A.	Encaminhar tempestivamente os laudos técnicos apresentados pela contratada para análise e aprovação da GSS.A. Ação AGC.E: Foram encaminhados todos os Laudos Técnicos a GSS.A, através da CI.AGC.E.I.394.2015 de 27.03.2015.	Implementada no Exercício	
010	SI.E EP.E SE.E	Publicação do extrato do aditamento contratual fora do prazo legal.	Instruir os profissionais vinculados à atividade quanto à necessidade de cumprimento das determinações e prazos estabelecidos.	Implementada no Exercício	
010	SI.E EP.E SE.E	Não cumprido integralmente o cronograma de fornecimento. Não houve montagem e comissionamento de 5 (cinco) transformadores, e 4 (quatro) não foram entregues.	Atentar para o cumprimento do cronograma de entrega do contrato.	Não Implementada no Exercício	Vincenda
010	SI.E EP.E SE.E	Falta de registro em cartório do Termo de Fiel Depositário, referente a 4 transformadores pagos por FURNAS e armazenados na contratada.	Providenciar o registro do documento no cartório.	Implementada no Exercício	
010	SI.E EP.E SE.E	Não apresentação da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.	Atentar para o cumprimento dessa exigência nos próximos pagamentos. Adotar os procedimentos necessários para regularização imediata da situação.	Não Implementada no Exercício	Vincenda
010	SI.E EP.E SE.E	Liberação de pagamento sem apresentaçãodas guias de recolhimento de ISSQN para faturamento de serviços.	Exigir da contratada a apresentação das guias de recolhimento ISSQN referentes às parcelas pagas, a serem apresentadas quando da liberação dos pagamentos, de forma a assegurar o cumprimento das obrigações tanto junto ao município, quanto ao instrumento contratual.	Não Implementada no Exercício	Vincenda
010		Condições inseguras na guarda de Equipamento (Transformador [REDACTED] entregue no pátio da Subestação de Adrianópolis – STAD.O).	Transportar para local seguro	Implementada no Exercício	
010	SI.E EP.E SE.E	Transformador [REDACTED] entregue no pátio da SE de Grajaú – STGR.O com Atestado de Conclusão de Atividade (Montagem, Enchimento e Comissionamento) em 25.08.2014, apresentando vazamento.	Emitir o Atestado de Conclusão de Atividade somente quando o equipamento não apresentar nenhum problema.	Implementada no Exercício	
010	SI.E EP.E SE.E	Transformador a ser substituído na Subestação do Grajaú está superaquecendo.	Providenciar a troca imediata do transformador.	Implementada no Exercício	

Relatório	Órgão	Não Conformidades Destacadas por Relatório	Recomendação da Auditoria	Situação	Status
012	DF	Ausência de metodologia e normatização interna para facilitar o gerenciamento das informações relativas aos benefícios gerados pelo REIDI.	Enviar esforços na elaboração de metodologia e normatização interna para regulamentar essa atividade em FURNAS com apoio da Superintendência Jurídica S.J.P. Formalizar os procedimentos já existentes pela EP.E e submeter a diretoria para aprovação e divulgação. Apurar os valores de cada projeto habilitado, para identificar a parcela de investimento realizado sem a incorporação do benefício. Compatibilizar as informações dos projetos habilitados no REIDI constante no SAP/R3, com os valores planejados (PAP) e realizados.	Não Implementada no Exercício	Vincenda
012	DF	Falta de definição clara de um órgão responsável por centralizar essas informações.	Definir a participação de cada órgão gestor no processo.	Não Implementada no Exercício	Vincenda
012	DF	Não utilização de sistemas informatizados para registro das operações que possibilitem o gerenciamento e acompanhamento dos benefícios gerados nos projetos incentivados pelo REIDI.	Solicitar a Superintendência de Tecnologia da Informação – ST.A a adequação ao SAP/R3 do acompanhamento gerencial dos projetos habilitados no REIDI. Definir o órgão que irá instruir a ST.A das modificações a serem implementadas.	Não Implementada no Exercício	Vincenda
012	DF	Os registros dos valores de benefícios do REIDI não estão disponíveis durante a execução dos projetos.	Identificar a parcela de investimento que teve seu valor reduzido em função do REIDI.	Não Implementada no Exercício	Vincenda
012	DF	Limitação na capacidade operacional (infraestrutura, pessoal e processos) para atender as demandas Fiscais Tributárias internas e externas.	Treinar e capacitar profissionais de modo a acompanhar todas as etapas do processo.	Implementada no Exercício	
013	CR.P	O valor total Contrato [REDACTED] constante no Formulário para Prestação de Contas e Relatório é de R\$400.000,00 sendo a participação de FURNAS no valor de R\$240.000,00. Todavia o Formulário de Patrocínio Esportivo FPES apresenta um valor total orçado de R\$500.000,00. As receitas advindas de outros patrocínios e suas finalidades não estão claras no FPES ou na prestação de contas aprovada pela GRS.P, tampouco consta as receitas e despesas em sua integralidade.	Detalhar todos os custos do projeto apresentado no plano de aplicação dos recursos e cronograma de desembolsos compatíveis com os valores arrecadados.	Implementada no Exercício	
013	CR.P	Na prestação de contas do Contrato [REDACTED] não é possível, com base nas notas fiscais apresentadas, identificar os valores pagos decorrentes da participação de FURNAS e	Exigir a apresentação de comprovantes das despesas decorrentes do patrocínio de FURNAS de forma a comprovar que os recursos concedidos	Implementada no Exercício	

<b>Relatório</b>	<b>Órgão</b>	<b>Não Conformidades Destacadas por Relatório</b>	<b>Recomendação da Auditoria</b>	<b>Situação</b>	<b>Status</b>
		dos demais patrocinadores.	foram destinados ao pagamento dos gastos conforme estipulado no projeto.		
013	CR.P	O contrato [REDACTED] não é claro quanto à cobrança de ingressos. Havendo cobrança tal valor deveria constar da prestação de contas e na ocorrência de saldo positivo, descrição de sua finalidade ou devolução a FURNAS.	Doravante explicitar no contrato a cobrança ou não de ingresso para participação na atividade. Descrição completa de todas as atividades inerentes ao projeto de maneira a preservar sua integridade.	Implementada no Exercício	
013	CR.P	O prazo para prestação de contas do contrato [REDACTED] era de 30 dias após realização do evento, ou seja, 14.10.2014, todavia o Formulário de Prestação de Contas foi apresentado somente em 05.11.2014.	Exigir das contratadas o cumprimento dos prazos acordados para prestação de contas.	Implementada no Exercício	
013	CR.P	Contratos [REDACTED] [REDACTED] [REDACTED] apresentação de comprovante de consulta ao CADIN (Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Federais), após assinatura contratual. Contratos [REDACTED] e [REDACTED] – Não foram apresentados comprovantes de consulta ao CADIN.	Realizar consulta prévia ao CADIN para celebração de contratos e aditivos.	Implementada no Exercício	
013	CR.P	Prazo expirado para publicação no Diário Oficial da União – DOU dos contratos [REDACTED] Contratos [REDACTED] [REDACTED] com cópia da publicação entregue para análise ilegível. Contratos [REDACTED] e [REDACTED] sem apresentação da cópia da publicação no DOU.	Atentar para os prazos legais de publicação dos extratos dos Termos Contratuais no Diário Oficial da União, Manter cópia da documentação legível de maneira a que se possa comprovar o cumprimento da Legislação pertinente.	Implementada no Exercício	
013	CR.P	Declarações necessárias para contratação que constam no caderno de Política de Patrocínios das Empresas Eletrobras – ANEXO – de 09.05.2014, ou estão faltando ou foram entregues a posteriori. Contratos [REDACTED] e [REDACTED]	Seguir as normas de Política de Patrocínio da Holding na condução das futuras contratações, visando, também, obediência a legislação pertinente nas quais suas diretrizes são pautadas.	Implementada no Exercício	
013	CR.P	Contratos [REDACTED] [REDACTED] [REDACTED] com declaração firmada pelo representante legal da contratada, atestando não manter vínculo empregatício com a Eletrobras, excluí em seu texto diretores, sócios e gerentes da proponente.	Texto abrangente com inclusão de diretores, sócios e gerentes da proponente.	Implementada no Exercício	
013	CR.P	Certidões necessárias para contratação que constam no caderno de Política de Patrocínios das Empresas Eletrobras – ANEXO – de 09.05.2014 – Habilitação Jurídica e Fiscal, ou estão faltando ou foram entregues a posteriori. Contratos [REDACTED] [REDACTED] [REDACTED] [REDACTED]	Seguir as normas de Política de Patrocínio da Holding na condução das futuras contratações, visando, também, obediência a legislação pertinente nas quais suas diretrizes são pautadas.	Implementada no Exercício	

Relatório	Órgão	Não Conformidades Destacadas por Relatório	Recomendação da Auditoria	Situação	Status
		██████████ e ██████████			
013	CR.P	Contratos ██████████ e ██████████ sem representantes de FURNAS junto às contratadas devidamente credenciados.	Doravante formalizar tempestivamente o representante de FURNAS, bem como exigir a formalização do representante da conveniada, mantendo a documentação arquivada junto ao processo.	Implementada no Exercício	
013	CR.P	Não foram apresentadas para análise contrapartidas dos contratos, ██████████ e ██████████ e. ██████████	Exigir da contratada a apresentação das contrapartidas acordadas em contrato.	Implementada no Exercício	
013	CR.P	Convênio Projeto Vinde a mim com valor na tabela enviada a essa auditoria pelo GRS.P, anexo II, de R\$188.129,70. No sistema SAP o valor é de R\$308.589,50.	Verificar a veracidade das informações introduzidas no sistema SAP e processa-la corretamente, ou fazer as devidas correções jurídicas de modo a manter o contrato dentro das normas e legislações pertinentes.	Implementada no Exercício	
013	CR.P	Contrato ██████████ – O contrato enviado não tem assinatura, data, nº ou PRD/RD, mas constam desembolsos de Furnas no valor de R\$169.259,00 em 2014. O valor no cronograma de pagamento a conveniada em 2014 no contrato não assinado é de R\$51.414,00.	Verificar a veracidade das informações introduzidas no sistema SAP e processa-la corretamente, ou fazer as devidas correções jurídicas de modo a manter o contrato dentro das normas e legislações pertinentes.	Implementada no Exercício	
013	CR.P	Contratos ██████████ e ██████████ – Não foram apresentados extratos de Contas Específicas e Exclusivas para recebimento dos recursos destinados aos projetos.	Apresentar movimentação de recursos em conta bancária específica.	Implementada no Exercício	
013	CR.P	Contratos ██████████ e ██████████ – Não foram apresentadas as documentações relativas às Prestações de Contas ou documentos comprobatórios das despesas realizadas.	Cobrar e apresentar tempestivamente as documentações referentes às prestações de contas e relatório final, se for o caso.	Implementada no Exercício	
013	CR.P	Pagamento integral das verbas referentes ao contrato ██████████ encerrado em 05.04.2015, sem apresentação de prestação de contas ou contrapartidas realizadas.	Cobrar e apresentar tempestivamente as documentações referentes às prestações de contas parcial, total e relatório final. Em caso de não apresentação, cobrar multa e ressarcimento dos valores transferidos por FURNAS devidamente corrigidos.	Implementada no Exercício	
013	CR.P	Quando do encerramento do contrato ██████████ identificamos a devolução a FURNAS de R\$133,09, conforme Recibo de Operação Financeira de 09.12.2014. Entretanto ao analisarmos a prestação de contas apresentada identificamos que o valor correto a ser devolvido seria de R\$301,37. Desta forma encontra-se pendente de devolução a FURNAS o valor de R\$168,28	Efetuar a análise das prestação de contas de forma adequada, exigindo a devolução tempestiva a FURNAS dos recursos não utilizados.] Observar normas acordadas.	Implementada no Exercício	

<b>Relatório</b>	<b>Órgão</b>	<b>Não Conformidades Destacadas por Relatório</b>	<b>Recomendação da Auditoria</b>	<b>Situação</b>	<b>Status</b>
013	CR.P	Não foi apresentado Parecer Financeiro para nenhum dos contratos apresentados, mas vários contratos continham em seus Pareceres Jurídicos examinados a seguinte ressalva: "..., sendo certo que quanto aos aspectos econômicos-financeiros envolvendo a celebração deste ajuste, melhor dirá a área competente." e cita, ainda, o Ofício nº 103/2014/SECEX/SECOM – PR.	No futuro verificar a possibilidade de inclusão de parecer financeiro para a celebração de convênios e patrocínios. Apresentar a essa auditoria o valor correspondente aprovado para cada modalidade de convênio e patrocínio gerenciado por esse órgão em 2014 e sua correspondência com o ofício em pauta.	Implementada no Exercício	
014	DA	Divergências foram identificadas, visto que não recebemos a documentação solicitada para a realização do teste até a data limite de 11/02/2014.	Furnas, através da Instrução Normativa IN 019.85, determina claramente a alçada de deliberação de cada instância administrativa, bem como os tetos de valores financeiros de cada nível hierárquico para contratações e movimentações de numerário. Este documento é atualizado pela Assessoria de Organização e Processos AOP.A de acordo com as solicitações das áreas gestoras, aprovado por Resolução de Diretoria e revisado sempre que necessário, visando garantir a conformidade com a legislação vigente e atender as necessidades da empresa.	Implementada no Exercício	
014	DA	Divergências foram identificadas, visto que para a semana do dia 30 de outubro de 2014 não foi realizada a revisão do relatório de ressuprimento pela DGMA.A.	Semanalmente é gerado o relatório de necessidades de ressuprimento de estoque por meio do [REDACTED] (conferido pela transação [REDACTED] usuário [REDACTED]). O funcionário da DGMA.A revisa o relatório, com o intuito de verificar pendências não contempladas em requisições anteriores e, caso necessário, é realizada a conversão da Ordem planejada em Requisição de compras.	Implementada no Exercício	
014	DA	Divergências foram identificadas, visto que as compras de pequeno vulto (PV) estão sendo classificadas como Dispensa de Licitação (DL), o que impossibilitou a extração de uma base para o controle.	Nos casos em que houver possibilidade de dispensa ou inexigibilidade de licitação, o órgão solicitante encaminha a requisição acompanhada de parecer assinado por 3 técnicos, justificando a necessidade da contratação e a razoabilidade dos preços. Adicionalmente, nos casos de inexigibilidade de licitação em que a demanda somente poderá ser atendida por fornecedor único, a proposta do fornecedor deverá vir acompanhada do Atestado de Exclusividade comercial.	Implementada no Exercício	
014	DA	Divergências foram identificadas, visto que o universo	Para compras de pequeno vulto com valor acima	Implementada	



<b>Relatório</b>	<b>Órgão</b>	<b>Não Conformidades Destacadas por Relatório</b>	<b>Recomendação da Auditoria</b>	<b>Situação</b>	<b>Status</b>
		disponibilizado não contempla a totalidade das compras de pequeno vulto com valor acima de R\$2.000,00 para o período solicitado.	de R\$ 2.000,00 são realizadas cotações com no mínimo três fornecedores.	no Exercício	
014	DA	Divergências foram identificadas, visto que as compras de Pequeno Vulto (PV) estão sendo classificadas como Dispensa de Licitação (DL), impossibilitando a extração de uma base para o controle.	Nos casos de dispensa ou inexigibilidade de licitação será elaborado um relatório de aprovação da aquisição, o qual será submetido à apreciação da GCO.P e GFI.F para que sejam emitidos os pareceres jurídico e financeiro, após a emissão dos pareceres o relatório passará por dois níveis de aprovação, sendo o primeiro por colaborador com alçada dentro da IN.019.85 e o segundo por nível hierárquico imediatamente superior.	Implementada no Exercício	
014	DA	Divergências foram identificadas, visto que a nomeação da comissão especial de licitação do processo licitatório referente ao contrato [REDACTED] [REDACTED] foi realizada por colaborador sem alçada competente conforme estrutura de competências da IN.019.85 para aprovações de licitações.	A indicação dos membros para a Comissão Especial de Licitação, Equipe de Apoio e Pregoeiro, habilitados a conduzir processos de licitação, é aprovada/formalizada, por meio de Comunicação Interna por alçada competente dentro da IN.019.85 de forma idêntica a estrutura para aprovação de aquisição por meio de licitação.	Implementada no Exercício	
014	DA	Divergências foram identificadas, visto que o cálculo da provisão da PLR é realizado com base no Termo de Pactuação do ano anterior e não no Termo de Pactuação vigente que seria para aprovação do pagamento referente ao valor já provisionado.	O cálculo da provisão de PLR é realizado pelo GAP.A com base no Termo de Pactuação vigente ou carta da Diretoria, sendo este revisado e aprovado pelo gestor antes de ser enviado para GOC.F, para que a mesma constitua a provisão.	Implementada no Exercício	
014	DA	Divergências foram identificadas, visto que uma das mudanças emergenciais não foi aprovada pelo gerente do DDSA.A ou por um dos aprovadores designados por ata de reunião da ST.A após transporte para ambiente de produção ter sido realizado.	Sistema SAP: Nos casos de mudança emergencial, a liberação para produção é realizada pela equipe Basis e posteriormente é aprovada pelo gerente DDSC.A ou por um dos Aprovadores designados por ata de reunião da ST.A.	Implementada no Exercício	
014	DA	Divergências foram identificadas, visto que a documentação solicitada para a execução do teste não foi recebida até a data limite para a realização do teste em 06/02/2015.	A concessão e/ou revogação dos acessos aos ambientes controlados de TI é da responsabilidade da equipe de segurança da Empresa, sob a Gerência de Serviços Gerais - GSG.A. Somente esta equipe possui acesso de administrador ao software. Cabe ressaltar, que para os colaboradores de TI, a aprovação de acesso é realizada pela GIR.A e a concessão/revogação de acesso é pela GSG.A	Implementada no Exercício	
014	DA	Divergências foram identificadas, visto que a documentação	O gerente do funcionário que necessita ter acesso	Implementada	



<b>Relatório</b>	<b>Órgão</b>	<b>Não Conformidades Destacadas por Relatório</b>	<b>Recomendação da Auditoria</b>	<b>Situação</b>	<b>Status</b>
		solicitada para a execução do teste não foi recebida até a data limite para a realização do teste em 06/02/2015.	e/ou revogação ao ambiente controlado de TI deverá enviar um email para a caixa postal GIR.A – Concessão/Revogação de Acesso, informando o nome, matrícula e ramal do colaborador e a sala que deseja ter acesso. Cabe ressaltar, que existe segregação de função entre solicitantes, aprovadores, concessão e revogação de acessos no sistema.	no Exercício	
014	DA	Divergências foram identificadas, visto que a documentação solicitada para a execução do teste não foi recebida até a data limite para a realização do teste em 06/02/2015	Existência e Manutenção periódica de equipamentos de refrigeração de ar realizada pelo técnico do GSG.A (sala de servidores) e pela [REDACTED] (salacofre), para manter a umidade e temperatura ambiente nos níveis adequados na sala de servidores e salacofre. O resultado da revisão e ações realizadas é registrado no relatório de Manutenção.	Implementada no Exercício	
014	DA	Divergências foram identificadas, visto que a documentação solicitada para a execução do teste não foi recebida até a data limite para a realização do teste em 06/02/2015.	Revisão de acessos, realizada pela GIR.A, dos colaboradores de TI ao ambiente controlado.	Implementada no Exercício	
014	DA	Divergências foram identificadas, visto que o contrato com a empresa terceirizada ACECO foi extinto e que, por essa razão, não foi realizada manutenção periódica.	Existência e manutenção periódica de equipamentos de combate a incêndio (extintores de incêndio de CO2 e Halotron) na sala-cofre realizada pela [REDACTED] (prestadora de serviço). O resultado da revisão e ações realizadas é registrado no relatório de Manutenção [REDACTED]	Implementada no Exercício	
014	DA	Divergências foram identificadas, visto que não foi realizada revisão de acesso ao PwSati pela GPG.F no 2º semestre de 2014.	Revisão de acesso ao PwSati: Revisão dos acessos ao PwSati pela GPG.F, que registra em incidente na ferramenta ITIL para execução pela DDSC.A.	Implementada no Exercício	
014	DA	Divergências foram identificadas, visto que a revisão de acesso ao sistema SIRO não foi realizada pelos gestores dos colaboradores com acesso ao sistema para o 2º semestre de 2014.	Revisão de acessos sistema não SAP - Os gestores dos colaboradores com acesso ao SIRO efetuam a revisão do acesso ao sistema e caso seja necessária solicita por meio do sistema a revogação dos acessos.	Implementada no Exercício	
014	DA	Divergências foram identificadas, visto que 21 (vinte e um) dos 46 (quarenta e seis) colaboradores analisados possuem acesso indevido aos logs de segurança do Datacom.	Restrição de acesso aos logs de segurança do Datacom - Restrição de acesso aos logs de segurança do Datacom de modo que apenas colaboradores lotados no grupo dos Administradores de TI de banco de dados	Implementada no Exercício	

Relatório	Órgão	Não Conformidades Destacadas por Relatório	Recomendação da Auditoria	Situação	Status
			plataforma alta, Analistas do GDS.A e gerente da DBDS.A possuem acesso. A consulta é realizada por meio do RPF DUS.DADOS, e os logs possuem backups e são armazenados por 12 (doze) meses.		
014	DA	Foram analisados os documentos comprobatórios da dispensa de repasse de reconhecimento ou da realização do repasse de conhecimento para todos os 3 (três) empregados que ocupavam cargos chaves de janeiro a novembro de 2014 e foi verificado que: 1. O empregado [REDACTED] matrícula [REDACTED] não foi submetido ao Programa de Repasse de Conhecimento. 2. O empregado [REDACTED] matrícula [REDACTED] teve a dispensa de repasse de conhecimento homologada. 3. O empregado [REDACTED] [REDACTED] matrícula [REDACTED] foi devidamente submetido ao Programa de Repasse de Conhecimento.	Monitoramento de rotatividade dos cargos chaves da companhia incluindo a verificação do background desses profissionais.	Implementada no Exercício	
014	DA	O plano de ação referente à deficiência não foi concluído em 2014, mas em janeiro de 2015. Dessa forma, concluímos que não houve análise dos impactos nas interfaces entre sistemas quando da realização de mudanças nos mesmos, permanecendo a deficiência identificada em 2012 pelo Auditor Externo.	O analista da DDI indica na ferramenta GASAP se a mudança em questão irá afetar alguma interface com outros sistemas.	Implementada no Exercício	
014	DA	Após análise das revisões de acesso do módulo MM, foi verificado que das 589 funções do módulo MM, 274 (duzentas e setenta e quatro) não foram revisadas no 2º semestre de 2014 e nenhuma justificativa foi dada para este fato.	Revisão de acessos ao módulo MM.	Implementada no Exercício	
014	DA	Após análise da matriz de controles compensatórios registrada no SAP GRC AC, foi verificado que o sistema refletia a realidade do ano de 2013, sendo que 133 (cento e trinta e três), dos 172 (cento e setenta e dois) controles, tiveram sua última atualização ainda naquele ano. Desta forma, as ações em prol da remediação desta deficiência foram insuficientes, de modo que os controles compensatórios permaneceram insatisfatórios no que diz respeito à precisão na mitigação dos riscos de segregação de função.	Segregação de função dos acessos críticos do sistema SAP	Implementada no Exercício	
014	DA	Não houve implementação de controle para revogação dos acessos de empregados desligados no Solution Manager no ano de 2014, sendo identificados logins de empregados	Revogação de acesso a usuário no Service Manager em caso de desligamento.	Implementada no Exercício	

Relatório	Órgão	Não Conformidades Destacadas por Relatório	Recomendação da Auditoria	Situação	Status
		desligados com acesso ao sistema.			
014	DA	Não houve implementação de controle para revogação dos acessos de empregados desligados no Solution Manager no ano de 2014, sendo identificados logins de empregados transferidos com acesso ao sistema.	Revogação de acesso a usuário no Service Manager em caso de transferência.	Implementada no Exercício	
014	DA	Divergências foram identificadas, visto que 4 (quatro) dos 10 (dez) Documentos de Rescisão selecionado não foram conferidos por colaborador da GAP.A. Os Termos de Rescisão que não foram conferidos pertencem aos seguintes colaboradores: Sra. [REDACTED] do Sr. [REDACTED] e do Sr. [REDACTED]	O documento de rescisão, que contém os direitos trabalhistas devidos na rescisão de contrato, tais como saldo de salário (em dias), avos de férias e 13º Salário dentre outros, é conferido pelo operacional da GAP.A.	Implementada no Exercício	
014	DA	Após análise da revisão de acesso do módulo BS do SAP, foi verificado que das 43 (quarenta e três) funções do módulo, 4 (quatro) não foram revisadas no 2º semestre de 2014 e nenhuma justificativa foi dada para este fato.	Revisão de acesso SAP- GRC: Revisão de acesso às transações de TI por meio do SAP GRC.	Implementada no Exercício	
015	DF	Divergências foram identificadas, visto que 381 (trezentos e oitenta e um) colaboradores possuem acesso indevido às transações com funcionalidade de efetuar ajustes de fornecedores e clientes. A revisão de acesso foi realizada a fim de garantir restrição de acesso à funcionalidade de efetuar ajustes de fornecedores e clientes de forma que somente os colaboradores lotados na Gerência e nas Divisões subordinados à Superintendência Financeira – SF.F possam acesso a esta funcionalidade.	Restrição de acesso à funcionalidade de efetuar ajustes de fornecedor e clientes de forma que somente os colaboradores lotados nas Gerências e Divisões subordinados à Superintendência Financeira SF.F possam acesso a esta funcionalidade.	Implementada no Exercício	
015	DF	Divergências foram identificadas, visto que a Proposta Orçamentária (PDG 2015) não foi aprovada pelo Conselho de Administração.	Anualmente a Gerência de Planejamento Financeiro, Orçamento e Controles GPO.F, elabora e revisa a Proposta Orçamentária de acordo com as premissas e critérios estabelecidos pelo Ministério de Minas e Energia (MME), pelo Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (DEST) e pela Holding, até a final aprovação pelo Conselho de Administração, após apreciação da Diretoria Executiva.	Implementada no Exercício	
015	DF	Divergências foram identificadas, visto que o arquivo em formato de texto gerado pelo sistema ORC e enviado a E. Holding por email, contém somente informações sobre os valores realizados econômicos e financeiros do respectivo	Após aprovado o orçamento, Gerência de Planejamento Financeiro, Orçamento e Controle GPO.F utiliza a planilha de Programa de Dispêndios Globais com os orçamentos gerados	Implementada no Exercício	

<b>Relatório</b>	<b>Órgão</b>	<b>Não Conformidades Destacadas por Relatório</b>	<b>Recomendação da Auditoria</b>	<b>Situação</b>	<b>Status</b>
		mês. Também foi verificado que o comparativo entre o orçado e o realizado não é enviado à E. Holding.	mês a mês para controle do orçamento. Mensalmente, a GPO.F acessa o módulo contábil e extrai do SAP o balancete analítico do mês correspondente, onde se pode observar todas as despesas individualizadas por área e conta. Essas informações são importadas para a planilha baseada no modelo PDG. A planilha eletrônica é transformada em arquivo em formato texto e enviada mensalmente para a Eletrobras através do sistema ORC com o comparativo entre o orçamento realizado com o planejado. Caso a Eletrobras solicite é enviado para a mesma as justificativas para os casos solicitados.		
015	DF	Divergências foram identificadas, visto que o controle não foi realizado, uma vez que o inventário geral não está sendo realizado pelos gerentes dos diversos órgãos da Companhia.	Os gerentes dos diversos órgãos da Companhia devem manter inventário permanente dos equipamentos sob sua responsabilidade, validando a posição de equipamentos gerais do SAP/FIAA. Caso sejam detectadas inconsistências entre a posição do sistema e os equipamentos efetivamente à disposição do órgão, o encarregado pelo inventário deve efetuar os ajustes necessários no SAP FI.	Implementada no Exercício	
015	DF	Divergências foram identificadas, visto que foi verificada a ausência de mecanismos de controle das alterações na legislação e nas normas contábeis.	Monitoramento dos impactos das alterações das normas contábeis que possam impactar as DF's (registros contábeis e notas explicativas)..	Implementada no Exercício	
015	DF	Foi verificada a ausência de mecanismos voltados para o acompanhamento e análise dos fatos relevantes, de forma a garantir sua devida divulgação e consideração na elaboração das Demonstrações Financeiras.	Revisão dos possíveis reflexos contábeis dos fatos relevantes	Implementada no Exercício	
015	DF	Foi verificada a ausência de mecanismos de análise sobre assuntos / pronunciamentos técnicos.	Análise dos assuntos / pronunciamentos técnicos	Implementada no Exercício	
015		Foi analisada a relação de colaboradores com acesso às transações [REDACTED] que permitem a realização de lançamentos manuais de ajuste. Foi verificado que dos 184 (cento e oitenta e quatro) colaboradores com acesso, 28 (vinte e oito) o tinham indevidamente. Também foi analisada a revisão de acessos do módulo GL, o qual contempla as transações de lançamento manual de ajuste, e foi verificado que 34 (trinta e	Restrição de acesso à funcionalidade de lançamento manual de ajustes, referente à regularização dos saldos das contas contábeis, de forma que somente colaboradores lotados nos Gerências e Divisões subordinados à Superintendência de Contabilidade – SC.F possuam acesso a esta funcionalidade.	Implementada no Exercício	

Relatório	Órgão	Não Conformidades Destacadas por Relatório	Recomendação da Auditoria	Situação	Status
		quatro) funções não foram revisadas, dentre as quais, 2 (duas) que permitiam acesso a [REDACTED] e [REDACTED]			
015	DF	Referente à amostra de 45 lançamentos manuais registrados no SAP, foi constatado que: - 20 (vinte) lançamentos analisados não foram pre editados, ou seja, foram realizados diretamente no razão	O lançamento manual registrado no SAP-GL é aprovado por alçada competente, com base em documentação suporte.	Implementada no Exercício	
015	DF	Foram realizadas as revisões de acesso dos módulos FI-AP e FI-GL do SAP que incluem as transações [REDACTED] que permitem a realização de lançamentos manuais decorrentes de operações de outras áreas. Foi verificado que todas as funções atreladas ao módulo FI-AP foram devidamente revisadas. Porém, para o módulo FI-GL, foi verificado que 34 (trinta e quatro) das 74 (setenta e quatro) funções aplicáveis não foram revisadas, dentre as quais, a função [REDACTED] que permite acesso à transação [REDACTED]. Não sendo possível garantir a restrição de acesso à funcionalidade de efetuar lançamentos manuais decorrentes de operações de outras áreas. As transações [REDACTED] não foram classificadas com risco de ação crítica no GRC, portanto foram desconsideradas nas revisões de acesso.	Revisão periódica dos perfis de acesso com transações críticas de Contas do Razão (FI-GL).	Implementada no Exercício	
015	DF	Divergências foram identificadas, visto que após análise das revisões de acesso do módulo Fiscal – FS foi verificado que das 97 (noventa e sete) funções do módulo, 15 (quinze) não foram revisadas no 2º semestre de 2014 e nenhuma justificativa foi dada para este fato.	Revisão de acessos ao módulo Fiscal - FS	Implementada no Exercício	
016	ST.A	Informações sensíveis e não classificadas são armazenadas nos drives (T) e (I) da rede corporativa, como também os dados nos servidores de backup não possuem prazo de retenção formal definida pela área de negócios.	Atentar para o cumprimento do Decreto 7.724, de 16 de maio de 2012 – Capítulo V Art.28 e Artigo 30 – II e III, §2º e §3º quando da custódia das informações das áreas de negócio.	Não Implementada no Exercício	Vincenda
016	ST.A	Falta de documento formal da organização descrevendo os procedimentos de rotinas de cópias e recuperação de informação assegurando a capacidade de restabelecimento e definindo um tempo médio para restauração dos dados.	Implementar documentos formais para os procedimentos operacionais e os procedimentos documentados para a atividades de sistema.	Não Implementada no Exercício	Vincenda
016	ST.A	Não há cronograma para executar as atividades de backup.	Estabelecer procedimentos de cópia de segurança (backup) em alinhamento com os requisitos de	Não Implementada	Vincenda

<b>Relatório</b>	<b>Órgão</b>	<b>Não Conformidades Destacadas por Relatório</b>	<b>Recomendação da Auditoria</b>	<b>Situação</b>	<b>Status</b>
			negócio.	no Exercício	
016	ST.A	Inexistência de procedimento formal para registro das notificações de fragilidade e eventos da segurança da informação.	Elaborar um plano de segurança de TI, contendo políticas e procedimentos de segurança.	Não Implementada no Exercício	Vincenda
016	ST.A	A ausência de manutenção periódica na sala cofre e sala dos servidores Nestes locais estão armazenados os servidores de desenvolvimento, produção, homologação e backups.	Providenciar as manutenções periódicas junto com o órgão responsável e monitorar a sua execução.	Implementada no Exercício	
016	ST.A	As informações geradas pelo dispositivo existente para verificar se o acesso as salas cofre e dos servidores é feito somente por pessoal autorizado não foi apresentada.	Monitorar o acesso às salas dos servidores	Implementada no Exercício	
016	ST.A	Não existe evidencias garantindo a implementação do processo de gestão de risco de TI.	Implementar o gerenciamento de risco de TI	Implementada no Exercício	
016	ST.A	As fitas e discos de backups não estão armazenados em uma localidade remota ao Escritório Central.	Adotar controles para minimizar o risco de ameaças físicas e ambientais.	Não Implementada no Exercício	Vincenda
016	ST.A	Instalações inadequadas tais como: - Teto sem o forro, Resíduos de equipamentos no chão e a Porta do servidor aberta, constatadona sala dos servidores, localizada no 3º andar do bloco C, onde estão armazenados os servidores de backups, desenvolvimento, produção e homologação e de internet.	Implementar medidas de segurança física com o objetivo de proteger o local e os ativos físicos.	Implementada no Exercício	
016	ST.A	Tampa do piso da sala dos servidores solta sem os parafusos. Sala localizada no 3º andar do Bloco C.	Providenciar junto ao órgão de FURNAS responsável pela manutenção da sala adequação do cumprimento das normas de segurança.	Implementada no Exercício	
016	ST.A	Sala que armazena os servidores de backups (SAP e outros), localizada no 3º andar do Bloco E, não estava trancada no dia da visita, 15.05.2015.	Monitorar as salas onde estão localizados os backups de Furnas. Convém que as instalações de armazenamento sejam protegidas de forma segura para evitar acesso não autorizado.	Implementada no Exercício	
016	ST.A	No-break dos servidores de backup (SAP e outros), localizado no 3º andar do Bloco E, sem a devida instalação e proteção.	Providenciar local e instalações adequadas para o equipamento.	Implementada no Exercício	
017	DN	Recuperação dos valores pagos a [REDACTED]	Solicitar das SPEs, uma posição atual das seguradoras sobre o pagamento dos sinistros. Acompanhar junto as SPEs o andamento dos processos judiciais de recuperação dos valores pagos. Acompanhar as tratativas para a contratação de novos fornecedores de aerogeradores. Gestão junto a ANEEL para esclarecer a situação (responsabilidade) de FURNAS quanto ao assunto.	Não Implementada no Exercício	Vincenda



Relatório	Órgão	Não Conformidades Destacadas por Relatório	Recomendação da Auditoria	Situação	Status
018	GA.E SI.E SE.E PS.O	Processos erosivos no túnel do canal 5 necessitando de tratamento para a sua contenção.	Regularizar imediatamente a situação. Adotar medidas preventivas de controle para proteção do terreno exposto.	Implementada no Exercício	
018	GA.E SI.E SE.E PS.O	A Jusante da Barragem da Usina de Anta apresentava poças d'água parada.	Regularizar imediatamente a situação.	Implementada no Exercício	
018	GA.E SI.E SE.E PS.O	Ombreiras e barragens do dique norte apresentando um alto índice de umidade e infiltração.	Regularizar imediatamente a situação.	Implementada no Exercício	
018	GA.E SI.E SE.E PS.O	Defeito no anel de vedação da mangueira do caminhão que transporta o chorume das ETE's para o aterro sanitário, ocasionando derramamento de parte do chorume, a ser tratado direto para o rio Paraíba do Sul.	Consertar imediatamente o anel de vedação da mangueira do caminhão.	Implementada no Exercício	
018	GA.E SI.E SE.E PS.O	Existência de diversos materiais, resíduo de obra, em torno do empreendimento.	Retirar os materiais em torno do empreendimento.	Não Implementada no Exercício	Vincenda
018	GA.E SI.E SE.E PS.O	Prédios e Galpão remanescentes de obras [REDACTED] dentro do empreendimento.	Desmobilizar e remover imediatamente as construções.	Não Implementada no Exercício	Vincenda
018	GA.E SI.E SE.E PS.O	Não cumprimento da totalidade das condicionantes acordadas, conforme apresentado na planilha (ANEXO II), por FURNAS no TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA firmado com o Ministério Público Federal, o Ministério Público Estadual e o Município de Sapucaia – RJ em 20.02.2013.	Elaborar e acompanhar plano de ação visando o cumprimento das condicionantes ainda pendentes.	Não Implementada no Exercício	Vincenda
018	GA.E SI.E SE.E PS.O	Falta de Plano de Gerenciamento de Resíduos – PGR.	Elaborar o Plano de Gerenciamento de Resíduos – PGR.	Implementada no Exercício	
018	GA.E SI.E SE.E PS.O	Não cumprimento da totalidade das condicionantes específicas 15, 20, 22, 23, 25, 27, 28 e 37 da Licença de Operação nº. [REDACTED]	Elaborar e acompanhar plano de ação visando o cumprimento das condicionantes pendentes.	Não Implementada no Exercício	Vincenda
018	GA.E SI.E	Falta a fechadura em uma das salas de controle das comportas dos vertedouros da Usina de Anta.	Colocar imediatamente a fechadura na sala de controle.	Implementada no Exercício	

Relatório	Órgão	Não Conformidades Destacadas por Relatório	Recomendação da Auditoria	Situação	Status
	SE.E PS.O				
018	GA.E SI.E SE.E PS.O	Falta de utilização do Equipamento de Proteção Industrial – EPI pelos empregados da ETE.	Orientar e exigir dos empregados a utilização dos EPI's.	Implementada no Exercício	
020	SE.E	O órgão gestor não tem informações atualizadas de 94% dos Projetos de P&D desenvolvidos por Furnas. Inconsistências entre a relação de Projetos de P&D apresentados pela GST.E e o relatório gerado pelo SAP, transação [REDACTED]. Tais como: Status do Projeto. Gestor responsável. Área responsável.	Circularizar a cada gestor de P&D o “Status” de cada projeto. Manter atualizado todas as informações e monitorar o Programa de P&D, assumindo a efetiva gestão da carteira de Projetos de P&D. Dar transparência e publicidade ao Programa de Pesquisa e Desenvolvimento, com divulgação de informações confiáveis.	Não Implementada no Exercício	Vincenda
020	SE.E	Inexistência de “Metodologia e Normatização Interna” para o processo “Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação”.	Elaborar metodologia e normatização interna para regulamentar essa atividade em Furnas. Formalizar os procedimentos já existentes pela SE.E e submeter à diretoria para aprovação e divulgação. Cumprir os Princípios de Normatização do Manual de Organização de Furnas.	Não Implementada no Exercício	Vincenda
020	SE.E	Ausência de documento formal com indicação dos projetos para aprovação da Diretoria Executiva, emitido pelo Comitê de Pesquisa e Desenvolvimento.	Participação do Comitê de Pesquisa e Desenvolvimento na seleção dos projetos de P&D e na apresentação à Diretoria Executiva. Propor a Diretoria Executiva Alteração na Composição do Comitê de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D.	Não Implementada no Exercício	Vincenda
020	SE.E	Não foram apresentados relatórios de auditoria contábil e técnica dos projetos de P&D anteriores a 2008.	Contratar a Auditoria Externa para elaboração dos respectivos Relatórios referentes a conclusão dos projetos de P&D para os casos em que já tenham decorrido 5 anos da data de início do projeto.	Não Implementada no Exercício	Vincenda
020	SE.E	Despesas não contabilizadas na conta razão de P&D.	Encaminhar a Contabilidade solicitação de reclassificação para conta de P&D. Doravante contabilizar as despesas de P&D na conta específica de P&D.	Não Implementada no Exercício	Vincenda
020	SE.E	Não utilização de valores remanescentes nos seguintes instrumentos contratuais: [REDACTED] [REDACTED] [REDACTED]. Ver tabela – Anexo II	Garantir a sincronia entre a execução física e financeira do projeto.	Implementada no Exercício	
020	SE.E	Não cumprimento dos prazos solicitados para a implementação dos Planos de Ação	Sanções e multas aplicadas por parte dos órgãos reguladores / fiscalizadores por não cumprimento de prazos e não acompanhamento dos projetos. Práticas inadequadas na gestão do Programa de	Implementada no Exercício	

Relatório	Órgão	Não Conformidades Destacadas por Relatório	Recomendação da Auditoria	Situação	Status
			P&D Descumprimento das atribuições do gestor de P&D. Conflito de Interesse		
020	SE.E	Pagamento a maior para a rubrica "Serviços de Terceiros". A Proposta de projeto de P&D apresenta para a rubrica "Serviços de Terceiros" o valor de R\$ 60.000,00, porém foi faturado até 17.07.2015 o montante de R\$1.165.228,44.	Proceder à avaliação técnica criteriosa das alterações de valores das rubricas do projeto. Consultar a Superintendência Jurídica – SJ.P quanto ao Aditamento do Instrumento Contratual para remanejamento de valor de rubrica deste contrato. Não autorizar pagamentos de rubricas com valores acima do contratado. Solicitar a devolução dos valores pagos indevidamente.	Não Implementada no Exercício	Vincenda
020	SE.E	Prazo dos Convênios nº [REDACTED] e [REDACTED] expirado em 05.01.2015.	Não prorrogar contrato com prazo de vigência expirado. Avaliar junto a SJ.P a possibilidade de celebrar um novo contrato.	Implementada no Exercício	
020	SE.E	Não foi apresentada a publicação da alteração de valor do Convênio nº9000000721 no Diário Oficial da União – DOU. Valor acordado em 05.07.2013 –R\$407.492,50 Aditamento em 09.12.2014 –R\$ 482.030,69.	Dar transparência e publicidade as alterações dos contratos/convênios dos projetos de P&D.	Implementada no Exercício	
020	SE.E	Não identificamos a proposta datada de 13.11.2012, que deu lastro aos Convênios [REDACTED]	Apresentar a proposta e compor ao processo. Não formalizar qualquer contrato sem as propostas que validem o objeto a ser cumprido.	Não Implementada no Exercício	Vincenda
020	SE.E	Ausência da data de assinatura nos Planos de Trabalho/Proposta apresentados.	Não formalizar qualquer contrato sem que as propostas estejam datadas e assinadas.	Não Implementada no Exercício	Vincenda
020	SE.E	Divergência entre a quantidade de embarcações a serem produzidas e o valor por produção nos Planos de Trabalho apresentados. Valor das Propostas: 1 – R\$53.302.345,51 2 – R\$53.302.345,51 3 – R\$51.036.030,52 Ver tabela – Anexo II	Solicitar a emissão de relatório técnico que justifique a alteração nas quantidades de embarcações citadas nas propostas.	Não Implementada no Exercício	Vincenda
020	SE.E	Data de assinatura do convênio é anterior a data de existência do Instrumento contratual. Projeto cadastrado na ANEEL: 05.12.2012. Data de assinatura do convênio: 20.05.2011. O projeto possui vigência de 48 meses a partir da data de assinatura.	Proceder com a anuência da SJ.P a regularização da cronologia da assinatura do Instrumento Contratual.	Não Implementada no Exercício	Vincenda
021	DE	Divergências foram identificadas, visto que há divergência entre a atividade descrita na matriz de controle e a atividade executada pela área, uma vez que para este controle a periodicidade correta é "por evento". Adicionalmente, verificou-se que as Resoluções Autorizativas são emitidas para empreendimentos de transmissão de energia e não para empreendimentos de geração de energia e	A partir da Resolução Autorizativa é consolidado e consistido pelo EP.E o Plano de Negócios (PAP) com informações das diversas áreas envolvidas para encaminhamento à Diretoria Executiva de FURNAS para aprovação de execução dos reforços.	Implementada no Exercício	

Relatório	Órgão	Não Conformidades Destacadas por Relatório	Recomendação da Auditoria	Situação	Status
		que os empreendimentos de geração de energia são provenientes de leilão.			
022	SI.E GA.E EP.E SE.E	1ª. Renovação da Licença de Operação da Subestação de Samambaia está vencida desde 26.07.2012.	Cobrar dos órgãos competentes a emissão da renovação da licença. Realizar planejamento de modo acompanhar os processos de renovação.	Implementada no Exercício	
022	SI.E GA.E EP.E SE.E	Contratação da mão de obra para execução do Programa de Investimento – 3TM sem dotação orçamentária.	Atentar para o cumprimento da Lei Orçamentária nas próximas contratações. Orçar todas as despesas de mão de obra, nos respectivos empreendimentos.	Implementada no Exercício	
022	SI.E GA.E EP.E SE.E	Quatro transformadores com previsão de comissionamento até 30.11.2014 ainda não foram entregues.	Exigir da Contratada a entrega imediata dos transformadores.	Não Implementada no Exercício	Vincenda
022	SI.E GA.E EP.E SE.E	Contratação de mão de obra terceirizada para serviços de engenharia, calculada em homem/hora, para atividade fim da empresa.	Identificar os serviços a serem prestados por terceiros. Efetuar contratação apenas de prestação de serviços.	Implementada no Exercício	
022	SI.E GA.E EP.E SE.E	Falta de cobertura da garantia contratual para o novo prazo do aditamento no. 01.	Exigir a apresentação da garantia contratual com vigência até o encerramento das obrigações da contratada.	Implementada no Exercício	
022	SI.E GA.E EP.E SE.E	Ausência de um profissional Projetista, conforme consta em contrato.	Cobrar da prestadora de serviços a contratação a profissional dentro das especificações contratuais. Reavaliar todos os projetos serviços de projetista já executados.	Implementada no Exercício	
022	SI.E GA.E EP.E SE.E	Verificado 20(vinte) seccionadores novos, dispostos no pátio da Subestação de Brasília Sul, sem previsão de montagem e comissionamento.	Coordenar a imediata instalação dos equipamentos.	Não Implementada no Exercício	Vincenda
022	SI.E GA.E EP.E SE.E	Falta de planejamento para montagem e comissionamento dos seccionadores entregues referente ao TC nº [REDACTED]	Planejar, em conjunto com as áreas envolvidas, a contratação dos serviços para instalação dos equipamentos.	Implementada no Exercício	
022	SI.E GA.E EP.E SE.E	Falta de um Engenheiro de Segurança no Pessoal Obrigatório do Contrato da Montagem.	Cobrar da prestadora de serviços a contratação a profissional dentro das especificações contratuais.	Implementada no Exercício	
022	SI.E	Cronograma da Montagem atrasado.	Elaborar relatório técnico com as justificativas do	Não	Vincenda

<b>Relatório</b>	<b>Órgão</b>	<b>Não Conformidades Destacadas por Relatório</b>	<b>Recomendação da Auditoria</b>	<b>Situação</b>	<b>Status</b>
	GA.E EP.E SE.E		descumprimento do cronograma e apresentar prazo de término do empreendimento. Atentar para o cumprimento do cronograma de entrega do contrato.	Implementada no Exercício	
022	SI.E GA.E EP.E SE.E	Ausência de cadastramento do instrumento contratual no SIASG.	Efetuar o imediato registro do contrato no SIASG.	Implementada no Exercício	
022	SI.E GA.E EP.E SE.E	Não apresentados os laudos técnicos.	Cobrar da contratada o fiel cumprimento de suas obrigações Exigir da Contratada a apresentação dos laudos e enviar para anuência da GSS.A.	Implementada no Exercício	
022	SI.E GA.E EP.E SE.E	Não apresentação da declaração dos empregados sujeitos a concessão de aposentadoria especial.	Cobrar da contratada o fiel cumprimento de suas obrigações Solicitar a documentação conforme determina a cláusula contratual anexando-a junto ao processo.	Implementada no Exercício	
022	SI.E GA.E EP.E SE.E	Ausência de um profissional (Encarregado de Montagem Eletromecânica) conforme exigido em contrato.	Cobrar da prestadora de serviços a contratação a profissional dentro das especificações contratuais.	Implementada no Exercício	
024	GS.A	O recurso apresentado pela empresa [REDACTED] referente ao Processo Licitatório nº CO.GCM.A.007.2013, ocorreu fora do prazo. A data de publicação do resultado no Diário Oficial da União - D.O.U foi em 18.10.2013. O Recurso Administrativo foi no dia 30.1	Instruir os profissionais vinculados à atividade quanto à necessidade de cumprimento das determinações e prazos estabelecidos.	Implementada no Exercício	
024	GS.A	Não foram publicados no D.O.U os resultados dos seguintes processos: Pregão PE.GCM.A.00120.2013, vencedora foi a empresa [REDACTED]	Ineficácia dos atos praticados. Publicar os resultados do Pregão Eletrônico e da Concorrência no Diário Oficial da União. Cumprir as recomendações da SJ.P.	Implementada no Exercício	
025	RC.P ST.A	Falta de evidências de um Sistema formal de Governança de TI, com monitoramento da Gestão de TI e geração de relatórios gerenciais, onde conste o uso dos seus recursos técnicos e financeiros e acompanhamento periódico das metas elencadas no PDTI.	De modo a nortear estrategicamente a gestão da área de TI, viabilizar seu acompanhamento, gerar relatórios gerenciais periódicos e facilitar a correção de desvios, deve ser organizado um processo formal para acompanhamento das metas e indicadores de melhorias na governança de TI, de acordo com as recomendações do TCU. Deve, ainda, constar deste processo a avaliação de execução do PDTI, com os objetivos estabelecidos e alcançados.	Não Implementada no Exercício	Vincenda

<b>Relatório</b>	<b>Órgão</b>	<b>Não Conformidades Destacadas por Relatório</b>	<b>Recomendação da Auditoria</b>	<b>Situação</b>	<b>Status</b>
025	RC.P ST.A	Falta de procedimentos formais e padronizados para a consecução do planejamento das contratações, base para a elaboração do projeto básico e anterior a esse, em que conste análise de viabilidade, Plano Sustentação, Estratégia, Riscos, e alinhamento ao PDTI.	Criar um documento formal padrão para Planejamento de Contratação, que anteceda o projeto básico, que contenha o estudo da Análise de Viabilidade da Contratação, Plano de Sustentação, Estratégia da Contratação e Análise de Riscos, onde deve constar: Equipe envolvida no estudo e responsável. Essencialidade do objeto da contratação para o negócio e seu alinhamento ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI, com comprovação dos objetivos atingidos e as metas de desempenho obtidas. Identificação dos benefícios a serem alcançados em termos de eficácia, eficiência, efetividade e valorização econômica de benefícios e resultados a serem alcançados em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis. Especificação dos requisitos necessários ao seu atendimento, levando em consideração os aspectos técnicos e de complexidade que envolve a área de TI e a necessidade de adequação ou não do ambiente para a execução contratual. Comparação com as alternativas de mercado e a justificativa da solução adotada, Pesquisa para definição de parâmetros na análise de preços. Relação entre a demanda prevista e a quantidade de serviço a ser contratado. Plano de Sustentação para orientação e garantia da administração da continuidade da operação em caso de rompimento do contrato de forma programada ou inesperada. Procedimentos para fiscalização. Anexar documentação que mostre esse processo de forma ampla, com detalhamento da sistemática e das diretrizes.	Não Implementada no Exercício	Vincenda
025	RC.P ST.A	Falta de documentação formal de nomeação dos gestores e fiscais dos contratos vigentes em 2015.	Designar, formalmente, gestores e fiscais responsáveis pelo acompanhamento técnico e administrativo dos contratos vigente.	Implementada no Exercício	
025	RC.P ST.A	Falta de normatização para execução e gerenciamento de contratações na área de TI e relatório padronizado de informações e acompanhamento técnico dos serviços, após a	Implementar controles formais para execução e acompanhamento da gestão contratual e técnico dos serviços, após a assinatura contratual, com	Não Implementada no Exercício	Vincenda



<b>Relatório</b>	<b>Órgão</b>	<b>Não Conformidades Destacadas por Relatório</b>	<b>Recomendação da Auditoria</b>	<b>Situação</b>	<b>Status</b>
		assinatura contratual.	geração de relatórios padronizados de informações que permitam identificar se todas as obrigações do contratado foram cumpridas, etapa por etapa, antes do ateste dos serviços.		
025	RC.P ST.A	Falta de plano formal de capacitação na área de contratação de TI.	Implantar plano de capacitação formal para prover as necessidades de desenvolvimento e competência na área de contratação de TI.	Não Implementada no Exercício	Vincenda
025	RC.P ST.A	Falta de plano formal de capacitação da área de TI.	Implantar plano de capacitação formal para prover as necessidades de desenvolvimento e competência de pessoal técnico e administrativo da área de TI, com avaliações periódicas dos resultados obtidos.	Não Implementada no Exercício	Vincenda
025	RC.P ST.A	Falta de processo formal de gerenciamento de projetos, seus responsáveis e matrícula em FURNAS.	Envie esforços para implementação de processo formal de Gerenciamento de Projetos na área de TI, com mensurações periódicas dos indicadores quantitativos e metas atingidas. Esse fato possui reflexos na área de segurança da informação pela atividade de avaliação de riscos inerente. A função gerencial deve ser exercida por pessoas do quadro efetivo permanente da empresa e com qualificações necessárias, de modo a atender as necessidades técnicas e gerenciais.	Não Implementada no Exercício	Vincenda
025	RC.P ST.A	Falta de normativos com Critérios objetivos para auxílio aos gestores na decisão sobre a concessão de perfis de acesso aos usuários.	Estabelecer normativos que auxiliem os gestores locais nas concessões de perfis de acesso.	Não Implementada no Exercício	Vincenda
025	RC.P ST.A	Falta de processo formal de Desenvolvimento de Software (PDS) ou de acompanhamento das mensurações ou metas.	Formalizar o processo de desenvolvimento de software e estabelecer diretrizes que regulamentem a segurança para o processo de desenvolvimento e manutenção com indicadores quantitativos e metas de processo a cumprir realizadas.	Implementada no Exercício	
025	RC.P ST.A	Falta de consolidação de formação de um comitê de Tecnologia da Informação, apenas intenção de formação do respectivo comitê, não havendo, também, atas de Reunião ou deliberações do Comitê de TI em 2015 que comprovem sua existência ou desempenho.	Consolidar a implantação de um Comitê de Tecnologia da Informação que tenha representantes de todas as áreas de negócio da empresa, que acompanhe e aprove as ações da área de TI e a execução efetiva dos projetos e priorização de alocação dos recursos. Estabelecer procedimento formal para acompanhar o funcionamento do comitê, de modo a assegurar	Implementada no Exercício	

<b>Relatório</b>	<b>Órgão</b>	<b>Não Conformidades Destacadas por Relatório</b>	<b>Recomendação da Auditoria</b>	<b>Situação</b>	<b>Status</b>
			que as reuniões aconteçam conforme calendário aprovado e que os assuntos tratados sejam condizentes com a pauta previamente definida. Promover a atualização do MANUAL DE ORGANIZAÇÃO - 3. COLEGIADOS - 3.3. Comitê de Informática - Vigência: 08/03/2005 Aprovação: 08/03/2005, para que se adeque as políticas atuais fundamentas pela legislação e órgãos externos de fiscalização.		
025	RC.P ST.A	Falta de política de Segurança da Informação – PSI formalmente aprovada, publicada e atualizada.	Instituir formalmente uma Política Corporativa de Segurança da Informação –PSI, que venha a ser aprovada, publicada e atualizada, com responsáveis por implantá-la e acompanhá-la.	Não Implementada no Exercício	Vincenda
025	RC.P ST.A	Falta de evidências de ações de conscientização, educação ou treinamento na área de Segurança da Informação.	Promover e divulgar ações de conscientização, educação e treinamento em segurança da informação. Estabelecer e divulgar normativos de cumprimento obrigatório por parte da organização, além de indicar documentos e normativos de apoio às suas diretrizes.	Não Implementada no Exercício	Vincenda
025	RC.P ST.A	Falta de evidências de indicadores estabelecidos para medir os resultados e avaliar a eficiência do processo de Segurança da Informação.	Implante controles e indicadores no processo de trabalho da segurança de Informação, de forma que seja possível avaliar no tempo a qualidade da informação que a tecnologia entrega para o negócio e que para cada indicador sejam estabelecidos os critérios de coleta e apresentação dos resultados.	Não Implementada no Exercício	Vincenda
025	RC.P ST.A	Falta de inventário de ativos de informação constando configurações, dados, hardware, software, instalações e demais informações pertinentes com seu proprietário formalmente designado.	Definir diretrizes formais para que seja estruturado e mantido inventário dos ativos de informação atualizados, com designação de proprietário responsável, onde constem hardware, software, instalações, com descritivos que documentem a importância de cada ativo para a organização, sua classificação, sua criação, o processamento, o armazenamento, a transmissão, a qualificação do ciclo de vida, a exclusão e a sua destruição quando está se fizer necessária. Baseado na jurisprudência dos órgãos externos de fiscalização é mister que: 1. As informações e os Ativos de Tecnologia da Informação de propriedade da	Não Implementada no Exercício	Vincenda

<b>Relatório</b>	<b>Órgão</b>	<b>Não Conformidades Destacadas por Relatório</b>	<b>Recomendação da Auditoria</b>	<b>Situação</b>	<b>Status</b>
			<p>empresa devem ser utilizados exclusivamente para os seus interesses, podendo ser monitorados a qualquer tempo. 2. Os Ativos de Tecnologia da Informação devem ser inventariados e identificados de forma única. 3. Os Ativos de Tecnologia da Informação devem ser classificados em função de sua relevância para o processo de negócio a que se destinam. Esta relevância deve ser considerada em eventuais análises de riscos. 4. Os Ativos de Tecnologia da Informação devem ser, sempre que possível, relacionados a um usuário, responsável por sua utilização. 5. A entrada e a saída de Ativos de Tecnologia da Informação das dependências dos órgãos da empresa devem ser acompanhadas pelos devidos documentos de movimentação. 6. O padrão de configuração (hardware e software) dos Ativos de Tecnologia da Informação deve ser definido pela área de tecnologia da informação da empresa e não deve ser modificado sem sua autorização. 7. Os itens que compõem conjuntos de ativos não devem ser modificados sem a autorização da área de tecnologia da informação. 8. Somente softwares licenciados e homologados devem ser utilizados. 9. Os inventários (hardware e software) devem ser atualizados apropriadamente sempre que Ativos de Tecnologia da Informação forem descartados. 10. As mídias contendo as cópias de segurança devem ser catalogadas e armazenadas por tempo compatível com as necessidades dos processos de negócio. 11. O período de vida útil deve ser definido para cada tipo de hardware, contemplando as necessidades do processo de negócio a que se destina e o retorno de investimento (ROI) durante seu ciclo de vida. 12. A utilização de software que não seja de propriedade da empresa ou licenciado para a mesma, pode, além de configurar crime de pirataria conforme Lei Nº 9.609, de 19 de fevereiro de 1998, interferir na contabilização dos ativos. 13.</p>		

<b>Relatório</b>	<b>Órgão</b>	<b>Não Conformidades Destacadas por Relatório</b>	<b>Recomendação da Auditoria</b>	<b>Situação</b>	<b>Status</b>
			Estabelecer diretrizes para a aquisição, distribuição e gerenciamento de hardware e software. 14. Notificar, através de abertura de incidente de Segurança da Informação, sempre que identificar dano, roubo, perda ou modificações indevidas em um Ativo de Tecnologia da Informação. 15. Eleger formalmente um proprietário responsável pelo inventário dos Ativos de Informação da área de TI, que assegure que os ativos sejam inventariados, classificados, protegidos e tenham tratamento adequado quando são excluídos ou destruídos.		
025		Falta de processo formal de Gerenciamento de Configuração e responsável.	Implantar um processo formal de Gerenciamento de Configuração, com responsável pelo cadastro e atualização da base de itens de configuração (hardware, software, documentação) e seus relacionamentos.	Não Implementada no Exercício	Vincenda
025	RC.P ST.A	Falta de relatórios derivados de um processo formal de levantamento de riscos, com seu proprietário formalmente designado.	Estabelecer diretrizes formais para processo de Gestão de Riscos de Segurança da Informação considerando sua confidencialidade, integridade, disponibilidade, de maneira a obter a análise do risco compreendendo sua natureza, estabelecendo critérios, avaliando o que são aceitáveis, inaceitáveis e de conformidade pretendidos. Determinar assim o seu nível, tratamento, aceitação e forma de comunicação desses riscos. Considerar determinar um proprietário para a gestão dos controles a serem implementados e responsáveis na identificação de premissas e restrições, quando aplicáveis, e na definição de um cronograma de implementação. Ao final da fase de tratamento, elaborar relatórios contemplando: a) o escopo das implementações; b) a equipe envolvida no processo; c) os controles implementados; d) os índices de risco e conformidade pré e pós implementações; e) os riscos residuais. A Gestão de Riscos deve ser um processo contínuo, feita por meio de monitoramento e análise crítica dos riscos para os processos de negócio. Deve ser determinado um	Não Implementada no Exercício	Vincenda

<b>Relatório</b>	<b>Órgão</b>	<b>Não Conformidades Destacadas por Relatório</b>	<b>Recomendação da Auditoria</b>	<b>Situação</b>	<b>Status</b>
			período para o ciclo de análises de risco.		
025	RC.P ST.A	Falta de documento formalmente aprovado e publicado, que contemple o processo de gestão dos incidentes de segurança da informação, equipe responsável formalmente instituída para tratamento/resposta e Relatórios gerados em 2015.	Formalizar processo de gestão dos incidentes de segurança da informação com documentação, relatórios estatísticos, manutenção, tratamento e iniciativas de melhoria no processo. Designar formalmente equipe e responsável pelo tratamento e resposta aos incidentes em segurança da Informação.	Não Implementada no Exercício	Vincenda
025	RC.P ST.A	Falta de processo formal de classificação da informação para o negócio, com níveis de acesso definidos de acordo com o grau de sensibilidade e criticidade das informações.	Estabelecer diretrizes formais que garantam que todas as informações, independente de seus meios de armazenamento ou transmissão, recebam níveis adequados de proteção e sejam classificadas com clara indicação do assunto, fundamento da classificação, indicação do prazo do sigilo e identificação do funcionário que a classificou, respeitando o princípio da observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção.	Não Implementada no Exercício	Vincenda
025	RC.P ST.A	Falta de evidências de procedimentos formais para gestão de mudanças.	Estabelecer procedimentos formais de gestão de mudanças commonitoração e registro das implementações. Baseado na jurisprudência dos órgãos externos de fiscalização é mister que: Deve ser constituído um processo de gestão de mudanças que considere todas as atividades de distribuição de hardware e software, tais como: adição, modificação e remoção, com o objetivo de controlar os riscos de impacto aos processos de negócio (paralisação ou queda de desempenho prolongadas ou não programadas). Este processo deve contemplar, entre outros: a) Planejamento das mudanças em conjunto com as áreas de negócio da empresa e outras partes relevantes; b) Documentação de todas as mudanças (requisição de mudança); c) Formalização da aceitação de mudanças; d) Identificação de medidas de reversão ou remediação se a mudança não for bem sucedida; e) Atualização dos inventários de hardware e software; f) Instalação de um ambiente de testes para a homologação de mudanças	Não Implementada no Exercício	Vincenda

<b>Relatório</b>	<b>Órgão</b>	<b>Não Conformidades Destacadas por Relatório</b>	<b>Recomendação da Auditoria</b>	<b>Situação</b>	<b>Status</b>
			críticas antes de aplicá-las em ambiente de produção; g) Análise de impacto à integridade dos dados (modificações em arquivos de dados feitas pelo sistema ou aplicação sem intervenção direta do usuário); h) proteção à integridade de hardware e software durante instalação, manejo e transporte; i) Treinamento a usuários e administradores e documentação correspondente. j) Toda aquisição de hardware ou software deve ser precedida de um levantamento das necessidades do processo de negócio a que se destinam, tais como: capacidade de processamento, flexibilidade, estrutura de dados, entre outros. l) Planos de atualização de hardware e software devem ser elaborados considerando seu período de vida útil, os requisitos funcionais e técnicos dos processos de negócio e, de acordo com o direcionamento tecnológico da empresa. m) Antes da aquisição de hardware ou software críticos e, quando possível, havendo concordância do fornecedor, deve ser conduzida uma Prova de Conceito.		
025	RC.P ST.A	Falta de plano formal de Continuidade do Negócio (PCN), atualizado, que contemple as operações e os serviços de TI e que contenham ações para garantia e manutenção dos serviços de TI utilizados pela companhia.	Estabelecer regras e princípios que regulamentem a Gestão da Continuidade do Negócio – GCN, que são: capacidade estratégica e tática de planejamento, resposta a incidentes e interrupções de maneira a conseguir manter as operações em um nível aceitável e previamente definido, definição do papel de cada elemento que administrará a situação do GCN e conscientização de todos os usuários sobre suas responsabilidades no processo. Baseado na jurisprudência dos órgãos externos de fiscalização é mister que se defina um processo formal com: a) identificação das ameaças potenciais e os respectivos impactos nas operações do negócio do órgão ou entidade; b) definição da estratégia de recuperação a ser utilizada caso ocorra um incidente; c) gerenciamento de incidente adverso que interrompa um processo ou atividade crítica; d)	Não Implementada no Exercício	Vincenda



<b>Relatório</b>	<b>Órgão</b>	<b>Não Conformidades Destacadas por Relatório</b>	<b>Recomendação da Auditoria</b>	<b>Situação</b>	<b>Status</b>
			planejamento da continuidade e da recuperação das operações e sistemas após uma interrupção; e) estabelecimento de procedimentos de retorno à normalidade, quando aplicável. f) incorporar a Gestão da Continuidade de Negócio ao desenvolvimento de novos produtos e serviços críticos da empresa e ao processo de gerência de mudanças para produtos e serviços existentes; g) estabelecer um programa efetivo para planejamento, resposta a incidentes e à interrupções nos processos de negócio; h) prover a continuidade das operações do negócio em um nível aceitável; i) aumentar o poder de recuperação da organização contra o rompimento ou interrupção de sua habilidade de fornecer seus produtos e serviços; j) orientar ações de prevenção e mitigação dos riscos operacionais; k) prover a organização de uma metodologia para a elaboração de planos de continuidade de negócios que possibilite o restabelecimento da sua habilidade de fornecer seus produtos e serviços críticos; l) fixar normas e padrões de continuidade, compondo assim, um programa completo e consistente para a organização, devendo ser aceito e seguido inclusive pelas empresas prestadoras de serviço; m) estabelecer um programa de treinamento e conscientização dos usuários; n) estabelecer um programa de administração de crises.		
025	RC.P ST.A	Falta de documentação formal referente à política de backup.	Implantar política formalizada de backup e de recuperação de dados efetiva, que sustentem a segurança e permitam a restauração das informações em caso de incidentes. As cópias de segurança, das informações e dos softwares, devem ser testadas regularmente de maneira a que todas as informações e softwares essenciais possam ser recuperados com presteza. As cópias de segurança devem ser armazenadas em lugar seguro.	Não Implementada no Exercício	Vincenda

<b>Relatório</b>	<b>Órgão</b>	<b>Não Conformidades Destacadas por Relatório</b>	<b>Recomendação da Auditoria</b>	<b>Situação</b>	<b>Status</b>
025	RC.P ST.A	Falta de portfólio formal de avaliação do nível de serviços oferecidos pela área de TI aos clientes (usuários).	Implementar catálogo formalizado de serviços de TI, de processo de gestão de nível de serviço, como mecanismos de monitoramento e de acordos de nível de serviço (ANS) com as áreas clientes da ST.A. Realize, documente e publique, periodicamente, a pesquisa de satisfação.	Não Implementada no Exercício	Vincenda
027	RH.A	Valores Pendentes de recebimento pela cessão de empregados no montante de R\$4.513.291,79.	Solicitar, para os casos que assim exigirem, análise da Superintendência Jurídica – SJ.P, para viabilizar procedimento de cobranças judiciais. Providenciar retorno dos empregados cedidos, caso os valores não sejam ressarcidos.	Não Implementada no Exercício	Vincenda
027	RH.A	Não foi solicitado o retorno dos empregados cedidos para as empresas inadimplentes	Avaliar a necessidade de retorno dos empregados em cumprimento ao Manual de Pessoal; 4.17. Cessão de Empregados.	Não Implementada no Exercício	Vincenda
027	RH.A	Inexistência de processo formal de renovação de cessão para os empregados, classificados como “Anistiados”.	Cumprir o prazo estabelecido no Manual de Pessoal para as prorrogações de cessão; Providenciar a regularização dos processos de cessão dos empregados citados.	Não Implementada no Exercício	Vincenda
027	RH.A	Não há normatização do processo de recuperação dos valores devidos pelas Cessionárias. Este item já foi objeto de análise nos relatórios anteriores de auditoria	Incluir no Manual de Pessoal; 4. Administração de Pessoal; 4.17. Cessão de Empregados, uma Política para Recuperação de Valores pelas empresas cessionárias.	Implementada no Exercício	
027	RH.A	Falta de relatórios de frequência dos empregados mencionados.	Solicitar periodicamente os relatórios de frequência dos empregados cedidos e manter arquivado na pasta do dossiê.	Não Implementada no Exercício	Vincenda
027	RH.A	Não há contrato formal de cessão de empregados contendo o detalhamento das despesas reembolsáveis por parte Cessionária.	Elaborar, com apoio da SJ.P, instrumento formal de cessão de empregado entre FURNAS e Cessionária	Não Implementada no Exercício	Vincenda
028	RH.A	Faltam documentos nos dossiês dos empregados admitidos e demitidos em 2015.	Solicitar aos funcionários as documentações faltantes e arquivá-las nos dossiês. Arquivar as documentações faltantes dos funcionários demitidos, nos respectivos dossiês. Proceder a verificação geral nos dossiês de todos os empregados.	Não Implementada no Exercício	Vincenda
028	RH.A	Não há procedimento formal do processo para admissão e demissão dos assessores externos.	Elaborar com o apoio da Assessoria de Organização de Processos – AOP.A Instrução Normativa que regule o processo.	Não Implementada no Exercício	Vincenda

<b>Relatório</b>	<b>Órgão</b>	<b>Não Conformidades Destacadas por Relatório</b>	<b>Recomendação da Auditoria</b>	<b>Situação</b>	<b>Status</b>
029	SJ.P	Não há Instrução Normativa – IN sobre a Gestão do Contencioso.	Em conjunto com a Assessoria de Organização de Processos AOP.A a elaboração da Instrução Normativa	Não Implementada no Exercício	Vincenda

Acompanhamento	Origem	Descrição	Determinação/Recomendação/Orientação	Status
Acompanhamento de Acórdãos TCU	Acórdão 7873/2015 - 2ª Câmara	Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, incisos I e II; 17, 18 e 23, incisos I e II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso I; 17, inciso I; 143, inciso I; 207, 208 e 214, incisos I e II do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em julgar as contas abaixo relacionadas regulares e regulares com ressalva e dar quitação aos responsáveis e fazer as (determinações/recomendações) a seguir, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Secretaria e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.	Dar ciência a Furnas Centrais Elétricas S.A. que a ausência de cumprimento de determinação deste Tribunal pode implicar na aplicação da penalidade de multa, e o consequente julgamento pela irregularidade das contas, consoante arts. 16, inciso III, § 1º, e 58, inciso VII, da Lei 8.443/92, c/c os arts. 209, inciso IV, § 1º, e 268, incisos VII e VIII, do Regimento Interno/TCU, conforme observado nos subitens 9.2 dos Acórdãos 576 e 1.089/2012-TCU-Plenário;	<b>Atendida</b>
Acompanhamento de Acórdãos TCU	Acórdão 0100/2013 - Plenário	Cuidam os autos de tomada de contas especial resultante da conversão de Relatório de Auditoria de conformidade, em atenção ao item 9.2 do Acórdão nº 354/2006 - Plenário.	Determinar a Furnas a instauração de Tomada de Contas Especial no tocante ao apontado no item 9.4.6 do Acórdão nº 354/2006 - Plenário, parágrafo 30, fls. 351/353 - Volume 1, consoante arts. 8 e 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 249, inciso II do Regimento Interno/TCU.	<b>Monitorando</b> Não foi instaurada Tomada de Contas Especial
Acompanhamento de Acórdãos TCU	Acórdão 3813/2014 - 1ª Câmara	Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II e 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão abaixo relacionados, fazendo-se a(s) seguinte(s) determinação(ões) sugerida(s) nos pareceres emitidos nos autos.	Determinar a Furnas Centrais Elétricas S.A que observe, quando do enquadramento dos trabalhadores admitidos antes de 21/12/1993 constantes do 017.725/2010-0, a Decisão Monocrática proferida pelo STF no MS nº 27.066.	<b>Monitorando</b> Não foram realizadas admissões no exercício de 2015.
Acompanhamento de Acórdãos TCU	Acórdão 0012/2015 - Plenário	Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c o enunciado nº 145 da Súmula da Jurisprudência predominante do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres	Não Há	<b>Atendida</b>

Acompanhamento	Origem	Descrição	Determinação/Recomendação/Orientação	Status
		emitidos nos autos pela Secex-RJ e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, em retificar por inexatidão material os Acórdãos nº 100/2013-Plenário e nº 711/2014-Plenário -TCU.		
Acompanhamento de Acórdãos TCU	Acórdão 0576/2012 - Plenário	Trata-se de Monitoramento realizado em Furnas Centrais Elétricas S.A., em cumprimento à determinação constante do item 9.2.1 do <a href="#">Acórdão 2.616/2011-TCU-Plenário</a> , proferido nos autos do processo TC <a href="#">012.448/2011-7</a> . O referido acórdão determinou à 9ª Secex que fosse dada continuidade ao monitoramento da substituição de empregados contratados e/ou terceirizados, para os cargos inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo Plano de Cargos e Salários da empresa, por efetivos contratados, aprovados em concurso público, nos termos do art. 37, inciso II, da Constituição Federal, tão logo ocorresse o desfecho do Mandado de Segurança STF MS 27.066, em tramitação no Supremo Tribunal Federal.	Determinar a Furnas Centrais Elétricas S.A. que informe nos relatórios de gestão de suas contas anuais, em seção específica, já a partir do exercício de 2012 até 2018, sobre as medidas adotadas visando ao cumprimento dos acordos judiciais pactuados no âmbito do MS STF 27.066, em especial, quanto ao cronograma de substituição de terceirizados;	<b>Monitoramento</b> As medidas adotadas para o cumprimento dos acordos judiciais pactuados no âmbito do MS STF 27.066, em especial, quanto ao cronograma de substituição de terceirizados serão objeto de análise quando da emissão da Prestação de Contas Anual.
Acompanhamento de Acórdãos TCU	Acórdão 0134/2015 - Plenário	Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso III; e 237, parágrafo único, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em conhecer da representação, mas considerar prejudicado o julgamento de mérito, por perda de objeto, negando, por consequência, o pedido de suspensão cautelar, arquivando-a e dando ciência à representante, com o envio de cópia da respectiva instrução, conforme os pareceres emitidos nos autos.	Não Há	<b>Atendida</b>

Acompanhamento	Origem	Descrição	Determinação/Recomendação/Orientação	Status
Acompanhamento de Acórdãos TCU	Acórdão 2317/2015 - Plenário	Trata-se de processo de acompanhamento, autuado em cumprimento ao subitem 9.4 do <a href="#">Acórdão 1.665/2011-TCU-Plenário</a> (peça 1, p. 1), destinado a examinar as obras da Usina Hidrelétrica de Batalha (UHE Batalha) até a sua conclusão, de modo a possibilitar a realização de análise definitiva sobre a viabilidade econômico-financeira do empreendimento, tendo em vista que houve alterações de custos e prazos das obras durante a sua execução.	Determinar a instauração, a partir de cópias das peças destes autos, de tomada de contas especial relativa às questões concernentes ao 3º Termo Aditivo ao Contrato 17.967/2008, firmado entre Furnas Centrais Elétricas S.A. e a [REDACTED] no valor de R\$ 64.065.958,78, sem que fossem comprovados o fato gerador da obrigação de indenizar e a adequação do valor indenizatório concedido;	<b>Monitoramento</b> Foi instaurada Tomada de Contas Especial pelo processo TC 026.407/2015-9, autuado em 02.10.2015
Acompanhamento de Acórdãos TCU	Acórdão 2979/2015 - Plenário	[REDACTED] interpôs embargos de declaração contra o acórdão 2.317/2015-Plenário, que, com o objetivo de confirmar possível violação do limite previsto no art. 65, §1º, da Lei 8.666/1993, acompanhou variações de custos detectadas nos principais contratos firmados por Furnas Centrais Elétricas S/A para construção da Usina Hidrelétrica de Batalha [REDACTED] - obras civis - e [REDACTED] - equipamentos eletromecânicos).	Não Há	<b>Atendida</b>
Acompanhamento de Acórdãos TCU	Acórdão 1459/2015 - Plenário	Trata-se de denúncia a respeito de possíveis irregularidades na rescisão do contrato de fornecimento de refeições na área de Furnas Centrais Elétricas S.A. na cidade de Campinas-SP, que, segundo a peça encaminhada, teria sido imotivada, tendo ocorrido sem processo administrativo, privando a denunciante da possibilidade de defesa, e sem o pagamento dos serviços prestados entre 1º/3/2014 até 11/8/2014.	Não Há	<b>Atendida</b>
Acompanhamento de Acórdãos TCU	Acórdão 4132/2015 - 1ª Câmara	Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei	Não Há	<b>Atendida</b>



Acompanhamento	Origem	Descrição	Determinação/Recomendação/Orientação	Status
		nº 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso III; e 237 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em conhecer da representação, para no mérito considerá-la improcedente, arquivando-a e dando ciência ao à representante com o envio de cópia da respectiva instrução, conforme os pareceres emitidos nos autos.		
Acompanhamento de Acórdãos TCU	Acórdão 0753/2015 - Plenário	Cuidam os autos de representação formulada pela Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (Secex/RJ) acerca de possíveis irregularidades nos preços pactuados para execução das obras de construção da Usina Hidrelétrica de Batalha (UHE Batalha), contratadas por Furnas Centrais Elétricas S.A. em investimentos totais superiores a R\$ 1 bilhão.	9.1. acatar as justificativas de Furnas Centrais Elétricas S.A. e da [REDACTED] em relação aos indícios de sobrepreço decorrente de preços excessivos frente ao mercado no contrato [REDACTED] referente às obras civis da UHE Batalha;	Atendida
Acompanhamento de Acórdãos TCU	Acórdão 1089.2015 - Plenário	Trata-se de relatório do Monitoramento das determinações expedidas à empresa Furnas Centrais Elétricas S.A. - Furnas, por meio do <a href="#">Acórdão n.º 2.053/2010 - TCU - Plenário</a> , de 18/8/2010, exarado nos autos do TC n.º <a href="#">030.863/2007-2</a> , in verbis	Determinar a Furnas Centrais Elétricas S. A. que promova, até decisão final, o acompanhamento da Ação de Cobrança em desfavor da [REDACTED] a qual se encontra tramitando na Justiça Estadual do Rio de Janeiro, fazendo constar, em seu Relatório de Gestão anual, informações sobre as decisões interlocutórias e desdobramentos que porventura ocorram, encaminhando imediata comunicação a esta Corte de Contas na oportunidade do desfecho da ação de cobrança;	Monitorando  FURNAS promoveu a cobrança judicial dos valores pagos a CAEFE. A Auditoria interna está efetuando o acompanhamento do cumprimento desta determinação.
Acompanhamento de Acórdãos TCU	Acórdão 1071/2015 - Plenário	Trata-se de representação formulada pela empresa [REDACTED] contra os critérios de qualificação técnica previstos no edital da Concorrência GCM.A.00013.2014, lançado por Furnas Centrais Elétricas S.A. com vistas à contratação de serviços de recuperação de vegetação e compensação ambiental, bem assim os procedimentos adotados	Não Há	Atendida

Acompanhamento	Origem	Descrição	Determinação/Recomendação/Orientação	Status
		por Furnas com respeito aos pedidos de esclarecimentos acerca do edital.		
Acompanhamento de Acórdãos TCU	Acórdão 1362/2015 – Plenário	Trata-se de representação formulada pela então 9ª Secex, baseada em matérias jornalísticas, noticiando suposto ato antieconômico praticado pela gestão da empresa Furnas Centrais Elétricas S.A. - Furnas -, consistente, basicamente, na aquisição de participação acionária de empresa privada por valor "manifestamente superior ao que era devido" à época, fato agravado pela anterior renúncia da estatal ao direito de aquisição das mesmas ações por preço menor.	Nos termos do art. 250, inciso III, do Regimento Interno deste Tribunal, recomendar à empresa Furnas Centrais Elétricas S.A. que, em consonância com as disposições dos arts. 153 e 239, parágrafo único, da Lei 6.404/1976, defina, se já não o fez, estratégias e/ou orientações específicas para procedimentos de due diligence a ser utilizados previamente às operações de reestruturação societária de que participe ou de aquisição de participações acionárias, de modo a aprimorar a avaliação de riscos e oportunidades do negócio, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da ciência deste Acórdão, as informações sobre as providências adotadas ou a justificativa para o não implemento da presente recomendação;	Consideramos a recomendação <b>parcialmente atendida</b> . O órgão responsável encaminhou através da Correspondência Interna SP.N.I.022.2015 de 24.08.2015, em resposta ao RAM nº012.2015 de 13.06.2015 resposta sobre a implementação de controles visando a mitigação do risco. A Auditoria Interna programou no PAINT, aprovado pelo Conselho de Administração de FURNAS por meio da RCA nº001/475 de 10.12.2015, trabalho para assegurar a eficácia dos controles implementados.
Acompanhamento de Acórdãos TCU	Acórdão 1825/2015 - Plenário	Representação de autoria da Controladoria-Geral da União (CGU). Indícios de pagamentos efetuados por Furnas a empresas cujos sócios apresentavam grau de parentesco direto com membros da diretoria da estatal. Descumprimento de princípios aplicáveis à administração pública e a dispositivos da Lei 8.666/1993. Rejeição das razões de justificativa. Multa. Pedidos de reexame. Conhecimento. Acolhimento parcial dos argumentos trazidos por alguns responsáveis. Provimento parcial e redução do valor da multa. Negativa de provimento do recurso do outro responsável.	Não Há	<b>Atendida</b>

Acompanhamento	Origem	Descrição	Determinação/Recomendação/Orientação	Status
Acompanhamento de Acórdãos TCU	Acórdão 1569/2015 - Plenário	Tratam os autos de representação formulada pelo Exmo. Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, Sr. [REDACTED] (peça 1), solicitando ao Tribunal de Contas da União a instauração de procedimento de fiscalização de modo a averiguar se a prática irregular identificada durante as investigações da Polícia Federal e Ministério Público no âmbito da Operação Lava-Jato (OLJ) estendeu-se às empresas estatais do setor elétrico.	Não Há	Atendida
Acompanhamento de Acórdãos TCU	Acórdão 1412/2015 - Plenário	Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art.113, §1º, da Lei 8.666/93, art. 43 da Lei 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso XXVI, 17, inciso IV, 143, inciso III, 235, 237, inciso VII, parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno, em conhecer da presente representação para, no mérito, considerá-la improcedente, indeferir o pedido de medida cautelar formulado pela empresa [REDACTED], ante a inexistência dos requisitos e formalidades necessários à sua concessão, encaminhar cópia desta deliberação e da instrução da Unidade Técnica à representante e à Furnas e arquivar o processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.	Não Há	Atendida
Acompanhamento de Acórdãos TCU	Acórdão 1217/2015 - Plenário	Trata-se de representação impetrada pela [REDACTED], com pedido de suspensão cautelar, por possíveis irregularidades na condução do Pregão Eletrônico PE.GCM.A.00088.2014 por Furnas Centrais Elétricas S.A. O referido certame tinha como objeto a	Não Há	Atendida

Acompanhamento	Origem	Descrição	Determinação/Recomendação/Orientação	Status
		contratação de empresa para prestação de serviços de suporte, apoio e atendimento nas dependências do escritório central de Furnas.		
Acompanhamento de PPP - CGU	OS201307767	Ausência de evidenciação de realização de pesquisa de modo a identificar diferentes soluções de TI nos contratos examinados.	Realizar pesquisa para identificar se existe outras soluções de TI que atendem os requisitos de futuras contratações.	Consideramos a recomendação <b>parcialmente atendida</b> . O órgão responsável encaminhou através da Correspondência Interna ST.A.I.010.2015 de 27.05.2015, em resposta ao RAM nº011.2015 de 06.04.2015 resposta sobre a implementação de controles visando a mitigação do risco. A Auditoria Interna programou no PAINT, aprovado pelo Conselho de Administração de FURNAS por meio da RCA nº001/475 de 10.12.2015, trabalho para assegurar a eficácia dos controles implementados.
Acompanhamento de PPP - CGU	OS244090	Ausência de devolução do saldo financeiro remanescente de convênio expirado, no valor de R\$286.241,92 (duzentos e oitenta e seis mil, duzentos e quarenta e um reais e noventa e dois centavos).	Firmado o novo convênio, implementar a fiscalização rigorosa que assegure o cumprimento do objeto, de modo que a obrigação ambiental da empresa seja quitada e os recursos bem aplicados.	Consideramos a recomendação <b>parcialmente atendida</b> . O órgão responsável encaminhou através da Correspondência Interna GA.E.I.002.2015 de 12.01.2015, em resposta ao RAM nº013.2015 de 28.12.2015 resposta sobre a implementação de controles visando a mitigação do risco. A Auditoria Interna programou

Acompanhamento	Origem	Descrição	Determinação/Recomendação/Orientação	Status
				no PAINT, aprovado pelo Conselho de Administração de FURNAS por meio da RCA nº001/475 de 10.12.2015, trabalho para assegurar a eficácia dos controles implementados.
Acompanhamento de PPP - CGU	OS201307767	Falhas quanto à adequada gestão do Contrato [REDACTED]	Efetuar a revisão nos acordos de níveis de serviço considerando o novo cenário de Furnas.	<b>Atendida</b>
Acompanhamento de PPP - CGU	OS201203831	Contratação de escritório de advocacia por inexigibilidade de licitação sem restar caracterizada a singularidade do objeto, no valor de R\$405 mil, bem como ausência de termos de ressarcimento firmados pelos dirigentes tutelados para fazer face ao eventual insucesso administrativo junto ao TCU.	Formalizar, no caso do Contrato nº8000003850, a assinatura de termos de compromisso pelos dirigentes tutelados de ressarcimento à Eletrobras Furnas dos valores dispendidos no caso de condenação por conduta ilegal ou ofensa aos princípios da administração pública.	<b>Cancelada</b>
Acompanhamento de PPP - CGU	OS201307767	Ausência de evidência quanto à utilidade (completude) dos indicadores relacionados no Contrato de Metas de Desempenho Empresarial - CMDE, no exercício 2012.	Para os próximos relatórios de gestão, implementar e informar indicadores aptos a avaliar o desempenho da Empresa.	<b>Atendida</b>
Acompanhamento de PPP - CGU	OS201203831	Contratação de escritório de advocacia por inexigibilidade de licitação sem restar caracterizada a singularidade do objeto, no valor de R\$405 mil, bem como ausência de termos de ressarcimento firmados pelos dirigentes tutelados para fazer face ao eventual insucesso administrativo junto ao TCU.	Realizar a contratação por inexigibilidade apenas quando restar figurada a singularidade do objeto e demais exigências legais.	Consideramos a recomendação <b>parcialmente atendida</b> . O órgão responsável encaminhou através da Correspondência Interna SP.J.I.004.2016 de 15.01.2015, em resposta ao RAM nº016.2015 de 28.12.2015 resposta sobre a implementação de controles visando a mitigação do risco. A Auditoria Interna programou no PAINT, aprovado pelo Conselho de Administração de FURNAS por meio da

Acompanhamento	Origem	Descrição	Determinação/Recomendação/Orientação	Status
				RCA nº001/475 de 10.12.2015, trabalho para assegurar a eficácia dos controles implementados.
Acompanhamento de PPP - CGU	OS201307767	Falhas quanto à adequada gestão do Contrato [REDACTED]	Criar procedimento periódico de verificação da adequação dos níveis de serviços dos contratos vigentes atualizando os acordos tempestivamente, quando necessário	<b>Atendida</b>
Acompanhamento de PPP - CGU	OS01108792	Falhas de controles internos das informações acerca dos instrumentos no quais a Eletrobras Furnas figura como transferidora de recursos	Criar no SAP registro diferenciado por tipo de instrumento celebrado e levantar todos os instrumentos em que a Eletrobras Furnas transfira recursos para que seja feita distinção no SAP dentre esses instrumentos, de modo que se possa extrair do sistema informações consistentes e fidedignas.	Consideramos a recomendação <b>parcialmente atendida</b> . O órgão responsável encaminhou através da Correspondência Interna ST.A.I.010.2015 de 27.05.2015, em resposta ao RAM nº011.2015 de 06.04.2015 resposta sobre a implementação de controles visando a mitigação do risco. A Auditoria Interna programou no PAINT, aprovado pelo Conselho de Administração de FURNAS por meio da RCA nº001/475 de 10.12.2015, trabalho para assegurar a eficácia dos controles implementados.
Acompanhamento de PPP - CGU	OS201407944	Não completude dos quesitos de avaliação de riscos, procedimentos de controle, informação e monitoramento do sistema de controle interno de Furnas, no âmbito do acompanhamento e atendimento efetivo das recomendações e determinações dos órgãos de controle interno e externo.	Criar indicadores gerenciais capazes de acompanhar a eficácia e eficiência da implementação das recomendações/determinações dos órgãos de controle como por exemplo:Índice de Atendimento Dentro do Prazo, Índice de Não Atendimento, etc., fazendo-os constar no RAIN.T.	<b>Atendida</b> Foram adotados no exercício de 2015 três indicadores de desempenho para as atividades da Auditoria Interna conforme relatados no item II subitem 7deste RAIN.T.
Acompanhamento de PPP - CGU	OS201407944	Não completude dos quesitos de avaliação de riscos, procedimentos de	Aprimorar os Relatórios de Monitoramento de modo a inserir análise do atendimento ou não das	<b>Atendida</b> O atendimento das



Acompanhamento	Origem	Descrição	Determinação/Recomendação/Orientação	Status
		controle, informação e monitoramento do sistema de controle interno de Furnas, no âmbito do acompanhamento e atendimento efetivo das recomendações e determinações dos órgãos de controle interno e externo.	recomendações/determinações dos órgãos de controle interno e externo, relacionando as respectivas evidências.	recomendações emitidas pelos órgãos de controle interno e externo foram avaliados nos trabalhos de auditoria realizados no exercício de 2015. Aqueles que porventura não puderam ter sua implementação atendida foram incluídos no PAINT para verificação em 2016.
Acompanhamento de PPP - CGU	OS201407944	Não completude dos quesitos de avaliação de riscos, procedimentos de controle, informação e monitoramento do sistema de controle interno de Furnas, no âmbito do acompanhamento e atendimento efetivo das recomendações e determinações dos órgãos de controle interno e externo.	Para cada recomendação/determinação efetuada pelos órgãos de controle, identificar os riscos associados pelo seu não atendimento.	<b>Parcialmente Atendida</b> As avaliações de risco estão sendo inseridas quando da elaboração dos planejamentos de auditoria, com base nos riscos associados no PAINT.
Acompanhamento de PPP - CGU	OS201307767	Ausência de evidência quanto à utilidade (completude) dos indicadores relacionados no Contrato de Metas de Desempenho Empresarial - CMDE, no exercício 2012.	Finalizar o Plano Estratégico com indicadores próprios da Empresa para nortear seu desempenho.	<b>Atendida</b>